

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

***A CASA E SUAS VIRTUDES:*
Relações familiares e a elite farroupilha (RS, 1835-1845)**

Carla Adriana da Silva Barbosa

São Leopoldo, março de 2009.

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Carla Adriana da Silva Barbosa

***A CASA E SUAS VIRTUDES:*
Papéis familiares e a elite farroupilha (RS, 1835-1845)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História, na área de concentração em Estudos Históricos Latino-Americanos.

Orientador: Prof. Dr. Karl Martin Monsma

São Leopoldo, março de 2009.

Carla Adriana da Silva Barbosa

A CASA E SUAS VIRTUDES:
Papéis familiares e a elite farroupilha (RS, 1835-1845)

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

Banca Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Karl Martin Monsma

Prof.^a Dra. Ana Silvia Volppi Scott

Prof. Dr. Fábio Kühn

São Leopoldo, março de 2009.

©2009 Carla Adriana da Silva Barbosa

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

B238c Barbosa, Carla Adriana da Silva

A Casa e suas virtudes: relações familiares e a elite farroupilha (RS, 1835-1845) / Carla Adriana da Silva Barbosa; Orientador Karl Martin Monsma. – São Leopoldo, RS: 2009.

139p; il.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009.

1. História. 2. Sociedade Sul-Rio-Grandense. 3. Núcleos Familiares. 4. Guerra dos Farrapos. I. Monsma, Karl Martin. II. Título.

CDU 94(81).052

A meus pais: por apoiarem meu amor aos livros

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a concessão da bolsa pelo CNPq, que tornou possível este trabalho e permitiu minha dedicação integral a esta pesquisa.

Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS e aos seus antigo e atual coordenadores, Flávio M. Heinz e Marluza M. Harres, respectivamente. Meu reconhecimento vai também a secretária do Programa, Janaína Trescastro, por sua competência, disposição e simpatia.

Ao pessoal que trabalha no Arquivo Público do RS, faço agradecimento especial ao Jorge e ao Vladimir. Aos que trabalham no Arquivo Histórico do RS, especialmente o Denis. Também agradeço a disposição das pessoas que trabalham no Museu de Comunicação Hipólito da Costa.

Ao professor Karl Monsma por sua orientação e pelas bibliografias.

Aos colegas Alisson e Sherol pela ajuda e pelas conversas.

Às colegas Bruna e Samanta pelo carinho e atenção.

Um obrigada especial a Gláucia, colega que se tornou uma grande amiga, me fez rir muito durante estes dois anos e que esteve sempre disposta a me receber, juntamente com o Ricardo, seu marido, em sua casa.

À professora Nikelen Acosta Witter pela leitura da dissertação e pelo estímulo constante. Você foi muito importante nesta jornada.

Ao Jonas pelo empréstimo de bibliografias e pela simpatia.

À Kátia, ao Tomás, a Pretinha e ao Bulldog, por dividirem seu lar comigo por alguns meses.

Ao Bóris pelo empréstimo de alguns livros da biblioteca da UFRGS.

Ao casal Nara Luísa e Manoel Osório Flores pelo carinho e por terem me socorrido no dia da entrevista para a seleção de mestrado. Ao Fabrício por deixar a Paula me carregar para o apartamento deles em Porto Alegre sempre que precisei.

A todos os amigos que estiveram ao meu lado durante esta trajetória.

À minha extensa por, de certa forma, ter contribuído na escolha desta temática. Tem um pedaço de mim e de cada um de vocês nesta pesquisa.

Aos amigos Nika e Guto pela inestimável presença em minha vida pessoal e intelectual. Quero agradecer ao Guto também pela sugestão de leitura do romance “As virtudes da casa” de Luiz Antonio de Assis Brasil* que acabou por inspirar muito este trabalho

À minha querida e melhor amiga Ana Paula pelo apoio emocional, intelectual e material. Sem sua ajuda nada disso seria possível.

Aos meus pais, Hermas e Henrique por me amarem, por estarem sempre ao meu lado e por permitirem que eu sempre corresse atrás dos meus sonhos. Sempre os levo e levarei em tudo o que eu faço e pelas trilhas que vou seguir. Amo vocês!

* ASSIS BRASIL, Luiz Antonio de. *As virtudes da casa*. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

A família é um “ser moral” que se diz, se pensa e se representa como um todo. Percorrem-na fluxos que conservam sua unidade: o sangue, o dinheiro, os sentimentos, os segredos, a memória.

Michelle Perrot.

RESUMO

Estudar a composição e organização dos núcleos familiares pertencentes à elite farroupilha é uma forma de entender a sociedade sul-rio-grandense da primeira metade do século XIX, pois a família, neste período, ocupava uma posição dominante como instituição social, comercial e política. Através da análise de correspondências trocadas entre membros de algumas famílias que compuseram a elite farroupilha, ao longo da guerra dos farrapos (1835-1845), procuramos entender os papéis familiares ocupados por filhos e filhas, pais e mães, maridos e esposas na formação deste núcleo parental direto. Em um contexto condicionado pelo patriarcalismo, e até mesmo, pela instabilidade da guerra, tanto os homens quanto as mulheres ocupavam importantes papéis familiares e entre os casais havia uma grande relação de confiança e parceria. Além disto, as famílias se organizavam para dar importante atenção ao futuro dos filhos. Isso é demonstrado na preocupação com seu comportamento, seu aprendizado e com as convenções que compunham a escolha de um cônjuge. Estes cuidados visavam assegurar a manutenção dos bens materiais e simbólicos pertencentes à família, os quais não só eram fundamentais à importância social do grupo, como também eram toda a herança de seus descendentes.

RESUMEN

Estudiar la composición y organización de los núcleos familiares pertenecientes a la elite farroupilha es una forma de entender la sociedad sur riograndense de la primera mitad del siglo XIX, pues la familia, en este período, ocupaba una posición dominante como institución social, comercial y política. A través del análisis de correspondencias cambiadas entre miembros de algunas familias que compusieron la elite farroupilha, a lo largo de la guerra de los farrapos (1835-1845), buscamos entender los papeles familiares ocupados por hijos e hijas, padres y madres, esposos y esposas en la formación de este núcleo parental directo. En un contexto condicionado por el patriarcalismo, y hasta mismo, por la inestabilidad de la guerra, tanto los hombres como las mujeres ocupaban importantes papeles familiares y entre las parejas había una gran relación de confianza y compañerismo. Además, las familias se organizaban para dar importante atención al futuro de los hijos. Eso es demostrado en la preocupación con su comportamiento, su aprendizaje y las convenciones que componían la elección de un cónyuge. Estos cuidados pretendían asegurar la manutención de los bienes materiales y simbólicos pertenecientes a la familia, los cuales no solamente eran fundamentales a la importancia social del grupo como también eran toda la herencia de sus descendientes.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....	12
ÍNDICE DE IMAGENS.....	13
INTRODUÇÃO.....	14
Capítulo 1 – A Casa.....	28
1.1.Os Almeida, os Gonçalves da Silva e os Fontoura: três núcleos familiares da elite farroupilha.....	35
1.2. Formando pares.....	44
Capítulo 2 – As virtudes dos homens da casa.....	48
2.1.Nascer Filho.....	49
2.2.Tornar-se Marido.....	60
2.3.Ser Pai.....	72
Capítulo 3 – As virtudes das mulheres da casa.....	83
3.1. Nascer Filha.....	84
3.2.Tornar-se Esposa.....	90
3.3.Ser Mãe.....	102
CONCLUSÃO.....	109
FONTES IMPRESSAS.....	112
FONTES DOCUMENTAIS.....	112
BIBLIOGRAFIA.....	114
ANEXOS.....	126
IMAGENS.....	134

LISTA DE ABREVIATURAS

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

AAHRS – Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

C.V. – Coleção Varela

IHGRS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

RIHGRS – Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

MCHC – Museu de Comunicação Hipólito da Costa

ÍNDICE DE IMAGENS

Figura 1. Bento Gonçalves da Silva.....	134
Figura 2. Bento Gonçalves da Silva Filho.....	134
Figura 3. Antônio Vicente da Fontoura.....	135
Figura 4. Clarinda Francisca Porto da Fontoura.....	135
Figura 5. Domingos José de Almeida.....	136
Figura 6. Bernardino Bráulio de Almeida.....	136
Figura 7. Custódia Margarida de Almeida.....	137
Figura 8. Maria Izabel de Almeida.....	137
Figura 9. Junius Bruto Cássio de Almeida.....	138
Figura 10. Abrilina Decimanona Caçapavana de Almeida.....	138
Figura 11. Maria Carlota de Almeida.....	139
Figura 12. Epaminondas Piratinino de Almeida.....	139

INTRODUÇÃO

A origem deste trabalho está na participação em um projeto de pesquisa ainda na graduação. Foi através deste projeto que tive meu primeiro contato com os Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Coleção Varela – e que conheci as correspondências neles contidas¹. O que mais me instigou foram as correspondências familiares da elite farroupilha trocadas entre 1835 e 1845, período em que ocorreu a guerra dos Farrapos. Estas correspondências me levaram a querer entender de que forma este grupo construía suas relações familiares e que papéis homens e mulheres ocupavam no núcleo familiar. O que significava para estas pessoas ser filho e filha, pai e mãe, marido e esposa? Estas perguntas me conduziram ao conhecimento de uma temática que manifesta um interesse pelo estudo do universo familiar e das questões a ele relacionadas: a história da família.

A história da família, como conhecemos, surgiu emaranhada numa história de longa duração, a das representações inconscientes e dos princípios de organização. Suas estruturas mudaram lentamente e existem para resistir e sobreviver às mudanças. Aceitemos ou não a idéia de família como a célula-mater da sociedade, não se pode negar que ela é uma de suas estruturas mais importantes e complexas. Em razão disso, não poucos estudiosos têm se dedicado a entender como esta se organizou no tempo e no espaço e qual seu papel na configuração de cada sociedade da qual a mesma, em suas diversas formas, fez parte.

As investigações sobre a história da família ganharam grande impulso por volta da segunda metade do século XX, a partir das pesquisas envolvendo demografia histórica realizadas pela historiografia européia. Destacam-se nestes estudos Peter Laslett e o Grupo de Cambridge² e os demógrafos-historiadores Louis Henry e Michel Fleury³. Seus trabalhos centraram-se na exploração de registros paroquiais (casamento, batismo, óbito) e contribuíram na compreensão das influências recíprocas entre a dinâmica populacional (taxas de natalidade

¹ Os Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul são uma coleção de documentos publicados em 17 volumes ao longo dos anos 1977 e 2008. Neles constam atas, correspondências, registros de portarias, registros de petições e requerimentos, entre outros.

² O Grupo de Cambridge criou uma metodologia que tem como base a exploração quantitativa das listas nominativas de população. Sua análise centrou-se sobre as unidades domésticas de produção e consumo (*households*), enfatizando a co-habitação como critério para estabelecer tipologias familiares e para analisar o comportamento econômico dos membros das famílias (aqueles que habitavam um mesmo lar e cozinhavam em torno de um mesmo fogo). Ver em: LASLETT, Peter. *Households and Family in Past Time*. Cambridge: Cambridge University Press, 1972.

³ FLEURY, Michel; HENRY, Louis. *Nouveau manuel de dépouillements et d'exploitation de l'état civil ancien*. Paris: INED, 1965.

e mortalidade, idade dos cônjuges ao casar, celibatos, etc.) e as estruturas e transformações dos grupos familiares.

Outro pesquisador de grande importância para o tema é o historiador Michael Anderson, que se dedicou à investigação acerca da família ao longo da história, estabelecendo uma tipologia com quatro linhas de abordagens para a chamada História da família: a “psico-história”, não comentada pelo autor por achar que esta sofre de sérios problemas metodológicos; a demográfica; a dos sentimentos e a da economia doméstica⁴. A demografia histórica se constituiu em disciplina autônoma a partir da segunda metade da década de 1940. Todavia, os estudos demográficos partiam mais da qualidade das fontes – registros de casamento, de batismo e de óbito – de uma determinada região, do que do significado destas para o entendimento e composição de estruturas e teorias mais amplas. Um outro tipo de abordagem, encontrada na tipologia de Anderson, a da economia doméstica, destaca-se pela análise do comportamento econômico dos membros que coabitam um mesmo espaço, neste caso a família é vista enquanto unidade de produção e consumo. Há ainda, segundo o mesmo autor, a vertente historiográfica que trata dos sentimentos e que dá relevância às idéias e aos significados acerca da família. Nesta, ainda, há uma linha de pesquisas que sugere que os sentimentos ao longo do século XIX sofreram transformações significativas e fundamentais, mesmo que vagarosas. Assim, neste período, a família torna-se individualista, conjugal, restrita aos espaços privados e diferenciada do resto da comunidade.

Contudo, os horizontes dos estudos historiográficos sobre a família foram sendo ampliados e revistos. Novos recursos permitiram complexificar ainda mais a compreensão do papel e do lugar das famílias na sociedade. Com isto, surgiram novas abordagens historiográficas que utilizaram novas metodologias, indo além da demografia. Entre estes diferentes tipos de abordagens encontram-se dois dos autores mais conhecidos nos estudos históricos a respeito da família: Philippe Ariès e Michelle Perrot.

A grande contribuição de Philippe Ariès para a história da família e da infância se deu com o livro *História Social da Criança e da Família*⁵. Se utilizando de pressupostos da história das mentalidades, o autor analisa e interpreta as relações das sociedades tradicionais, além de mostrar o novo lugar assumido pela criança e a família nas sociedades industriais. Contudo, Philippe Ariès tem sofrido várias críticas em relação aos seus métodos e conclusões.

⁴ FARIA, Sheila de Castro. História da Família e da Demografia Histórica. In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro F. *Domínios da História*. Ensaios de Teorias e Metodologia. 8 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 241-250.

⁵ ARIÉS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2. ed. Tradução Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

As mais contundentes delas foram feitas por Harry Hendrick, que critica Ariès duvidando até mesmo da representatividade de seus dados⁶. Hendrick afirma que o historiador francês usa provas fora de contexto, confundindo-as com a prática médica, e utiliza exemplos atípicos; que ele nega implicitamente a imutabilidade das necessidades especiais das crianças, para a alimentação, vestuário, abrigo, carinho e conversa, além de colocar ênfase exagerada sobre o trabalho de moralistas e educadores, dizendo pouco de fatores econômicos e políticos. Porém, apesar das críticas, Ariès continua sendo uma referência importante para os estudos à temática da família e da infância.

Michelle Perrot se destaca na historiografia por abordar em suas pesquisas a história das mulheres em um contexto tanto privado quanto público, redefinindo os papéis sociais de seus sujeitos de análise. A historiadora é uma das precursoras dos trabalhos sobre a história das mulheres no Ocidente, destacando entre seus mais importantes trabalhos, o quarto volume da coleção *História da Vida Privada*⁷ e ainda os três volumes da coleção *História das Mulheres*⁸. Com suas análises que dão atenção aos que “vivem às margens”, entre eles as mulheres, a autora nos permite entendê-las em diferentes tempos e sociedades e nos mostra mulheres participantes ativas da história. Seus estudos exploram as relações destas com os homens, com a sexualidade, com a família, com as crianças, com os papéis masculinos e femininos, com as classes sociais, com o poder e com a sociedade⁹.

Dentro da perspectiva dos estudos de história social, as pesquisas a respeito de redes vinculadas à família ganharam bastante destaque no que se refere à compreensão de períodos históricos como o século XIX. Estas pesquisas têm demonstrado que as estratégias sociais de diferentes grupos estavam intimamente ligadas às famílias e suas redes. E, neste caso, as famílias aparecem aí como o sujeito central da vida sócio-econômica e política daquela sociedade. Os vínculos amplos estabelecidos pelas famílias – que as entendiam para além de si mesmas e que alguns autores têm denominado de redes – auxiliavam o grupo familiar a efetuar negócios, casar bem os filhos, adquirir clientela e a conquistar cargos públicos, os quais eram importantes para a formação de seus recursos materiais e simbólicos¹⁰. Estas

⁶ HENDRICK, Harry. *Children and Childhood*. Revista Refresh - Recent Findings of Research in Economic & Social History, Autumn, n.15, 1992.

⁷ PERROT, Michelle (org.). *História da vida privada*. Vol.4. Tradução Denise Bottman e Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

⁸ DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente*. Tradução e revisão Maria Helena da Cruz Coelho [et al.]. Porto: Afrontamento, 1993.

⁹ PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. Tradução Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007, p.09.

¹⁰ Os bens materiais e simbólicos (que ao longo do trabalho também serão identificados por capital simbólico e material e, ainda por patrimônio material e imaterial) poderiam ser constituídos pela criação, pela terra, pela produção agrícola, pelas rendas, pelas alianças e pelas solidariedades locais e/ou supralocais, como também pela

ligações nos mostram também que a família não estava limitada aos papéis de pai, mãe e filhos, mas igualmente o quanto a conjugalidade afigurava aí como um elemento importante. Como nos lembra Graham: “A proteção em troca de lealdade, imposta pelos vínculos familiares, estendia-se primeiramente a uma ampla gama de relacionamentos consangüíneos e, em seguida, a um número igualmente grande de ligações por meio do casamento”.¹¹ Por outro lado, estas redes também “tendem a estabelecer um consenso acerca das normas e a exercer uma pressão constante, informal, uns sobre os outros, para que todos se adequem às mesmas”.¹² As redes sociais são formadas por laços pessoais diretos, em que a ajuda mútua em caso de necessidades, a troca de favores e a lealdade pessoal são suas características básicas¹³. Elas podem envolver amigos, parentes e sujeitos em condições (materiais ou simbólicas) iguais ou desiguais e não podem ser dissociadas de outras estruturas sociais¹⁴.

De uma forma geral, estas mesmas idéias de redes sociais e de família estavam presentes nos trabalhos de dois precursores sobre o estudo da família no Brasil: Gilberto Freyre e Oliveira Vianna. Seus trabalhos sobre o patriarcalismo brasileiro inauguram uma importante senda de análises para a “família brasileira”. O modelo freyriano seria expresso pela família dos grandes senhores de engenho, com um forte domínio do patriarca sobre sua esposa, seus filhos, as famílias dos filhos, seus dependentes, escravos e agregados¹⁵. Este modelo, construído por Freyre, foi empregado nas análises de Oliveira Vianna para descrever o que, para ele, seria a formação, o modo de vida e o funcionamento das famílias que

reputação e pela honra. Ver BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. Ver também LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: a trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Tradução Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

¹¹ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, pp. 35-37.

¹² MOUTOUKIAS, Zacarías. *Redes personales y autoridad colonial: los comerciantes de Buenos Aires em siglo XVIII*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2004, p.13.

¹³ LANDÉ, Carl H. A Base Diádica do Clientelismo. In: SCHIMIDT; S. W. [et al.] (eds.). *Friends, followers and factions*. Berkeley: University of Califórnia Press, 1977, p. xiii-xxxviii. (Versão datilografada), p. 01. Apud. VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Porto Alegre: UFRGS, 2007, p. 29 (Dissertação de Mestrado).

¹⁴ IMIZCOZ, José Maria. Actores sociales y redes de relaciones: reflexiones para uma historia global. In: *Redes familiares y patronazgo: aproximación al entramado social del País Vasco y Navarra em el Antiguo Régimen (siglos XV-XIX)*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2001, p. 20. Apud. VARGAS, Jonas Moreira. Op.cit., p. 28.

¹⁵ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 32 ed. Rio de Janeiro: Record, 1997. _____. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1961.

compunham a sociedade sul-rio-grandense. Contudo, Viana empregou o conceito patriarcal criado por Freyre de forma ligeiramente distinta e o designou pela noção de “clã parental”.¹⁶

Nas últimas décadas, a historiografia brasileira contestou a hegemonia deste tipo de família patriarcal. Os primeiros trabalhos a questionar o patriarcalismo como modelo dominante de família no Brasil foram inspirados nos trabalhos do Grupo de Cambridge, tendo três referências básicas: a demografia histórica – que usa como fontes principais os registros de casamento, de batismo, de óbito e em alguns lugares, listas nominativas – a análise da economia doméstica – que pode ser feita com a ajuda de inventários e testamentos para verificar o comportamento econômico dos membros que coabitam um mesmo espaço – e os debates interdisciplinares com as ciências sociais.

Estes estudos demográficos, que estavam voltados para a história da população e da família mostraram uma população brasileira heterogênea, tanto na sua formação como na de suas famílias. Ao identificar estruturas, organizações de famílias e domicílios de formas diversificadas, as pesquisas demográficas passaram a questionar o padrão de família extensa, patriarcal e escravocrata dos estudos anteriores. Entre estas análises demográficas se destaca o trabalho de Maria Luiza Marcílio sobre povoamento e população agrária em São Paulo ao longo dos séculos XVIII e XIX¹⁷; o estudo de Maria Odila Dias sobre mulheres, condições sociais e de trabalho em São Paulo em fins do século XVIII e XIX¹⁸ e, ainda a pesquisa de Eni de Mesquita Samara em relação à família na sociedade paulista do século XIX, onde criou uma tipologia dos núcleos domésticos e sugeriu uma diversificação da estrutura da família brasileira quando exposta às variáveis tempo, espaço e grupos sociais¹⁹.

Sem discordar da diversidade de modelos familiares no Brasil, o historiador Ronaldo Vainfas, procurou demonstrar que o patriarcalismo não era fundamentado pela estrutura do domicílio, em outras palavras, o patriarcalismo nem sempre precisava estar associado à família extensa. Para o autor, seria mais no universo dos valores e da estrutura de poder que se definiria o modelo patriarcal²⁰.

¹⁶ VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Vol.1. Belo Horizonte: Itatiaia. Niterói: EDUFF, 1987. _____, *Populações Meridionais do Brasil*. Vol.2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

¹⁷ MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista. 1700-1836*. São Paulo: FFLCHUSP, 1974 (Tese de Livre-docência).

¹⁸ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2 ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1990.

¹⁹ SAMARA, Eni de Mesquita. *A família na sociedade paulista do século XIX (1800-1860)*. São Paulo: FFLCHUSP, 1980 (Tese de Doutorado).

²⁰ A família extensa é reconhecida por ser formada por indivíduos que compartilham vínculos consangüíneos. VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados, Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1989, pp.107-111.

Por sua vez, a historiadora Sheila Faria diz que o patriarcalismo encontra-se relacionado diretamente ao domínio masculino sobre, não apenas o espaço doméstico, mas também nas esferas sociais e políticas. Ela ainda nos indica que as análises que questionam a importância do modelo patriarcal estiveram mais concentradas em regiões urbanas, fazendo-se, assim, necessário mais estudos sobre as regiões rurais²¹. Nesse mesmo sentido de debater a presença do patriarcalismo em diferentes áreas e regiões do Brasil, Silvia Brügger, em seu trabalho sobre Minas Gerais, aplicou o conceito como prevalência das relações familiares naquela sociedade e não como a presença da família extensa. Para ela, talvez, o termo correto a ser aplicado seria *familismo* e não patriarcalismo, já que, a idéia central do modelo patriarcal “*parece residir no fato de as pessoas se pensarem mais como membros de determinada família do que como indivíduos*”.²²

No Rio Grande do Sul, a historiografia gaúcha recentemente deu espaço à temática da família. Anteriormente à abertura dos estudos historiográficos ao tema, encontramos alguns ensaios de cunho folclórico ou literário, nos quais foi dada uma maior ênfase aos costumes e tradições da sociedade sul-rio-grandense. Neste caso, temos autores como os folcloristas Dante de Laytano²³, Ramiro Barcelos²⁴, Klaus Becker²⁵ e Augusto Meyer²⁶. Muitas destas obras basearam-se em relatos de viajantes que haviam passado pelo Rio Grande do Sul entre os séculos XVIII e XIX, porém, poucas vezes, estes foram percebidos como relatos feitos por estrangeiros sobre aquilo que, para eles, era o *diferente*²⁷. Outras obras do mesmo gênero dedicaram-se inclusive às práticas cotidianas femininas na sociedade sul-rio-grandense do século XIX. É o caso do livro *Mulheres Farrroupilhas*²⁸, de Fernando Osório.

Muitos destes ensaios folclóricos foram de utilidade aos historiadores que pesquisam o Rio Grande do Sul, contudo, atualmente, as principais fontes utilizadas pelos historiadores têm sido testamentos, licenças para casamento, registros de óbitos, entre outros. Estas fontes

²¹ FARIA, Sheila de Castro. Patriarcalismo. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. _____. História da Família e Demografia Histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História – ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.255.

²² BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal – Família e Sociedade (São João Del rei, séculos XVIII e XIX)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002, p. 53 (Tese de Doutorado).

²³ LAYTANO, Dante de. *Folclore do Rio Grande do Sul: levantamento dos costumes e tradições gaúchas*. Caxias do Sul: EDUCS, Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço Brindes, Martins Livreiro, 1984.

²⁴ BARCELOS, Ramiro. *Rio Grande: Tradição e Cultura*. Porto Alegre: FLAMA, 1970.

²⁵ BECKER, Klaus. *Enciclopédia Rio-grandense*. Canoas: Regional, 1956.

²⁶ MEYER, Augusto. *Guia do Folclore Gaúcho*. Rio Grande do Sul: Instituto Nacional do Livro, 1975.

²⁷ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul – 1779-1853*. Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. / ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul 1833-1834*. Tradução Dante de Laytano. 2 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

²⁸ OSÓRIO, Fernando. *Mulheres Farrroupilhas*. Porto Alegre: Globo, 1935.

permitem conhecer não somente a história político-econômica da região, mas também para compreender sua história social e cultural. Entre estas novas análises estão trabalhos a respeito das mulheres, das relações familiares e do casamento na virada do século XIX para o XX. Podemos exemplificar estes estudos com obras diversas. Como a de Adriana K. de Senna em seu livro *A instituição matrimonial: os casamentos em Rio Grande (1889-1914)*²⁹, na qual a autora se propõe, através da reconstituição dos sistemas de casamento e, a partir das discussões sobre este na historiografia, nos jornais e nos códigos legais, a evidenciar aspectos dos padrões de comportamento da população rio-grandina num período de transformações, como a passagem do século XIX para o XX. Já Silvia Arend, em seu livro, *Amasiar ou casar? A família popular no final do século XIX*³⁰, investigou as famílias populares em confronto com as normas familiares das elites, que pretendiam normalizar as famílias das classes subalternas para que estes se tornassem trabalhadores disciplinados e adequados à manutenção da ordem social. E, claro, seguissem normas de vida familiar que a elite considerava serem as únicas corretas.

No que concerne às relações familiares e redes de solidariedade no período colonial no Rio Grande de São Pedro, destacam-se os trabalhos de Tiago Gil³¹, Martha Hameister³² e Fábio Kühn³³. Tiago Gil estudou a importância do comércio de contrabando nas regiões de Rio Grande e Rio Pardo, ponto de confluência entre os Impérios luso e espanhol no sul da América entre 1760 e 1810. O autor, entre outras coisas, apontou a existência de redes de relacionamento familiar, ancorados em postos de governo, agindo como base de sustentação do contrabando. Já Martha Hameister analisou as estratégias familiares e sociais na formação da Vila do Rio Grande utilizando-se de registros batismais associados a outros documentos. Fábio Kühn desenvolveu uma perspectiva que lhe permitiu reconhecer a importância do parentesco para as estratégias de reprodução das elites locais da vila de Laguna e da região dos Campos de Viamão, no século XVIII.

²⁹ SENNA, Adriana K. de. *A instituição matrimonial: os casamentos em Rio Grande (1889-1914)*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2001.

³⁰ AREND, Silvia M. F. *Amasiar ou casar? A família popular no final do século XIX*. Porto Alegre: Editora Universidade/ UFRGS, 2001.

³¹ GIL, Tiago Luís. *Infiéis Transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPG – História Social, 2002 (Dissertação de Mestrado).

³² HAMEISTER, Martha Daisson. *O Continente do Rio Grande de São Pedro: os homens suas redes de relações e suas mercadorias semoventes*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002 (Dissertação de Mestrado).

³³ KÜHN, Fábio. *Gente da Fronteira: Família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006 (Tese de Doutorado).

O período Imperial tem aparecido mais recentemente nas pesquisas e muitos destes trabalhos ainda estão em fase de elaboração. Assim, é na tese de Luis Augusto Farinatti que encontramos um estudo acabado sobre relações familiares inseridas na sociedade agrária da fronteira Sul do Brasil. O autor nos apresenta uma elite agrária que, através de diferentes estratégias, estava inserida em diversos campos de atuação, nos quais procurava ampliar sua economia de bens materiais e simbólicos e reproduzir suas próprias bases de poder econômico, político e social³⁴.

Estes trabalhos têm se mostrado de grande importância aos novos pesquisadores da família no Rio Grande do Sul, já que expõem a composição das variadas relações sociais, econômicas e políticas que organizavam a sociedade sul-rio-grandense em diferentes períodos e sob diversos aspectos. Eles demonstram que as redes sociais eram moldadas por mudanças e transformações sociais, político-econômicas e culturais, e, que ainda eram uma forma de manutenção e ampliação dos bens materiais e simbólicos de alguns grupos.

Essa historiografia, acima relacionada, fez um importante e eminente trabalho em relação às redes sociais e parentais, contudo, isso não exime outros pesquisadores de estudar os núcleos familiares que compunham essas redes. Estudá-los por dentro, sem desprezar as redes, olhando para elas quando for pertinente, mas com o foco do trabalho nos papéis e relações internas existentes dentro dos núcleos familiares. Desta forma, a família conjugal elementar é colocada no centro das relações parentais. Este tipo de pesquisa ainda não foi feita, nem mesmo por essa historiografia mais recente e é a estas análises da família conjugal e dos papéis ocupados pelos casais e seus filhos no seio deste núcleo que se propõem esta investigação.

Para este trabalho analisaremos três núcleos familiares pertencentes ao que, para fins didáticos, denominamos de *elite farroupilha*, ao longo do período em que decorreu a Guerra dos Farrapos (1835-1845). Nosso entendimento deste grupo passa por dois pontos fundamentais. Primeiro, o fato de ele ser parte do que também pode ser definido como elite rio-grandense, isto é, um pequeno e importante grupo de famílias com um grande poder político-econômico, social e administrativo dentro da região. Na maioria das vezes, estas famílias apresentavam vínculos entre si, tanto familiares, quanto políticos e econômicos. Em segundo, e o que definiria esta elite como *farroupilha*, o fato de estes núcleos familiares estarem diretamente envolvidos com a Guerra dos Farrapos e com a liderança do movimento rebelde.

³⁴ FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007 (Tese de Doutorado).

Isso permite tratar esses três núcleos como uma parte de um grupo maior e não apenas como uma amostragem decorrente da disponibilidade de fontes, no caso, as cartas trocadas, ao longo do conflito, entre os familiares. É importante ressaltar também que outros elementos aproximam estes três grupos. Primeiro, o fato dos homens estarem diretamente envolvidos no conflito que dividiu a região por dez anos, os colocou distantes, na maior parte de tempo de suas esposas e filhos – os quais, após suas breves visitas (ao menos é o que indica o reconhecimento paterno) continuaram a nascer. Segundo, o conflito e a distância criaram a necessidade de que as decisões dos cônjuges, que envolviam os destinos da família, a educação dos filhos e a administração dos bens, deixassem de ser feitas em conversas – às quais o historiador nunca teria acesso – e passasse a ser feita pelas inúmeras cartas trocadas por esta família afastada, mas não partida. Logo, ao invés de ter acesso apenas ao resultado final expresso pelos homens, as cartas trocadas durante a farroupilha nos permitem o raro alcance das opiniões femininas, bem como saber quando, como e porque estas eram consultadas por seus maridos, o que não era feito de forma constante e generalizada pelos maridos.

As famílias estudadas neste trabalho serão as de Bento e Caetana Gonçalves da Silva, Domingos José de Almeida e Bernardina Barcellos de Almeida e de Antônio Vicente da Fontoura e Clarinda Porto da Fontoura.

Pode-se afirmar que a família era a força motriz das decisões deste grupo, sendo ainda o referencial nas ações e posições de seus membros. Estes núcleos familiares se apresentavam com uma forte hierarquia, principalmente em relação à autoridade masculina e paterna. Porém, não se tratava de um poder absoluto do “patriarca-indivíduo”, mas sim do poder da família³⁵. Este poder da família era legitimado por diversas convenções e códigos culturais sobre os papéis exercidos pelas filhas e filhos, pelas esposas e mães e até mesmo pelos maridos e pais. A vida de cada um dos integrantes destes núcleos familiares não era pensada em função de seus interesses, mas como parte de uma unidade familiar, onde todos deveriam saber seus lugares e funções. Isto, de forma alguma, excluía a importância das mulheres. Mesmo que estas mulheres vivessem em uma sociedade preponderantemente masculina e estivessem formalmente sob o domínio de seus pais, maridos ou, no caso de viuvez, deixassem algum filho na direção de seus bens, devemos evitar a idéia de patriarcalismo de

³⁵ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucamos*. RJ: José Olympo, 1985, pp. LXXII e CII-CII. Apud. BRÜGGER, Sílvia, 2002, p. 76.

forma absoluta³⁶. As mulheres dos grupos estudados aparecem como sujeitos atuantes na vida familiar em vários momentos e decisões, sendo, inclusive, portadoras de reconhecimento social, o qual era, prontamente, anexado aos bens simbólicos da família.

Estamos tratando aqui de um grupo para quem os papéis masculinos e femininos eram importantes para a posição ocupada por suas famílias e onde o parentesco materno era considerado tão importante quanto o paterno. Pode-se dizer que, para as famílias que pertenciam à *elite farroupilha*, algumas das possibilidades de ascensão social podiam se assentar no que Pierre Toubert denomina *hipergamia masculina*³⁷. Diz-se hipergamia masculina o acesso à família de uma esposa pertencente a um grupo familiar mais poderoso. Contudo, isso não significava que não pertencessem à mesma esfera social, mas, de qualquer forma, dava um outro valor ao papel da esposa na composição de uma nova família nuclear.

A escolha de um cônjuge selava alianças entre grupos familiares que tinham algo a oferecer reciprocamente, como acesso a outras redes de poder, prestígio social e riqueza³⁸. Desta forma, o casamento era algo que exigia muita cautela e atenção por parte principalmente dos pais. Estes também levavam em consideração as carreiras e áreas de atuação dos filhos, já que, a participação em diferentes áreas da sociedade fazia parte de suas estratégias familiares³⁹. Tanto os filhos e filhas, como as esposas e mães ajudavam a conduzir, com suas próprias atuações, os rumos das estratégias familiares e reforçavam o poder masculino e patriarcal de suas famílias.

A chave para compreender as famílias que faziam parte da elite farroupilha foram as correspondências deixadas por três núcleos familiares, já nomeados, pertencentes a esta elite farroupilha, além de seus inventários. As cartas encontradas e analisadas para este trabalho são de grande valor por sua raridade e importância, principalmente por terem sido escritas em uma época em que grande parte da população não era alfabetizada. As mensagens dadas pessoalmente eram predominantes, mas as cartas também eram um importante veículo de comunicação, ainda mais para os que queriam trocar notícias particulares e até mesmo mais íntimas.

³⁶ FARINATTI, Luis Augusto Ebling. Op.cit., p.216.

³⁷ TOUBERT, Pierre. O período carolíngio (séculos VIII a X). In: BURGUiÈRE, André [et al] (dir.). *História da Família*. Tempos Medievais: Ocidente, Oriente. Vol.2. Tradução Ana Santos Silva. Lisboa: Terramar, 1997, p. 76.

³⁸ BRÜGGER, Sílvia. Op.cit. p.325.

³⁹ FARINATTI, Luis Augusto Ebling. Op.cit.

As cartas tiveram sua origem como documento social mais do que como comunicação pessoal, adquirindo novas “sensibilidades”, entre meados do século XVIII e XIX⁴⁰. A escritura de uma carta está sempre submetida ao código sócio-cultural de sua época. As correspondências são um objeto de escrita que está no domínio das representações, por isso a importância de percebê-las em seu contexto. A escrita e/ou a leitura de uma correspondência é um comportamento que tem a intenção de estabelecer ou manter uma comunicação com o outro, uma relação intersubjetiva. Por isso deve haver um código, um entendimento em comum entre quem a recebe e quem a escreve, para abolir as distâncias de todas as ordens. A correspondência possuía uma função ritual, marcando concretamente os laços afetivos, e valendo tanto pelo que dizia quanto pela regularidade de sua execução. Ela ainda pode nos ajudar a identificar como a vida de uma pessoa estava organizada de tempos em tempos e seus ritmos: a vida pública, a vida privada e quando estas se interligavam.

A escrita de si era uma prática cultural imbuída pela subjetividade de quem escrevia, pois o autor escrevia “sua” verdade, podendo servir-se de exercícios de proteção e ocultação de si mesmo⁴¹. Dessa forma, é necessário estar ciente do contexto em que estas correspondências estão inseridas e conhecer as pessoas que as escreviam e recebiam, analisar como viviam, se relacionavam, como entendiam aos outros, a si mesmos, os acontecimentos e como organizavam suas ações. A construção de uma carta pode nos mostrar, por exemplo, que os “mais letrados” se beneficiavam de um vocabulário mais variado (mas que nos permite ver algumas deficiências em suas manifestações) e de fórmulas que os ajudavam na escrita de suas correspondências. Mostram também códigos que determinavam o gênero epistolar – saudações, despedidas, e assinatura –, nos remetendo ainda à montagem da rede de relações organizacionais e afetivas presentes nas correspondências⁴². Além de tratarem de negócios e política, as cartas possuíam um estilo confessional e confidencial, apresentando muitas vezes um romantismo conjugal. As cartas para alguns casais eram uma forma de substituir a presença física que tanto fazia falta e saciar a ansiedade a respeito dos outros familiares e também saber da situação de quem escrevia.

A troca de correspondências exigia outra figura importante além do escritor/remetente e do leitor/destinatário: o portador. O portador deveria ser uma pessoa de confiança (sim, existia a possibilidade de alguma carta ser violada, tanto a procura de informações como de

⁴⁰ GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*. O coração desvelado. Vol.4. Tradução Sérgio Bath. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, pp.338-339.

⁴¹ GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

⁴² GOMES, Ângela de Castro. Em família: a correspondência entre Oliveira Lima e Gilberto Freyre. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Op.cit.*, p. 53.

dinheiro enviado). Nem sempre era fácil encontrar alguém que estivesse se dirigindo ao lugar a que a carta seria remetida e que fosse de confiança. Esse mesmo sentimento de confiança deveria marcar a relação entre os correspondentes, pois, devemos lembrar que, depois de escrita e remetida, a carta passa a ser do destinatário e não mais de seu remetente. Ainda poderia existir outra problemática para a escritura de uma correspondência: a falta de papel, principalmente em meio ao caos da guerra.

Outra documentação utilizada para a pesquisa foram os inventários *post-mortem*. Esse tipo de fonte tem grande valia porque as formas de sua feitura sofreram poucas alterações no passar dos séculos XVI ao XIX. Assim, prestando-se a análises que nos permitem comparar relações familiares ao longo de todo este tempo, embora aqui somente nos interesse o século XIX. Eles nos revelam não só os bens rentáveis, mas também as questões da vida familiar, as divergências e disputas, as relações dentro da família. Legar as últimas vontades ou ter os seus bens inventariados eram práticas sociais presentes na vida de algumas pessoas; contudo, não se pode reduzir o sistema de sucessão unicamente à esfera das práticas consuetudinárias. Havia uma preocupação de um Estado de Direito que buscava ordenar a vida civil reconhecidamente por meio das Ordenações Filipinas. Estas eram as leis portuguesas que tratavam sobre as heranças vigentes na época e derivam do direito romano e do direito consuetudinário. Estas Ordenações distribuíam igualmente os bens entre os herdeiros, independente do gênero. Assim, as heranças paterna e materna dividiam-se entre os filhos, sem privilégios de idade ou sexo. Contudo, embora esta seja uma lei igualitária, na prática do dote e da terça poder-se-ia verificar a existência de uma diferença entre a legítima dos filhos e das filhas.

Quando morria um dos cônjuges, a metade dos bens destinava-se ao sobrevivente e a outra era dividida em três partes, duas para os “herdeiros necessários” e uma terça (a terça) para quem o sujeito deixasse em testamento, caso o fizesse. Na ausência de filhos (legítimos, legitimados ou adotivos), a ordem de sucessão era feita da seguinte forma: descendente (netos), ascendentes, cônjuges, colaterais até o décimo grau e Estado⁴³, tendo em vista que “as leis que regulam a herança no Império Português assentavam no princípio de que os bens pertenciam à família, não ao indivíduo”.⁴⁴ Assim sendo, os inventários *post-mortem* faziam parte das estratégias familiares e matrimoniais e eram uma das formas utilizadas pela elite nas estratégias de manutenção e reprodução de seu capital material e simbólico.

⁴³ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistemas de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: EDUSP, 1984.

⁴⁴ *Ibidem*, idem, p.97.

Com a ajuda desta documentação conseguimos responder alguns questionamentos básicos que nos norteavam desde o início da pesquisa: como se dava as relações conjugais e as relações pais/filhos entre membros da elite farroupilha entre 1835-1845? Como estas famílias manejavam essas relações para organizar suas estratégias sociais, envolvendo temas como a atuação sócio-econômica dos filhos e os casamentos dos mesmos? Neste sentido, como se pode perceber a presença de relações patriarcais nas famílias da elite farroupilha? Quais seus limites e quais os espaços existentes para as decisões individuais? A dinâmica de alianças e da própria família era influenciada pelas relações entre os cônjuges e, a consecução dos projetos e estratégias familiares, passavam por estas relações conjugais, como ainda pela relação entre os pais e os filhos?

Através das cartas e inventários foi possível identificar algumas das características que davam forma aos núcleos familiares do grupo estudado. Primeiramente, constatamos que a identidade familiar era constituída em essência social e assim transformada em destino. O meio social e sua representação, as condições de produção, as dinâmicas das relações de aliança e o quadro político ajudavam a determinar, em diferentes graus, a natureza destas famílias, seu lugar e sua importância no conjunto dos processos sociais. E, quando a sociedade se encontrava em “crise – neste caso, em meio à guerra – o núcleo familiar desempenhava o papel de uma base de recolhimento.

As famílias pesquisadas eram construídas a partir de um núcleo conjugal e seus filhos, que se adaptavam às novas relações de poder a partir de coalizões externas múltiplas, as quais tinham como motivo e objetivo ampliar as estratégias de cooptação de bens materiais e simbólicos. Igualmente, servia como o elo de uma rede de proteção, gerando sistemas de valores que a investiam de diversas tarefas e direitos que diziam respeito ao meio social. Nesse sentido, a família não era apenas um patrimônio, era também um capital simbólico de honra. Tudo o que arranhava sua reputação, que poderia manchar seu nome, era visto como uma ameaça. Desta forma, o núcleo familiar funcionava como uma espécie de superego, exigindo disciplina e controle dos impulsos interiores, como a violência e a sexualidade. Todas as funções de pai e mãe, marido e esposa, filho e filha, que são o enfoque deste trabalho, eram funções que uma pessoa exercia em função de si e em relação a outras pessoas. Para isso, seus laços precisavam reforçar-se ininterruptamente, formando ligações em que cada sujeito cumpria sua finalidade, sendo ainda regularizadas por “códigos sociais”.

As formas de classificação dos indivíduos na família eram formas sociais relativas a um grupo particular e determinadas pela sociedade. Para isso, deveria haver um consenso

social sobre estes lugares na família. Em outras palavras, a posição das pessoas no grupo familiar dependia profundamente do conhecimento e do reconhecimento social desta posição.

O que apresento aqui é, de certa forma, um ponto de vista dominante, no qual mostro a idéia que estes homens e mulheres formavam de si próprios, influenciados pelo que o mundo social lhe atribuía para o seu “ser” e o “dever ser”. Contudo, esta imagem de si mesmo não deixa de ser legítima. Como nos lembra Bourdieu: “*o princípio da visão dominante não é uma simples representação mental, um fantasma (‘idéias na cabeça’), uma ‘ideologia’, mas um sistema de estruturas duradouramente inscritas nas coisas e nos corpos*”.⁴⁵

Para isso, este texto foi organizado da seguinte forma:

No primeiro capítulo será tratado o contexto sócio-político e econômico em que viviam as famílias estudadas, as áreas em que atuavam e como se formaram através dos casamentos. Além disso, será tratado como a guerra influenciou a vida pública e, principalmente, a privada, destas famílias. Uma pequena biografia das famílias estudadas terá como função desenvolver justamente estes elementos, além de demonstrar a importância do casamento na formação daquela sociedade.

No segundo capítulo, voltamos nossa abordagem para a análise das cartas, para o conhecimento dos homens da elite farroupilha no período da guerra e a importância dos papéis familiares masculinos na organização do núcleo familiar. Tentamos entender o que era para estas pessoas ser filho, marido e pai e como estas posições eram importantes dentro da sociedade em que viviam. A escolha por tratar dos homens antes das mulheres foi por estes serem considerados, no período estudado, o “cabeça do casal”.

Em relação ao terceiro capítulo, fazemos uma espécie de contraponto do segundo, mas mostrando aí a importância das mulheres da elite farroupilha nos papéis familiares. E da mesma forma, como feito ao analisar os homens, tentar entender o que era para a época ser filha, mãe e esposa.

⁴⁵ BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução Miguel Serras Pereira. Oeiras: Editora Celta, 1999, p.35.

CAPÍTULO 1 – A CASA

*“O sentimento da família está ligado a casa, ao governo da casa e a vida na casa”.*⁴⁶

A casa pode nos trazer uma idéia de aconchego e segurança. Ela pode nos remeter a um sentimento de família, apego, fixação e convivência. A casa pode também nos dar uma idéia mais ampla: a idéia de pertencimento, de moradia, de residência. *“A residência é moral e política”.*⁴⁷ Nenhum eleitor sem domicílio, nenhum notável sem sua residência na cidade e castelo na província. Símbolo de disciplinas e reconstruções, a casa conjura o perigo das revoluções. Neste caso temos a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Foi neste lugar que viveram as famílias que iremos analisar, onde construíram sua casa, seu lugar de pertencimento. Foi ainda neste espaço que estas mesmas pessoas traçavam suas relações sócio-políticas, econômicas e familiares. Por isso, para entendê-las, precisamos compreender o contexto em que seus membros construíram suas vidas.

No decurso dos anos de 1835 a 1845, o Império brasileiro lutou contra o movimento reivindicatório mais longo de sua história: a Guerra dos Farrapos. Esta revolta possui vários motivos para a sua justificação, que vão desde motivações econômicas até políticas⁴⁸.

O Rio Grande do Sul foi integrado ao Brasil como uma zona militar-fronteiriça, tendo voltado seu caráter econômico ao mercado interno brasileiro, embora não exclusivamente. No século XVIII com o comércio das mulas, que consolidou sua inserção à economia brasileira e,

⁴⁶ ARIÈS, Philippe. Op.cit. p.21. A “casa” aqui não é entendida apenas como espaço físico. Ela também é sinônimo das ligações existentes entre as famílias, seus parentes e aliados e, principalmente, é vista aqui pelas relações existentes entre os membros do núcleo conjugal que formavam estas famílias.

⁴⁷ PERROT, Michelle. Maneiras de morar. In: PERROT, Michelle (org.). *História da vida privada. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Vol.4. Tradução Denise Bottman e Bernardo Jofilly. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 308.

⁴⁸ Existe uma importante e variada produção historiográfica sobre a Revolução Farroupilha e entre alguns de seus expoentes podemos citar: VARELA, Alfredo. *História da Grande Revolução - o ciclo farroupilha no Brasil*. Porto Alegre: Globo, 1993. 06 volumes. / FLORES, Moacyr. *Modelo Político dos Farrapos*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1978. / LAYTANO, Dante de. *História da República Rio-grandense (1835-1845)*. 2 ed. Porto Alegre: Globo, 1983. / LEITMAN, Spencer. *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. / GUAZZELLI, César Augusto. *O Horizonte da Província: a República Rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro: UFRJ – PPGH, 1998 (Tese de Doutorado). / DACANAL, José Hildebrando (org.). *Revolução Farroupilha: história e interpretação*. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997. / PICCOLO, Helga I.L. *O discurso político na Revolução Farroupilha*. Revista de História, Porto Alegre, vol. 1, p. 39-53, 1987. / PESAVENTO, Sandra J. *A Revolução Farroupilha*. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. / PADOIN, Maria M. *Federalismo Gaúcho: fronteira platina, direito e revolução*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.

depois, com o trigo, o couro e o charque⁴⁹. Foi a partir da década de 1790, que o charque começou a ter importância nas exportações sul-rio-grandenses. Contudo, a produção charqueadora só atingiu grande relevância na primeira metade do século XIX, sendo seus mercados as regiões de plantations de açúcar e, depois, as de café, abastecidas pelos portos do Rio de Janeiro, Salvador e Recife (principais destinos do charque gaúcho)⁵⁰.

Esta produção deu origem a uma elite econômica que tinha como principais atividades a pecuária extensiva, a fabricação do charque e o comércio. A pecuária extensiva era marcada por grandes extensões de terra e grande volume de gado, administrados por estancieiros que, em sua maioria, ocupavam cargos militares e que, segundo Leitman também eram:

(...) homens auto-suficientes (que) estavam presos às variações do mercado. Tornou-se, portanto, uma meta importante para eles o controle e proteção de seus bens, à proporção que as terras iam sendo ocupadas e os limites demarcados embora inexatamente. Muitos estancieiros eram no fundo homens de negócio, desejosos de adquirir respeitabilidade. Estavam a par dos preços, da taxa de câmbio, dos créditos e do efeito que a política exercia sobre suas situações econômicas. Mandavam os filhos estudar direito nas cidades grandes, prevendo corretamente que as batalhas se desenrolariam tanto nos tribunais como nas fazendas⁵¹.

Já a atividade charqueadora era marcada por uma significativa mão-de-obra escrava⁵² e por um interesse duplo: o mercado externo de couro e uma produção em grande escala de determinados produtos, como o charque, para o mercado interno⁵³ sendo os charqueadores:

(...) uma opulenta classe de senhores de escravos cujos hábitos e refinamentos só não foram tão acentuados quanto de seus congêneres do centro e do nordeste do país em virtude de que no Rio Grande do Sul, a acumulação de

⁴⁹ CORSETTI, Berenice. *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX*. Niterói: UFF, 1983, pp.22-30 (Dissertação de Mestrado).

⁵⁰ Mais sobre o assunto em OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da Estremadura Portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Niterói: UFF, 1999 (Tese de Doutorado).

⁵¹ LEITMAN, Spencer. *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, pp.101-102.

⁵² Segundo Maestri, teria sido a charqueada, na última vintena do século XVIII, a responsável pela estruturação de um sólido regime social de produção escravista no Rio Grande do Sul. MAESTRI, Mario. *O escravo no RS: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho*. Porto Alegre: EST, 1984, p.54.

⁵³ CORSETTI, Berenice. Op.cit., p.75.

capital não foi tão intensa quanto a que ocorreu nas zonas de economias exportadoras de produtos tropicais⁵⁴.

Quanto ao comércio existente nesse período, plenamente ligado à pecuária e ao charque, tinha um caráter subsidiário e uma situação periférica e dependente da economia sulina com as regiões centrais do Brasil⁵⁵. Contudo, também negociava produtos com os países platinos, principalmente gado⁵⁶. O Rio Grande do Sul, e os farrapos tinham a Argentina e o Uruguai como grandes parceiros comerciais e, ainda, este último, como área de movimentação para as tropas e sua criação. Como nos lembra Leitman:

Durante a maior parte do conflito os Farrapos eram senhores incontestáveis das pastagens da Campanha e também controlavam o movimento do gado das terras que os brasileiros possuíam na Banda Oriental. O fluxo de gado seguia duas direções: para Montevidéu, que era geralmente pró-farrapo, e para a região da Laguna, no Rio Grande do Sul⁵⁷.

O mesmo autor ainda nos diz que o Rio Grande do Sul também foi, em algumas circunstâncias, uma espécie de “porto seguro” do Prata:

A transferência de uma charqueada de um porto do Prata para outro não era novidade. Durante as guerras cisplatinas ou industriais do charque de Montevidéu se transferiram para o Rio Grande do Sul com capital e até mesmo com escravos. Deslocando as operações para portos mais seguros, como o Rio Grande ou Pelotas, antecipavam a mudança do tráfico de gado das regiões destruídas do interior. De 1811 a 1850 não houve uma paz prolongada nas áreas produtoras ou exportadoras de gado da bacia do Prata, mas um certo método no esquema territorial da guerra. Quando havia guerra numa região da bacia platina ressurgia a economia em outra região que anteriormente tinha sofrido financeiramente. Os três principais centros exportadores, isto é, Buenos Aires, Montevidéu e Rio Grande do Sul nunca chegaram a ser afetados pela guerra simultaneamente⁵⁸.

Sendo o charque o principal produto de exportação do Rio Grande do Sul, os estabelecimentos que o comercializavam podiam ser de dois tipos:

⁵⁴ CORSETTI, Berenice. Op.cit., p.125.

⁵⁵ Ibidem, idem, p.207.

⁵⁶ LEITMAN, Spencer. Op.cit., pp.123-147.

⁵⁷ Ibidem, idem, p.151.

⁵⁸ Ibidem, idem, pp.160-161.

1º) os comerciantes estabelecidos na província, com casas de exportação e importação, que negociavam o produto gaúcho por consignação⁵⁹; 2º) os comerciantes estabelecidos nos centros maiores das regiões consumidoras, que atuavam através de casas comissionárias e que, também, podiam agir por consignação⁶⁰.

Desta maneira, os comerciantes estabelecidos na província estavam envolvidos com a venda de charque, mas também com a compra e venda de gado e até mesmo seu contrabando, em especial nas fronteiras com a Argentina e o Uruguai⁶¹. Segundo Rosicler Fagundes, muitos desses negociantes podiam ser também criadores ou estancieiros⁶². Podemos definir a diferença entre ser criador e estancieiro da seguinte forma: criador era a definição genérica para todos que criam gado, em pequena, média ou grande quantidade. Contudo, segundo Farinatti, se chamava criador apenas os pequenos e médios, enquanto os grandes eram denominados fazendeiros ou estancieiros⁶³.

Sendo assim, e com essa co-relação entre criadores, estancieiros e comerciantes, quando a pecuária e a produção charqueadora passavam por dificuldades, o comércio era prejudicado. As articulações e o apoio de um setor ao outro eram de grande importância à elite farroupilha, visto que eram muitos dos indivíduos que a ela pertenciam que compunham esses setores. Estas pessoas possuíam grande poder econômico, político, social e administrativo na região, formando uma hierarquia social animosamente excludente e desigual. Pertenciam a esse grupo, as famílias mais importantes da província e que, na maioria das vezes, tinham vínculos entre si (políticos, econômicos e, claro, familiares).

Porém, a produção do charque gaúcho começou a sofrer concorrência do charque platino. Os produtores sul-rio-grandenses alegavam que isto se dava devido às baixas tarifas que o charque platino vinha recebendo nas alfândegas brasileiras. Um dos importantes motivos que contribuíram para a concorrência entre os charqueadores e gaúchos e platinos (saladeros) foi a isenção de direitos de importação sobre o sal de Cádiz, tão importante na produção do charque, o que acabava por diminuir o preço do produto platino. *“O interesse nos baixos custos do charque agradava as regiões central e norte do país que diminuía os*

⁵⁹ Consignação é o ato de confiar o negócio de mercadorias a agentes.

⁶⁰ CORSETTI, Berenice. Op.cit., p.252.

⁶¹ THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. *Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul - 1851-1864*. Porto Alegre: UFRGS, 2007 (Dissertação de Mestrado).

⁶² FAGUNDES, Rosicler F. *Negócios no interior: o comércio em São João da Cachoeira na primeira metade do século XIX*. Santa Maria: UNIFRA, 2006 (Trabalho final de Graduação).

⁶³ FARINATTI, Luis Augusto Ebling. Op.cit., pp.3 46-367.

custos na alimentação dos escravos".⁶⁴ Além disso, no início da década de 1830, o Rio Grande do Sul havia acumulado um superávit anual em relação ao governo central, o que, a princípio, permitiria à província uma margem de alívio para a economia. Entretanto, esse excedente foi usado para cobrir o déficit de outras províncias e saldar dívidas do governo central com outros credores, ao invés de ser usado, como os sul-rio-grandenses queriam, para viabilizar obras públicas ou para saldar as dívidas do Império com o Rio Grande do Sul⁶⁵.

Além dos problemas com o charque, outra importante motivação para a guerra foi a intervenção e a cobrança de impostos sobre o trânsito de mercadorias e gado na fronteira⁶⁶. As boas pastagens da metade norte do Uruguai abrigavam diversas propriedades pertencentes a brasileiros. O livre fluxo de mercadorias e de gado, através da fronteira, era fundamental para os grandes produtores, que possuíam terras dos dois lados. Além disso, havia os charqueadores sul-rio-grandenses que precisavam da entrada de gado vindo dessa região⁶⁷.

Contudo, nem todos os estancieiros e charqueadores aderiram à revolta. Muitos se mantiveram leais ao Império e demonstraram com isto, que a guerra não se fez apenas por questões econômicas. Devemos lembrar ainda que, entre os líderes da revolta existia uma grande heterogeneidade de perfis sociais, políticos e mesmo de motivações para a adesão. Participaram da guerra diferentes grupos sociais, havendo estancieiros da região de fronteira, militares de primeira linha⁶⁸ que vieram de outras províncias, charqueadores, magistrados, padres e alguns carbonários italianos⁶⁹. Além desses, havia também os corpos combatentes formados pelos subalternos: pequenos e medianos produtores, peões e escravos⁷⁰.

⁶⁴ PESAVENTO, Sandra J. *A Revolução Farrroupilha*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 37.

⁶⁵ LEITMAN, Spencer. *Op.cit.*, pp.123-147.

⁶⁶ *Ibidem*, idem, pp.133-136.

⁶⁷ CORSETTI, Berenice. *Op.cit.*, pp.81-83.

⁶⁸ Durante o período colonial no Brasil as forças militares eram divididas em três linhas: o Exército ou 1ª linha, profissional, pago; os Terços de Auxiliares ou 2ª linha e as Ordenanças. Os Auxiliares, como força de reserva, ficavam disponíveis para necessidades ocasionais e as Ordenanças eram empregadas nos depósitos de recrutas das tropas de 1ª e 2ª linha. A partir de 1876, os Terços Auxiliares passaram a ser denominados Milícias e, com a constante falta de recursos para a manutenção de tropas profissionais, acabaram por desempenhar a maioria das funções militares. RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço os chamava: os milicianos e os guardas nacionais gaúchos (1825-1845)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2005, pp.25-26.

⁶⁹ Os carbonários foram uma resistência armada contra os franceses e as forças napoleônicas que dominavam a Itália no início do século XIX. Os carbonários faziam parte de uma sociedade secreta, com similaridades a franco-maçônica, conhecida como Carbonária, que se iniciou em Nápoles sob o governo de Joachim Murat. Eram caracterizados por uma mistura de elementos católicos e de bandoleiros comandados por desertores. Quando expulsas as tropas napoleônicas, os carbonários procuraram unificar a Itália e estabelecer instituições liberais. Este movimento ficou conhecido como "Risorgimento". Faziam parte deste grupo Giuseppe Garibaldi, Tito Lívio Zambecari e Luigi Rossetti, que atuaram na Guerra dos Farrapos. Contudo, segundo Moacyr Flores, o objetivo carbonário de um estado unitário era contrário à doutrina federalista dos sul-rio-grandenses. FLORES, Moacyr. *Modelo Político dos Farrapos*. 4 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996, pp. 47-66.

⁷⁰ FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Op.cit.*, pp.74-75.

Um outro problema que serviu de estopim para a guerra estava na questão da autonomia política. As questões político-administrativas eram subordinadas a uma concepção centralista, a qual era professada pela monarquia brasileira. Ficava a cargo do poder central a nomeação do presidente para a Província, o que descontentava e ia de encontro aos interesses da elite farroupilha. Esta alegava que os presidentes nomeados pelo governo central não conheciam e não defendiam os interesses da Província do Rio Grande.

Entre alguns membros da elite do Rio Grande do Sul, “*que queriam garantir suas propriedades e liberdades e que acreditavam na força do Legislativo sobre o Executivo*”⁷¹ havia uma forte tendência liberal e federalista. E, mesmo com a criação do Ato Adicional de 1834, que concedia autonomia aos conselhos provinciais, as tensões entre a Corte e alguns grupos da elite provincial continuaram⁷², provocando uma rebelião contra a regência imperial, que se manteve durante dez anos.

Os “farroupilhas”, como ficaram conhecidos os rebeldes da Província do Rio Grande que lutaram contra as formas político-administrativa do governo central, baseavam suas idéias políticas em teorias liberais e federalistas. Federalistas porque pretendiam que as províncias elessem seus presidentes, elaborassem suas próprias leis e reivindicavam a permanência do dinheiro, arrecadado na forma de impostos, nas respectivas províncias. Para o historiador Moacyr Flores, os farroupilhas acreditavam que o Federalismo era a única solução para atender as diversificações econômicas regionais e também as pretensões políticas das oligarquias locais⁷³. Isto demonstra uma forte tendência a um liberalismo e um federalismo bem particulares, e que estavam moldados pelas idéias e interesses da elite farroupilha⁷⁴.

Quanto ao Liberalismo, a República Rio-Grandense manteve a concepção de luta contra o poder Executivo⁷⁵,

(...) considerando que a soberania residia no povo, mas o cidadão, isto é, todo homem livre nascido no território da república, não podia exercer as atribuições da soberania imediatamente por si mesmo, mas sim por meio do voto, pelo modo que a lei determinava. Ficavam sem gozos de direitos políticos os menores de 21 anos, os filhos que viviam com o pai, os criados de

⁷¹ FLORES, Moacyr. *Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1984, p. 24.

⁷² Deposição do presidente provincial indicado pelo governo regencial.

⁷³ FLORES, Moacyr, 1984, op.cit., p. 24.

⁷⁴ LEITMAN, Spencer. Op.cit. / PADOIN, Maria M. Op.cit. / FLORES, Moacyr, 1996, op.cit.

⁷⁵ O Liberalismo, como termo político, designa o ponto de vista daqueles cuja principal preocupação em política é adquirir ou preservar algum grau de liberdade dentro do controle exercido pelo Estado ou por outras entidades que possam ser consideradas contrárias à liberdade humana. O liberalismo é tradicionalmente um movimento para assegurar que o povo, como um todo, não fique sujeito a um governo arbitrário, mas que, em sua vida privada, seja protegido pela lei e, em questões públicas, possa controlar o Executivo por meio de um Poder Legislativo livremente eleito. Nota – Dicionário de Ciências Sociais. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1987, p.686.

servir, os religiosos de comunidade claustral, os soldados, aspençadas e cabos, os analfabetos, os de renda anual inferior a cem mil réis por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego⁷⁶.

A Guerra dos Farrapos, em sua primeira fase (20 de Setembro de 1835 a 11 de Setembro de 1836) foi caracterizada pela ação dos liberais monarquistas. Já em sua segunda fase, após 1836, a rebelião foi marcada pela proclamação da República e pela atuação dos liberais republicanos, o que levou vários membros do primeiro grupo a abandonarem o movimento farroupilha. Foi nesta segunda fase que Bento Gonçalves da Silva assumiu a presidência da então recém formada República Rio-Grandense.

Mas, apesar da escolha de seu próprio presidente⁷⁷, e das várias vitórias do exército farroupilha sobre o exército imperial, a partir de 1843, iniciou-se um declínio das forças farroupilhas, principalmente por questões do enfraquecimento, devido aos conflitos, da pecuária na Campanha, o que aumentou os embates entre a própria elite farrapa⁷⁸. Esta foi a brecha encontrada pelo Império para acabar com a rebelião, oferecendo anistia aos revoltosos, se estes depusessem suas armas.

Através de um acordo⁷⁹, chegou ao fim uma revolta feita para defender os interesses de parte da elite sul-rio-grandense, que fez uso de grupos de menos favorecidos – como peões e escravos – em seus combates. Estes grupos nada ganharam, ao contrário da elite, que mesmo tendo perdido a guerra ganhou concessões como o direito de escolher seu próprio presidente; permissão de transferência para o exército brasileiro, ocupando os mesmos postos a que pertenciam nas forças rebeldes; garantia do direito à propriedade e de que suas dívidas seriam pagas pelo Império, além da elevação da taxa alfandegária sobre o charque platino que seria vendido ao Brasil. Esta elite farroupilha, formada por estancieiros-militares, charqueadores e comerciantes estava tentando assegurar, através de uma revolta, seus bens materiais e simbólicos. Esta ação tinha tanto fins políticos, como econômicos e sociais. E através da guerra, estas pessoas tentavam afiançar sua reprodução na sociedade, já que estes bens materiais e simbólicos eram vitais para a construção de relações, entre elas, as familiares,

⁷⁶ FLORES, Moacyr, 1996, op.cit. p. 35.

⁷⁷ Para manter a Guarda Nacional na guerra, os farroupilhas indicaram e depois elegeram como presidente da República o comandante-geral desta milícia, o coronel Bento Gonçalves da Silva. FLORES, Moacyr, 2004, op.cit., pp.69-70. Sobre a Guarda Nacional ver: FERTIG, André Átila. *Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional na província do Rio Grande do Sul na defesa do Estado Imperial centralizado (1850-1873)*. Porto Alegre: UFRGS, 2003 (Tese de Doutorado) / RIBEIRO, José Iran. Op.cit.

⁷⁸ LEITMAN, Spencer. Op.cit., p.166.

⁷⁹ Assinatura da Paz de Ponche Verde, 28 de Fevereiro de 1845.

além de sua manutenção no topo de uma hierarquia desigual, que contribuía para a forma com que esta elite via a sociedade, seu lugar nela e dos grupos a ela subordinados.

1.1. Os Almeida, os Gonçalves da Silva e os Fontoura: três núcleos familiares da elite farroupilha

Os três núcleos de famílias que aqui analisamos, compõem-se de Bento Gonçalves da Silva e sua esposa Caetana Garcia da Silva, juntamente com seus filhos; de Domingos José de Almeida e sua esposa Bernardina Barcellos de Almeida e seus filhos, como também de Antônio Vicente da Fontoura, sua esposa Clarinda Porto da Fontoura, acompanhados de seus filhos. Estas famílias pertenciam ao grupo da elite farroupilha, entendendo-se, neste caso, elite como um grupo de pessoas influentes e privilegiadas que dirigiam e negociavam as questões de interesse da coletividade⁸⁰. Esta elite farroupilha se apresentava, recorrendo aqui a caracterização de Maravall, como um grupo minoritário, que atuava com caráter duradouro e recorrente, que não sendo apenas um mero grupo de expressão, se projetava sobre uma ampla zona de aspectos da vida social, tendo uma formação que não era muito fechada⁸¹. Os Almeida, os Fontoura e os Gonçalves da Silva são expoentes de um grupo dominante que atuava simultaneamente em diferentes atividades, buscando o prestígio e a manutenção de seus bens materiais e simbólicos. Além disso, tinham um sentimento de superioridade política e social e também certo grau de reconhecimento público e social. Seus valores, modos de comportamento, formas de vida, os integravam em um certo sistema de crenças, sendo a guerra uma peça fundamental a essa elite para a manutenção da ordem e da hierarquia social⁸².

A guerra podia ser um momento difícil na vida das pessoas que a enfrentavam. Mesmo que não estivessem diretamente em postos de combate e sim a vivendo através de quem participava das batalhas, poderia ter sua vida afetada por ela. A guerra dos farrapos influenciou a vida econômica, política e social destas famílias e por elas foi influenciada. O período em que foram travados combates, foi também em que as famílias e os papéis

⁸⁰ HEINZ, Flávio M. (org.). *Por uma outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.07.

⁸¹ MARAVALL, Jose Antonio. *Poder, honor y élites en el siglo XVII*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 1979, pp.150-250.

⁸² HAMEISTER, Martha; GIL, Tiago. Fazer-se elite no Extremo-sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos. Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII). In: FRAGOSO [et al.] (org.). *Conquistadores e Negociantes: histórias das elites no Antigo Regime nos trópicos*. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp.265-310.

familiares foram postos a prova, em que havia a necessidade de ajuda para o enfrentamento da situação. A guerra farroupilha e a documentação produzida sobre ela nos deram a chance de conhecer mais sobre a vida intrafamiliar desta elite farroupilha e suas trajetórias.

Para analisar estas três famílias da elite farroupilha, utilizaremos as correspondências que o comerciante Antônio Vicente da Fontoura mandou a sua esposa Clarinda Porto da Fontoura, as cartas trocadas entre o charqueador Domingos José de Almeida, sua esposa Bernardina Barcellos de Almeida e seus filhos e as do estancieiro-militar Bento Gonçalves da Silva e alguns de seus familiares. Estas correspondências foram escritas em meio à Guerra dos Farrapos⁸³ e tinham como objetivo transmitir e pedir notícias principalmente dos familiares. Eram enviadas quando havia um portador que fosse ter contato com aquele a quem a carta estivesse endereçada. O volume de cartas era grande e elas eram constantes. Essas correspondências nos fornecem informações tanto sobre temas como o cotidiano e outras questões que envolviam estas famílias, como também informações políticas e dos combates.

A linguagem e o vocabulário mostram grande afetividade entre os casais, além de cumplicidade, confiança e parceria. Por serem raras, estas cartas não podem ser comparadas a outras correspondências do período. Contudo, muito de sua estrutura se mostra de acordo com alguns modelos descritos de correspondências familiares do século XIX, modelos vindos da Europa⁸⁴.

As cartas entre Domingos José de Almeida e Bernardina Barcellos de Almeida⁸⁵ estão preservadas no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e foram publicadas nos Anais do mesmo⁸⁶, compilados em 17 volumes. Já as cartas de Antônio Vicente da Fontoura⁸⁷ encontram-se no Museu Júlio de Castilhos e foram publicadas em forma de diário⁸⁸. As correspondências emitidas por Bento Gonçalves da Silva a seu pai encontram-se publicadas

⁸³ As correspondências entre Bento Gonçalves da Silva, seus irmãos e seu pai Joaquim foram trocadas no período que decorre aos anos de 1806-1819. Mesmo não sendo o período enfocado por este trabalho (1835-1845), acreditamos que estas cartas nos mostram que houve a transmissão de algumas formas e ideais de comportamento desta geração para a geração posterior. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 1926, Ano VI, I e II Trimestres, pp.69-97.

⁸⁴ DAUPHIN, Cécile. Letter-Writing Manual in the Nineteenth Century. IN: CHARTIER, Roger; BOUREAU, Alain; DAUPHIN, Cécile (org.). *Correspondence: Models of letter-writing from the Middle Ages to the Nineteenth Century*. Translated by Christopher Woodall. Oxford: Polity Press, 1997, pp.112-157.

⁸⁵ No número de 71, escritas entre 03 de Fevereiro de 1836 a 27 de Dezembro de 1841. As correspondências encontradas nos AAHRS apresentam que Domingos escreveu 64 cartas à sua esposa Bernardina, enquanto esta lhe enviou 07.

⁸⁶ Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AAHRS), 17 volumes. Porto Alegre: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

⁸⁷ As cartas escritas por Antônio Vicente da Fontoura à sua esposa Clarinda são em número de 310, escritas entre 1º de Janeiro de 1844 a 22 de Março de 1845. Contudo, não encontramos cartas enviadas pela mesma.

⁸⁸ Diário de Antônio Vicente da Fontoura. Porto Alegre: Sulina, Martins; Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984.

na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul⁸⁹ e outras de suas correspondências encontram-se na Coletânea de documentos de Bento Gonçalves da Silva⁹⁰.

Estas correspondências foram as principais fontes para esta pesquisa. Sua importância se deve porque

As cartas são documentos relacionais. Através da leitura de um conjunto de correspondências pode-se entrever um grupo contíguo. Ao contrário de outras fontes, as cartas funcionam como uma via privilegiada para investigar relações pessoais porque permitem distinguir marcas de relações mútuas. A prática epistolar de um indivíduo só existe em função de outro, para quem se enuncia uma fala e de quem se aguarda uma resposta. É, portanto, uma via de mão dupla, um ir e vir entre uma intenção pronunciada, uma espera ansiosa e uma resposta almejada que tem por função o reinício do processo⁹¹.

Sabemos que ao utilizar cartas como fontes, devemos ter consciência de que elas estão infundidas em subjetividade, sendo necessário entender o contexto em que elas foram escritas e conhecer os indivíduos que a confeccionaram. Gomes ainda nos lembra:

A convivência entre o que se está chamando aqui de dois sentidos da idéia de verdade – a da verdade dos fatos e a da sinceridade do indivíduo – viria influenciar a escrita da história de várias maneiras e de forma gradativa, especialmente a partir das décadas finais do século XX. Pode-se, dessa maneira, traçar relações – nem mecânicas, nem imediatas – entre uma história da subjetividade do indivíduo moderno, uma história das práticas culturais da escrita de si e uma história da História que reconheceu novos objetos, fontes, metodologias e critérios da verdade histórica⁹².

Assim, a escolha por estes núcleos familiares se deu porque eles deixaram uma documentação de grande importância por sua qualidade e raridade, permitindo estudar os aspectos internos da família. Suas cartas nos permitiram examinar os papéis familiares ocupados pelos homens e mulheres desta elite, sua organização e suas tentativas de manter e

⁸⁹ Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 1926, Ano VI, I e II Trimestres, pp.69-97. O número de cartas de Bento Gonçalves da Silva ao seu pai Joaquim Gonçalves da Silva é de 41. Já a quantidade de cartas encontradas que foram enviadas por Bento ao seu filho Joaquim são no número de três.

⁹⁰ Coletânea de documentos de Bento Gonçalves da Silva, 1835-1845. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, Subcomissão de Publicações e Concursos, 1985.

⁹¹ VENÂNCIO, Giselle Martins. Cartas de Lobato a Vianna: uma memória epistolar silenciada pela história. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 113.

⁹² *Ibidem*, idem, p. 14.

adquirir capital simbólico e material. A vida e relações destes núcleos familiares, que são o foco dessa pesquisa, podem ser consideradas uma porta de entrada para entender a sociedade ao longo do século XIX no Rio Grande do Sul, tanto em seu âmbito social quanto no econômico e no político. Além disso, a opção por algumas famílias da elite farroupilha como objetos desta pesquisa, vem do encontro com o que afirma Revel:

A escolha do individual não é vista aqui como contraditória à do social: ela deve tornar possível uma abordagem diferente deste, ao acompanhar o fio de um destino particular – de homens, de um grupo de homens – e, com ele, a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a meada das relações nas quais ele se inscreve⁹³.

Desta forma, podemos tomar estes núcleos familiares como um fio condutor, puxando, a partir dele, outros fios que nos conduzam aos seus espaços de sociabilidade e como eles influenciavam ou eram influenciados por estas famílias, seus códigos e interpretações próprias; dando importância às suas atividades, às suas formas de comportamento e às instituições que proporcionavam seus sistemas normativos⁹⁴. Desta forma, com o auxílio de uma pequena biografia se pode conhecer um pouco mais sobre estas famílias e suas trajetórias.

Bernardina Barcellos de Almeida casou-se com Domingos José de Almeida aos 21 de Setembro de 1824, na Vila de São Francisco de Paula (Pelotas). Bernardina na idade de 18 anos e Domingos aos 27. Ele era natural de Minas Gerais, nascido a nove de julho de 1797 e filho do moleiro Domingos José de Almeida e Silva, natural de Portugal e de Escolástica Maria de Abreu, natural de Minas Gerais e, veio à Província do Rio Grande, em 1819, a fim de comprar tropas de muares na vila de São Francisco de Paula e por aqui permaneceu. Já Bernardina, era natural da província do Rio Grande do Sul, nasceu a nove de julho, assim como seu marido, porém, no ano de 1806. Era filha de Bernardino Rodrigues Barcellos, um dos primeiros e mais prósperos charqueadores de Pelotas e de Maria Francisca da Conceição, natural de Rio Grande⁹⁵. Quando se casou com Domingos, ele já havia dado início as suas atividades comerciais dedicando-se, primeiramente, a uma loja de fazendas. Posteriormente,

⁹³ REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas*. A experiência da microanálise. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p.21.

⁹⁴ SCHMIDT, Benito Bisso. A biografia histórica: o “retorno” do gênero e a noção de “contexto”. In: GUAZELLI, Cesar Augusto Barcellos [et al.] (org.). *Questões de teoria e metodologia*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000, pp.121-129.

⁹⁵ NEVES, Ilka. *Domingos José de Almeida e sua descendência*. Porto Alegre: Edigal, 1987, pp.28-30.

ele destinou-se a outros empreendimentos como olaria, fábrica de sabão e velas de sebo, a navegação fluvial, criação de gado e uma charqueada, onde introduziu o então novo processo de destilação de graxa a vapor. Além destas atividades, Domingos também atuou na vida política da Província. Este era um dos passos que costumava fazer parte da vida de alguns membros das famílias da elite no período. A importância que a participação política tinha na vida destas famílias nos é lembrada por Bourdieu:

(...) o capital político era uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhe reconhecem obtendo assim, uma forma de capital simbólico, de crédito firmado na crença⁹⁶.

Em 1832 foi eleito vereador, em 1835 fez parte da 1ª Assembléia Provincial, em que se posicionou contra o presidente Antônio Fernandes Braga. Com o início do movimento farroupilha, foi preso em sua residência, o solar às margens do arroio Pelotas, sendo levado a Rio Grande, onde ficou por três dias e foi libertado pela intervenção de Bento Gonçalves da Silva. Durante a República Rio-Grandense, ocupou o cargo de Ministro do Interior e da Fazenda (decreto de 06 de Novembro de 1836), onde estabeleceu coletorias, promoveu a arrecadação de impostos, regulamentou a circulação de papel-moeda, as regras do comércio interno, as normas de navegação e as diretrizes para a representação diplomática. Foi Vice-presidente da República; General Quartel-Mestre; Deputado da Assembléia Constituinte e ajudou a redigir o estatuto da Constituição do novo Estado.

A educação também foi um das suas principais metas, em que se destaca a criação das denominadas escolas de primeiras letras em toda a Província. Ele ainda atuou como jornalista, escrevendo colunas de cunho político-patriótico no jornal *O Povo* e, mais tarde, em seu próprio jornal, o *Brado do Sul*. Com a assinatura da Paz de Ponche Verde, regressou para Pelotas a fim de reconstruir sua vida e suas economias, que foram desfalcadas durante o período da guerra e deu continuidade a sua vida pública sendo vereador, Juiz de Órfãos e Coronel da Guarda Nacional. No ano de 1855, durante o surto de cólera morbus, fundou um hospital em Pelotas.

⁹⁶ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, pp.187-188.

Sua atuação na vida pública foi tão importante quanto na vida de sua família e, com sua esposa Bernardina, tiveram 13 filhos: Domingos (I) ⁹⁷, Domingos (II) ⁹⁸, Bernardino Bráulio, Luiz Felipe, Custódia Margarida, Maria Izabel, Junius Bruto Cássio, Epaminondas, Aristides, Abrilina Decimanona Caçapavana, Maria Carlota, Pelópidas Bagelino, Epaminondas Piratinino. Juntos este casal sobreviveu à guerra e as suas adversidades. Bernardina, contudo, faleceu antes de seu marido, no dia 17 de Maio de 1846, em Pelotas. Domingos José de Almeida faleceu na mesma cidade, no dia 06 de Maio de 1871.

Antes de Domingos e Bernardina se unirem em núpcias, um outro casal, que mais tarde veio a compor uma das famílias da elite farroupilha, já estava unido há 10 anos: Bento Gonçalves da Silva e Caetana Garcia da Silva. Caetana nasceu em Cerro Largo (Uruguai), aos seis de agosto de 1798, filha de Narciso Garcia, abastado criador de gado e comerciante e de Domingas de Souza⁹⁹. Bento nasceu na freguesia do Senhor Bom Jesus do Triunfo, a 23 de setembro de 1788, era filho do capitão de ordenanças Joaquim Gonçalves da Silva, natural de Portugal e de Perpétua da Costa Meireles, natural da freguesia de Viamão. Em 1811, Bento deu início a sua vida militar, sendo incorporado às forças militares que, sob o comando de D. Diego de Souza, invadiram o Estado Oriental. Um ano depois, quando o Exército Pacificador retornou ao Rio Grande, foi desincorporado, com a patente de cabo. De volta à vida civil, seguiu para Jaguarão e, no Departamento de Cerro Largo (território uruguaio), se estabeleceu com fazenda de criação de gado e casa de negócio. Foi nesta época que, em Cerro Largo, conheceu sua então futura esposa Caetana Joana Francisca Garcia e no dia sete de setembro de 1814, confirmaram seus votos matrimoniais. Juntos, e no início da primeira metade do século XIX, tiveram oito filhos: Perpétua Justa, Joaquim, Bento Filho, Caetano, Leão, Marco Antônio, Maria Angélica e Ana Joaquina¹⁰⁰.

Além de estancieiro, uma das principais atividades de Bento Gonçalves foi sua vida militar. Em 1817, Bento Gonçalves foi nomeado capitão de guerrilhas pelo Capitão General Marquês de Alegrete. Participou das campanhas platinas lutando em Curales e Las Cañas (1818), Cordovez e Carumbé (1819), Arroio Olimar (1820). Em 1824, ele foi promovido a tenente coronel e nomeado Comandante do 39º Regimento de Milícias, que organizou. Nos anos seguintes foi promovido a Coronel da 2ª Linha. Com este regimento, tomou parte o combate de Sarandi, onde foi, mais uma vez foi promovido a coronel, mas agora de 1ª Linha,

⁹⁷ Nascido em 06/09/1825 e falecido em 22/06/1826. NEVES, Ilka. Op.cit., p. 37.

⁹⁸ Nascido em 16/10/1826 e falecido em 17/02/1827. Ibidem, idem.

⁹⁹ FABRÍCIO, José de Araújo. *A descendência de Bento Gonçalves da Silva*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986, p.06.

¹⁰⁰ FABRÍCIO, José de Araújo. Op.cit., p.06.

e participou ainda do combate no Passo do Rosário, em 1827. Em 1829 foi promovido a coronel do Estado Maior e nomeado comandante do 4º Regimento de Cavalaria de 1ª Linha, em Jaguarão. Em 1830 recebeu o diploma de membro da Maçonaria e em 1835 foi nomeado comandante da Fronteira de Jaguarão e da Guarda Nacional. Em 1834 foi eleito deputado à primeira legislatura da Assembléia Provincial¹⁰¹, onde, menos de um ano depois, foi acusado pelo presidente de perturbar o sossego da Província propagando a sua anexação à Cisplatina. Em 1835, Bento Gonçalves assumiu o comando de um dos grupos liberais (que se tornou polarizado) e ajudou na retirada do então Presidente da província sul-rio-grandense. Neste mesmo ano, Bento foi nomeado pelo governo revolucionário Comandante Superior da Guarda Nacional¹⁰².

No ano de 1836, Bento Gonçalves foi eleito, pela Câmara de Piratini, Presidente da República Rio-Grandense e, ainda no mesmo ano, foi promovido a General por decreto do Governo Republicano. Em 1839, deixou a Presidência da República para assumir o Comando-em-Chefe das forças reunidas na Vila Setembrina, substituindo Antônio de Souza Neto. Em 1841, reassumiu a Presidência da República e, em 1842, a passou ao Coronel José Mariano de Matos. Da mesma forma, passou o Comando do exército ao General Antônio de Souza Neto e nomeou o General João Antônio da Silveira, Chefe do Estado Maior. Em 1843, passou a Presidência da República e o Comando do exército a José Gomes de Vasconcellos Jardim. No ano de 1845, abandonou a vida pública e militar e, em 1847, faleceu, em Pedras Brancas (Guaíba).

Essa atuação em diferentes áreas da vida política e sócio-econômica da Província lhe conferiu uma posição importante na manutenção de sua família e, com a ajuda de sua esposa e seus filhos, mantiveram seus bens e seu nome após o período do conflito farroupilha.

Juntamente com estas duas famílias que atuaram na vida sócio-econômica e política da sociedade sul-rio-grandense do século XIX e na guerra dos farrapos, estava a família do comerciante Antônio Vicente da Fontoura e sua esposa Clarinda Porto da Fontoura. Este casal ligou-se em matrimônio no ano de 1829 e ao longo de sua vida matrimonial tiveram quatorze filhos: Antonio Eusébio, José Propício, Afonso Borges, Francisco de Paula, Bento, João

¹⁰¹ Criada pelo Ato Adicional de agosto de 1834. SPALDING, Walter. *Construtores do Rio Grande*. I Volume. Porto Alegre: Editora Sulina, 1969, pp.107-113.

¹⁰² MACEDO, Francisco Riopardense de. *Bento Gonçalves*. 2 ed. Porto Alegre: IEL, 1996. / WIEDERSPAHN, Oscar Henrique. *Bento Gonçalves e as Guerras de Artigas*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1979.

Propicio, Tito Castilhos da Fontoura¹⁰³, Clarinda Amélia, Josepha Leopoldina, Gabriela Benta, Maria Egypcia, Vicencia Cândida, Antonia Francisca, Luzia Sophia. Clarinda Francisca Porto da Fontoura era natural de Cachoeira e filha do tenente José Gomes Porto e sua esposa Luzia Francisca de Almeida¹⁰⁴.

Antônio Vicente da Fontoura nasceu a oito de junho de 1807, na vila de Rio Pardo. Era filho do agrimensor Euzébio Manoel Antonio, natural de Portugal, e de Vicência Cândida da Fontoura, natural de Rio Pardo. Aprendeu as primeiras letras em Rio Pardo e posteriormente, foi trabalhar em uma casa de comércio na mesma vila, colocação arrumada por seu pai. Mais tarde seguiu para a vila de Cachoeira onde se empregou como caixeiro. Em fins de 1829, iniciou negócio próprio na mesma vila e, provavelmente, por ter conquistado a posição de negociante neste mesmo período, foi-lhe permitido casar-se com Clarinda Francisca Porto¹⁰⁵. O comércio envolvia ligações entre a zona rural e a zona urbana, entre centros administrativos e/ou portos da Província. Eram os comerciantes os intermediários dos criadores de gado e dos charqueadores e, devido aos seus interesses e negócios, transitavam pela fronteira, o que lhes trazia benefícios e até mesmo a propriedade de terras na região da banda Oriental¹⁰⁶.

Apesar desta posição social e econômica dentro da sociedade, Antônio Vicente da Fontoura viu seus negócios passarem por dificuldades. Parte disso foi resultado dele ter perdido uma boa quantia em dinheiro que emprestara a um parente e também no jogo¹⁰⁷. Porém, mais tarde, superada a crise, acabou por tornar-se um grande comerciante, não só de fazendas, secos e molhados, como de couros, erva-mate e gado.

Na mesma época em que abriu negócio por conta própria, Fontoura iniciara sua vida pública. Foi eleito vereador da Câmara Municipal de Cachoeira. E em fins de 1831, foi nomeado Procurador Fiscal de Cachoeira; depois Capitão da Guarda Nacional; Juiz Ordinário; correspondente de *O Mensageiro*, jornal do movimento farroupilha; Major da Legião das Guardas Nacionais da Comarca de Rio Pardo; Chefe de Polícia de Rio Pardo; Coletor Geral

¹⁰³ Adotou o nome de Castilhos por ter sido afilhado do Comendador Antonio Ferreira de Castilhos, pai de Júlio de Castilhos. GUIMARÃES, João Pinto da Fonseca; FELIZARDO, Jorge Godofredo. *Genealogia Riograndense*. Vol. I. Porto Alegre: Globo, 1937, p.196.

¹⁰⁴ Ibidem, idem, p.194.

¹⁰⁵ Diário de Antônio Vicente da Fontoura. Porto Alegre: Sulina/ Martins, Caxias do Sul: EDUCS, 1984. / ROSA, Othelo. *Vultos da Epopéia Farroupilha*. Porto Alegre: Globo, 1935, pp.145-153. / ANTUNES, De Paranhos. *Antônio Vicente da Fontoura: o Embaixador dos Farrapos*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935. / SPALDING, Walter. *Construtores do Rio Grande*. III Volume. Porto Alegre: Editora Sulina, 1973, pp.87-92. / GUIMARÃES, José Pinto da Fonseca; FELIZARDO, Jorge Godofredo. Op.cit.

¹⁰⁶ PADOIN, Maria M. Op.cit.

¹⁰⁷ SPALDING, Walter, 1973, op.cit., p.88.

de Vacaria, Cruz Alta, Santa Maria, São Gabriel, Cachoeira e Rio Pardo; Chefe Geral da Polícia de Cruz Alta; Deputado da Assembléia Constituinte e Legislativa do Estado Farrapo; Ministro da Fazenda do governo republicano; Ministro Interino da Guerra; membro da Comissão de Liquidação da Dívida Republicana; Embaixador da Paz nas negociações e assinatura da Paz do Ponche Verde.

Finda a guerra dos Farrapos, regressou a Cachoeira com a finalidade de reconstituir suas economias e retornou a vida política ao lado de seu cunhado, o General José Gomes Portinho. Nesse período, ocupou o cargo de Chefe do Partido Luzia (liberal) e foi eleito Presidente da Câmara Municipal de Cachoeira.

Mas no ano de 1860 foi deflagrada uma tragédia à família Fontoura. Neste ano tinham de ser renovados os mandatos dos vereadores e juizes de paz do município de Cachoeira. As eleições iniciaram no dia 07 de Setembro e, por conta do grande número de votantes, foram interrompidas ao entardecer e continuadas no dia seguinte. No dia 08 de setembro participava da mesa Antônio Vicente da Fontoura, como um dos candidatos, quando, após uma confusão durante o pleito, foi esfaqueado pelo liberto Manoel Pequeno. Em consequência do ferimento recebido, aos vinte de outubro de 1860, Clarinda perdia seu esposo e seus filhos perdiam o pai.

Estes casais e seus filhos nos permitiram ver que a vida pública era ocupada pelos homens, e, por isso, o material biográfico sobre eles pôde ser mais extenso que sobre suas mulheres. Por ocuparem cargos na área militar e política, escreveu-se mais sobre estes homens e suas vidas públicas. Contudo, suas vidas privadas foram relegadas e, assim, deixou-se de entender muito das questões que motivaram as ações destes homens. Como por exemplo, quais as razões que levaram estas pessoas a quererem atuar em diversas áreas sociais. Ao longo da leitura desta pesquisa, veremos que a participação em pontos diferentes dentro da sociedade era elemento fundamental para a organização e manutenção dos núcleos familiares a que pertenciam estes homens. Da mesma forma, como observamos que, na vida militar e política, eles agiam; em alguns casos, que envolviam principalmente a vida privada – que muitas vezes se confundia à vida pública – atuavam eles e suas mulheres. Um dos elementos que envolviam tanto a vida pública como a privada era o casamento e a escolha de um marido/esposa. A formação de um par era de extrema importância na vida de uma família da elite farroupilha e a escolha do cônjuge passava por determinadas normas criadas e reproduzidas por esta mesma elite e pela Igreja.

1.2. Formando pares

Nas correspondências analisadas para este trabalho, observamos que a conservação da família, sua proteção e de seus bens costumava ser citada como o motivo para o envolvimento na guerra dos farrapos. Ao longo do tempo e da história da família, a ameaça à vida, a existência social e à subsistência dos familiares provocou reações de violência para que esta se mantivesse organizada e protegida. Da mesma forma, para a elite farroupilha, a família motivava a ação. Estamos falando aqui de núcleos familiares pertencentes a um grupo de elite que mantinha seu poder através da família. Esse poder era mantido e reproduzido através do casamento dos filhos e filhas, do encaminhamento dos filhos varões para diversas áreas de atuação, como a vida militar, as carreiras religiosas e os cargos públicos. Também com a manutenção e controle das suas propriedades e com o estabelecimento de uma rede de parentesco fictícia – apadrinhamentos, alianças por casamento – com outras famílias e, ainda, com o planejamento da transmissão da herança¹⁰⁸.

Estas famílias da elite farroupilha e seus membros pertenciam a um universo em que a honra, o prestígio, a dignidade, a família e as suas estratégias eram fundamentais para sua existência. Essa concentração de prestígio e, também, de poder, pertencia a uma pequena camada da sociedade sul-rio-grandense, que se afirmava através de seus bens – entre eles gado e escravos – e da predominância de um código de comportamento. Entre estes códigos de comportamento, estava a legitimação da união conjugal – casamento – e dos filhos que dele resultariam.

Antes mesmo de ser um sacramento, o casamento era um contrato civil importante para a transmissão de bens e patrimônio. Em sua origem ocidental e cristã, atribuiu à família as concepções de monogamia, de indissolubilidade e de consensualismo¹⁰⁹. E era nas estratégias matrimoniais que a organização e reorganização de redes de parentesco se baseavam. Dessa forma, o matrimônio não figurava apenas como uma aliança entre duas pessoas, mas entre toda uma parentela. O casamento era na verdade, visto como:

¹⁰⁸ SAMARA, Eni de Mesquita. *Família, mulheres e povoamento: São Paulo, século XVII*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003, p. 23.

¹⁰⁹ GUICHARD, Pierre; CUVILLIER, Jean-Pierre. A Europa Bárbara. In: BURGUIÈRE, André [et al.]. (dir.). *História da Família*. Vol.2. Tradução Ana Santos Silva. Lisboa: Terramar, 1997, p.18.

(...) uma instituição social determinada pela cultura, é o complexo das normas sociais que definem e controlam as relações de um par, unido um com o outro, com seus parentes, com sua prole e com a sociedade em geral. É através do casamento que são definidos todos os direitos institucionais e sociais, deveres, privilégios e imunidades do par como marido e mulher. É ele, também, que determina a forma e atividade da associação conhecida como família¹¹⁰.

De forma geral, as famílias ocidentais e cristãs foram sendo gradualmente emolduradas por ritos religiosos que regulavam e santificavam seus domínios. A obrigatoriedade da celebração matrimonial em face da Igreja (*in faciem Ecclesiae*), tornou a fundação da família um ato público e contribuiu para instituir o casal. Isso aconteceu ao cristianizar os ritos do anel e da entrega de compensações. À vida privada, sobrou apenas o banquete matrimonial¹¹¹.

Para a tradição cristão-católica no Brasil, desde o período colonial, a família procedia como instituição social, em que as famílias proprietárias e administradoras de seus negócios foram, predominantemente, a forma de organização econômica no século XIX¹¹². Esta posição da família como uma instituição econômica era legitimada pela legislação que regulamentava as heranças e também pela legislação comercial e familiar¹¹³. Segundo a lei sobre as heranças, o casamento se dava como uma comunhão universal¹¹⁴. A esposa tinha direito a metade dos bens do casal, os filhos tinham direitos iguais sobre dois terços de cada metade dos bens do casal e uma terça parte dos bens seria distribuída de acordo com a vontade do testador.

O casamento originava-se de acordos familiares inseridos em uma rede de solidariedades, deveres e obrigações mútuas, não descartando o afeto na constituição de um matrimônio. Os pais tinham papel fundamental no futuro dos filhos, auxiliando-os na construção de uma vida matrimonial, tanto contribuindo materialmente com dotes, doações, uso da terra ou de escravos e herança, quanto na escolha do cônjuge. A escolha de um par

¹¹⁰ HOEBEL, L. Adson, FROST, Everett L. *Antropologia Cultural e Social*. São Paulo: Cultrix, 1999, p.176.

¹¹¹ BRESC, Henri. A Europa das cidades e dos campos (séculos XIII a XV). In: BURGUIÈRE, André [et al.]. (dir.). *História da Família*. Vol.2. Tradução Ana Santos Silva. Lisboa: Terramar, 1997, p. 115.

¹¹² KUZNESOF, Elizabeth A. A Família na Sociedade Brasileira: Parentesco, Clientelismo e Estrutura Social (São Paulo, 1700-1980). IN: SAMARA, Eni de Mesquita (org.). *Família e Grupos de Convívio*. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/ Marco Zero, vol.09, n.17, setembro de 1988/ fevereiro de 1989, pp. 37-63.

¹¹³ ORDENAÇÕES FILIPINAS. Livro 4. Tit. 80-107. Disponível em <http://www.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>

¹¹⁴ NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

deveria ser feita com cautela, pois o matrimônio era indissolúvel, salvo exceções. Além disso, a escolha certa poderia trazer a obtenção de uma melhor posição social e pública, estabilidade e ampliação dos negócios familiares.

Na visão da Igreja, não era por amor que os cônjuges deveriam se unir, mas sim por dever; para pagar o débito conjugal, procriar e, finalmente, lutar contra a tentação do adultério¹¹⁵. Este sentimento de dever e disciplina legitimava, principalmente, a perspectiva patriarcal em relação às mulheres, dentro ou fora do matrimônio, gerando maneiras de comportamento “apropriados” às mulheres. Com a ajuda de catecismos, diretórios de confessores, prontuários morais, a Igreja tentou regulamentar a vida conjugal. Para a Igreja, as mulheres deviam aos maridos amor, obediência, fidelidade, paciência e assistência¹¹⁶. O casamento fazia parte de um importante ciclo na vida desta elite e a Igreja cooperava em sua ritualização, contribuindo para a definição das relações sociais¹¹⁷. Através desse ritual, acreditava-se que Deus abençoava a união entre o casal e iria providenciar que não lhes faltassem filhos e prosperidade. Segundo Senna:

(...) o ritual, juntamente com uma postura difundida pela Igreja, permitiu propagar um certo número de idéias relativas ao casamento, como a durabilidade do casal recém-formado, a obediência das crianças e a relação hierárquica criada ritualmente entre os membros do grupo doméstico¹¹⁸.

No costume português e nos códigos legais, o marido ou o pai eram designados como o chefe da família, responsável pela administração, controle, disciplina e proteção de seus filhos, esposa, agregados, empregados ou escravos¹¹⁹. Esta influência paterna e as práticas políticas e econômicas elevavam a produção de casamentos endogâmicos (entre primos, entre tios e sobrinhas) e casamentos de filhos e filhas com aliados políticos e comerciais. Estes casamentos tendiam a ser junto dos pais da mulher¹²⁰, atribuindo ao poder paterno um maior controle sobre a vida dos cônjuges, já que a família poderia estar sempre próxima do casal e assim, ponderar suas ações. Parentesco, parentesco ritual (compadrio/comadrio), redes de solidariedade, trocas e clientelismo eram as bases da estrutura familiar. As estratégias

¹¹⁵ DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2005, p.28.

¹¹⁶ SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz, Editora da Universidade de São Paulo, 1984, p. 158.

¹¹⁷ ITURRA, Raul. *A religião como teoria da reprodução social*. Lisboa: Escher, 1991, p.40.

¹¹⁸ SENNA, Adriana Kivanski. Op.cit., pp.35-36.

¹¹⁹ KUZNESOF, Elizabeth A. Op.cit., pp. 37-63.

¹²⁰ BURGUIÈRE, André [et al]. *História da Família*. Vol.1. Tradução Maria da Assunção Santos. Portugal: Terramar, 1996, p. 238.

familiares eram de grande importância para estas famílias da elite farroupilha. Pertencer a uma rede parental que concentrasse um bom número de recursos era um diferencial nas possibilidades de sucesso ou fracasso destas pessoas, bem como na posição social que ocupavam e em sua auto-imagem. Nesta auto-imagem contavam valores como honra e qualidades pessoais, caracterizadas por coragem, integridade e bom nome, além da capacidade de manutenção da família. E, da mesma forma que a ideia de uma boa imagem e auto-imagem eram influenciadas pelas redes sociais, elas também eram ponto importante para que se pudesse pertencer a estas mesmas redes e fosse possível formar alianças, através do casamento, com determinadas famílias.

As correspondências estudadas nos ajudam a afirmar que esta dinâmica de alianças e da própria família era influenciada pelas relações entre os cônjuges e a consecução dos projetos e estratégias familiares passavam por estas relações conjugais, como ainda pela relação entre os pais e os filhos. A união matrimonial da elite farroupilha do Rio Grande do Sul do século XIX poderia ser caracterizada segundo Macfarlane:

Para muitos, o ideal consistia em ser “amigos casados”. Em última instância, o casamento baseava-se numa combinação, ou compromisso, entre as necessidades econômicas, de um lado, e as pressões psicológicas e biológicas, do outro. A união deveria brotar de uma atração pessoal – física, social e mental – de aparência e temperamento. O casamento era um jogo, com estratégias, táticas, prêmios e penalidades. (...). O casamento e a vida conjugal subsequente refletiam as premissas sobre as quais o sistema se apoiava, mostrando que o núcleo da questão era o profundo vínculo que unia um homem e uma mulher¹²¹.

O casamento entre estes “amigos casados” se dava com base em uma espécie de “endogamia social”, em que homens e mulheres se casavam com seus “iguais”, não somente por haverem questões materiais, como bens e patrimônio, mas porque era com quem conviviam a maior parte de seu tempo. Através desta convivência mútua, os homens e mulheres da elite farroupilha avaliavam seus pares, procurando suas virtudes de filhos e filhas e se seriam capazes de, num futuro próximo, desempenhar bem seus papéis familiares de marido/esposa e pai/mãe.

¹²¹ MACFARLANE, Alan. *História do casamento e do amor: Inglaterra, 1300-1840*. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.326.

CAPÍTULO 2 - AS VIRTUDES DOS HOMENS DA CASA

Controle, influência e poder eram partes das expectativas que a sociedade sul-riograndense do século XIX desenvolveu a respeito dos homens que pertenciam ao grupo da elite e isso não foi diferente à elite farroupilha. O status de uma pessoa dizia respeito à posição que ela ocupava em alguma dimensão ou conjunto de dimensões sociais. As pessoas eram definidas socialmente e em momentos distintos e considerados relevantes. Os recursos por elas possuídos poderiam exercer, de forma mais eficaz, o controle sobre alguém, tanto de forma física, como pela posse de bens materiais e/ou conhecimentos; além de outras habilidades específicas. Quanto mais recursos uma pessoa tinha, maiores as chances de sucesso no seu exercício de poder.

Dessa forma, mesmo sabendo que a família e seu poder não se restringiam a estreitos laços de consangüinidade ou parentescos afins ou políticos, temos consciência de que seus limites dependiam muito das relações estabelecidas de forma intrafamiliar. Deveria haver respeito e concordância com as hierarquias e posições internas familiares, mas nem por isso deixavam de existir conflitos e tensões, que deviam ser tratados para que as famílias e suas estruturas fossem preservadas. Assim, ela pode ser vista com um conceito mais dinâmico. Seus membros tinham participação ativa e possuíam certos poderes de escolha, além de fazerem parte de uma intrincada rede de significações sociais, como ser mulher e ser homem.

Se as categorias mulher e homem são socialmente construídas, o mesmo acontece com ser marido, pai e filho e ser esposa, mãe e filha, já que, como nos lembra Bourdieu:

(...) a posição de um determinado agente no espaço social pode assim ser definida pela posição que ele ocupa em diversos campos, quer dizer, na distribuição dos poderes que atuam em cada um deles, seja, sobretudo, o capital econômico – nas suas diferentes espécies – , o capital cultural e o capital social e também o capital simbólico, geralmente chamado prestígio, reputação, fama etc. que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital¹²².

Ao analisar estes papéis, e as concepções acerca deles, é necessário entender o quanto eles foram influenciados por questões sócio-econômicas e culturais, além de questão temporal. Conforme Lévi-Strauss, em todas as sociedades humanas, o aparecimento de uma

¹²² BOURDIEU, Pierre, 2007, op.cit, pp.134-135.

família tem como condição a prévia existência de duas outras dispostas a fornecer respectivamente um homem e uma mulher, de cujo casamento nascerá uma terceira, e assim por diante indefinidamente¹²³.

2.1. Nascer Filho

As relações do núcleo familiar que envolvia pais e filhos envolviam momentos de tensão no que se refere às destinações individuais e as estratégias e obrigações familiares. Isso se expressava, especialmente, na escolha do cônjuge e na ocupação profissional. Além disso, esse processo era influenciado ainda em vida ou depois da morte dos pais através do legado de um patrimônio material e imaterial. Desta forma, o nascimento de uma criança representava mais do que o acréscimo de um novo membro à família, representava também a perpetuação deste núcleo e de seus bens materiais e simbólicos. A criança era objeto de todos os tipos de investimento: afetivo, econômico, educativo, existencial:

Na segunda metade do século XIX, pouco a pouco a criança passou a ocupar o centro das atenções da família, objeto de seus investimentos afetivo, educacional e econômico. Sua educação, saúde, instrução e formação começaram a ser motivo de preocupação de mães e pais, o que não ocorria anteriormente, pois as crianças pouco conviviam com os mais velhos até atingirem os 14 anos, idade em que passavam a ser consideradas prontas para exercer as obrigações próprias de um adulto. Esse processo de descoberta da infância está ligado à consolidação do Estado imperial, à necessidade emergente de formar cidadãos e, ao mesmo tempo, à influência dos debates sobre educação formulados por alguns filósofos iluministas, principalmente Rousseau¹²⁴.

Mas não foi apenas a partir da segunda metade do século que as crianças passaram a ocupar o centro das atenções da família. Vemos que, mesmo na primeira metade do século XIX, como herdeira, a criança era o futuro da família, sua imagem projetada, a junção da

¹²³ BURGUIÈRE, André (dir.)., 1996, op.cit., p.08.

¹²⁴ MAUZE, M.de A. F. A descoberta da infância: a construção de um habitus civilizado na boa sociedade imperial. Rio de Janeiro: PUCRio, 1999 (Dissertação de Mestrado). Apud. MAUAD, Ana Maria; MAUZE, Mariana. A escrita da intimidade: história e memória no diário da viscondessa do Arcozelo. In: GOMES, Ângela de Castro. Op.cit., p.213.

metade da alma de cada pai e uma forma de lutar contra o desaparecimento¹²⁵. Como acreditavam os antigos egípcios precisa-se de um filho para fazer “*viver o seu nome*”.¹²⁶

A própria escolha do nome já era carregada de simbolismos: ele deveria transmitir qualidades ao portador e mesmo inspiração. Poderia ser também uma homenagem a algum membro da família. Martha Hameister, em suas análises sobre as estratégias sociais e familiares tecidas através dos batismos na Vila de Rio Grande entre os anos de 1738-1763, acredita até mesmo que existia nesta reprodução de homônimos a intenção de gerar uma espécie de “fusão” de duas pessoas distintas, padrinhos e afilhados, avôs e netos ou ilustres e desconhecidos. Em seu estudo sobre estratégias sociais e familiares, a autora apresenta a idéia de que a prenominação era uma prática social, passível de estabelecer ou romper padrões, sujeitos a normas sociais vigentes à época aplicado a crianças ou jovens adultos em seu batismo. Isso também com algumas intenções como garantir uma proteção mística, como no caso das crianças que recebiam nomes de santos; ou a perpetuação de um nome que “circulava” na família há gerações, o que aproximava os adultos das crianças batizadas através do repasse de seus nomes¹²⁷.

Deste modo, a vida progressa estaria associada ao nome, ao identificador do sujeito, designando uma espécie de entidade que pertencia à família ou ao grupo em que estavam inseridos. O nome também significava uma forma de continuidade e, muitas vezes, estava impregnado com os atributos dos homens aos quais identificavam. Assim, o nome, além de ser um constitutivo da pessoa, era um legado, um patrimônio familiar.

As famílias farroupilhas provavelmente levaram em consideração estas questões ao nomear seus filhos. Antônio Vicente da Fontoura e sua esposa Clarinda Francisca Porto da Fontoura deram as seguintes atribuições nominais a seus filhos: Antônio Euzébio recebeu seu primeiro nome em homenagem ao próprio Fontoura e seu segundo nome veio de seu avô paterno; José, seu outro filho, compartilhava o nome de seu sogro José Gomes do Porto. Francisco foi uma homenagem ao segundo nome de Clarinda Francisca; Bento possivelmente foi uma atribuição à tia caçula de Antônio Vicente da Fontoura, Benta. Já João recebeu este nome por também possuí-lo o avô materno de seu pai, Antônio Vicente da Fontoura. Seu filho

¹²⁵ Domingos assim se refere aos filhos em uma carta a sua esposa Bernardina: “*abraços às ametades de nossas almas*”. AAHRS, vol.2, CV -182, p. 156, Porto Alegre, 12 de dezembro de 1835.

¹²⁶ LALOUETTE, C. Textes Sacrés et Textes Profanes de l’Ancienne Egypte. Vol.I. Paris: 1984, p.243. Apud. FOURGEAU, Annie. A memória do nome e a ordem faraônica. In: BURGUIÈRE, André (dir.). , 1996, op.cit., p.121.

¹²⁷ HAMEISTER, Martha. *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre as estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1863)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006 (Tese de Doutorado).

Tito Castilhos recebeu seu segundo nome em homenagem ao padrinho Antônio Ferreira de Castilhos¹²⁸ e seu primeiro nome, Tito, pode ter sido atribuição ao escritor e historiador romano Tito Lívio ou ao imperador Tito, de Roma¹²⁹. Por sua vez, Bento Gonçalves e Caetana escolheram para seu primeiro filho (de sexo masculino) o nome do pai de Bento Gonçalves: Joaquim. Seu segundo compartilhava do nome do pai, Bento e, era conhecido por seus familiares pela alcunha de “Bentinho”. O terceiro foi homenageado com a forma masculina do nome de sua mãe e foi chamado de Caetano.

Já Domingos de Almeida e sua companheira Bernardina nomearam seus dois primeiros filhos com o nome do pai, Domingos¹³⁰ e, seu terceiro filho Bernardino, recebeu o nome do avô materno e da mãe. Com o Classicismo em voga no século XIX, podia ocorrer, como aconteceu com a escolha do nome de um dos filhos de Antônio Vicente da Fontoura, uma homenagem a algum importante personagem da Antigüidade Clássica. Três filhos de Domingos e Bernardina receberam nomes de inspiração “clássica”: Junius Bruto Cássio, Pelópidas e Epaminonda¹³¹. Já o segundo nome atribuído a estes filhos foi uma homenagem a cidade onde nasceram: Pelópidas Bagelino e Epaminondas Piratinino. A intenção que permeava a prática de “reutilização” de nomes é a de pertença ou mimetização, ou seja, o portador e seu homônimo eram dois e ao mesmo tempo um, pois se continuavam um no outro, compartilhando não só o nome, mas muitas vezes trajetórias de vida parecidas¹³². Assim, a imputação de determinados nomes, entre eles os de imperadores, de militares e de políticos greco-romanos seguia uma idéia de futuro grandioso, como destes homens.

A nomeação de uma criança a remetia a uma posição social que era ocupada pelo grupo antes mesmo de seu nascimento. Esta criança viveria sob a aceitação dos valores dos pais e do “mundo deles”. E que mundo e valores seriam estes? Este mundo era um mundo agrário em que a realidade sócio-econômica era marcada pela pecuária extensiva e que vivia sob uma endemia de guerras, o que o tornava institucionalmente instável. Era também um mundo pronunciado no que Maravall classificou de três planos: valores de integração, funções conservadoras e retribuições compensatórias. Segundo ele, pessoas que pertencem a um

¹²⁸ GUIMARÃES, João Pinto da Fonseca; FELIZARDO, Jorge Godofredo. Op.cit., p. 196.

¹²⁹ SOUZA, Osvaldo R.de. *História Geral*. 15 ed. São Paulo: Ática, 1977, pp.120-122.

¹³⁰ Os dois primeiros filhos de Bernardina e Domingos que, receberam o nome do pai, morreram menores. NEVES, Ilka. Op.cit., p.37.

¹³¹ Bruto era o nome de um dos assassinos do general e imperador Júlio César. Já Pelópidas e Epaminondas foram generais tebanos que lutaram contra os espartanos para tentar impor sua hegemonia na Grécia. SOUZA, Osvaldo R. de. Op.cit., p.90 e pp.116-118.

¹³² BOUTIER, Jean. Prénoms et identité urbaine en Toscane au XVI^e siècle. Apud HAMEISTER, Martha, 2002, p.107. In: CASSAN, M., BOUTIER, Jean & LAMAITRE, N. *Croyances, pouvoirs et société. Etudes offerts à Louis Pérouas*,. Treignac: Les Monédières, 1988. <http://eprints.unifi.it/archive/00001199/01/37-Boutier.pdf>

determinado grupo, neste caso, membros que pertencem a um mesmo núcleo familiar, procedem de um modo a diferenciar as funções que devem conduzir no seio deste mesmo núcleo (marido/esposa, filhos/filhas, pai/mãe)¹³³. Sendo assim, têm de estabelecer um sistema de atribuições e deveres, e correlativamente de compensações ou retribuições para as diversas atividades em serviço de todo o grupo, que derivam das funções que lhe foram atribuídas. Para que se faça valer essas funções e suas atribuições e deveres é necessário que exista uma sociedade que as reconheça, produzindo sua integração e sua conservação. Desta maneira, a articulação resulta em uma estruturação da existência coletiva do grupo, no qual apresenta suas características muito definidas. E assim como nela se dá a presença de um status em que o indivíduo se vê situado, junto com outros que se integram em funções equivalentes.

Soma-se a essas atribuições e deveres questões que envolviam a honra. A suscetibilidade quanto à honra era extrema e havia a necessidade de afirmar e reafirmar a masculinidade, desde jovens, provando sua resistência ao sofrimento físico, em que uma vida construída em meio a combates formaria. Ela era um importante capital simbólico, sendo composta pelo bom nome (recebido do pai), reputação, integridade, veracidade caráter, estima, respeito, força, coragem e prestígio. O prestígio era um dos objetivos mais apreciado e contava como qualidade pessoal na formação da honra. Sendo assim, a honra era formada por qualidades pessoais + reputação + sentimento de honra.

Os filhos eram preparados para entrar no jogo social do poder (elemento importante na composição da honra) e da representação. Contudo, o sentimento de honra não era apenas querer parecer aos outros, era acreditar neste conjunto de boas qualidades, havendo assim uma significância emocional. Estes códigos de honra deveriam ser reconhecidos pelo grupo e eram simbolizados por atos e por uma linguagem própria utilizada para referir-se a esta questão. Segundo Pitt-Rivers, a honra proporciona um nexos entre os ideais de uma sociedade e a reprodução desses mesmos ideais no indivíduo, para a aspiração de este a personificá-los¹³⁴. Desta maneira,

(...) a noção de honra deriva de formas de comportamento no interior de um grupo onde deve estar assegurado que cada membro está obrigado a aceitar e sujeitar-se a elas, com as obrigações necessárias para o restabelecimento de alguma infração, as quais pesam diretamente sobre o grupo¹³⁵.

¹³³ MARAVALL, Jose Antonio. Op.cit., p.16.

¹³⁴ PITT-RIVER, Julian. *The fate of Shechem*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977, p.40.

¹³⁵ MARAVALL, Jose Antonio. Op.cit., p. 138

Da mesma forma, era um mundo que contemplava a existência de um certo culto à masculinidade, onde havia fortemente traços dos ideais de auto-sacrifício, de coragem e defesa da honra e do bom nome. O bom nome deveria permanecer mesmo depois de extinta a existência física e, muitas vezes, cabia aos filhos saírem em defesa da honra de seus pais já falecidos. Como lembra Bento Gonçalves em uma correspondência ao coronel João Antônio da Silveira: “(...) *Eu ainda não perco a esperança de poder ajudar-vos, e se meu fado adverso não o permitir deixo seis filhos que me vingarão e deixo ainda muitos amigos como vós que os saberão guiar para o caminho da liberdade*”.¹³⁶

A defesa da honra dos pais e igualmente, da família, era algo tão intrincado aos ideais de bom filho, que muitas vezes, os pais já sabiam que havia a possibilidade de uma demonstração de “defesa da honra” antes mesmo dela acontecer. Nem todos os pais cobravam este tipo de reciprocidade dos filhos. Antônio Vicente da Fontoura, que, acamado, logo após ter sido atingido por golpes de faca em uma eleição na cidade de Cachoeira, onde concorria a Juiz de Paz e, sentindo seu derradeiro momento, ditou ao seu filho Bento suas últimas vontades. Entre elas estava a de que estes não se envolvessem em algum tipo de “vendetta”. Segundo De Paranhos, Antônio Vicente da Fontoura ditou: “*Se eu morrer, como penso, vítima da mais cruel traição, peço a meus filhos que não procurem vingar a minha morte*”.¹³⁷ Mas, ao que Peter Gay chama de “máscula devoção ao estado de guerra”¹³⁸, estava inserida também a importância da gentileza, do afeto e do respeito aos pais, virtudes que poderiam influenciar nas decisões parentais na hora da morte.

Quando a morte desse fim às suas vidas, era dever que os pais deixassem algumas garantias materiais a seus filhos. E o quê, na hora final, os casais da elite farroupilha deixaram na partilha de bens materiais aos seus herdeiros? ¹³⁹Através dos inventários de Bento Gonçalves da Silva, de Antônio Vicente da Fontoura e de Domingos José de Almeida descobrimos as seguintes informações: Bento Gonçalves deixou de quinhão a cada um dos cinco filhos varões 4:983\$000, em forma de campos, matos, escravos e animais. Já Antônio Vicente da Fontoura legou 6:058\$401 a cada herdeiro em forma de bens móveis, prata, ouro, bens de raiz, escravos, e animais cavalares. Neste caso, houve seis herdeiros menores, que ficaram com um rendimento anual de 720\$000. O caso de Domingos de Almeida foi mais

¹³⁶ Coletânea de documentos de Bento Gonçalves da Silva, 1985, op.cit. n. 059, p. 50. Laje, 24 de janeiro de 1837.

¹³⁷ ANTUNES, De Paranhos. *Antônio Vicente da Fontoura*. Porto Alegre: Globo, 1935, p. 149.

¹³⁸ GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*. O cultivo do ódio. Vol.3. Tradução Per Salter São Paulo: Companhia das Letras, 1988-1995, p.129.

¹³⁹ Aqui é analisada apenas a questão dos filhos varões. Sobre as mulheres será discutido no terceiro capítulo.

complicado. O processo de abertura de seu inventário se deu apenas em 1915, sem conclusão alguma. Seus bens não foram inventariados não havendo assim, a divisão das propriedades que ele possuía. Sua intenção era que seus filhos administrassem conjuntamente os negócios que ele haveria de deixar. Contudo, seu filho Bernardino vendeu seus direitos de herança para Miguel Arcanjo Galli. A questão gerou atritos entre Galli e os outros filhos de Almeida, pois nas terras que este havia comprado de Bernardino funcionava uma olaria, da qual os outros filhos tiravam renda. Porém, não eram prestadas contas a Galli destas rendas obtidas da olaria e este decidiu recorrer à justiça. Os atritos permaneceram e os filhos de Almeida decidiram leiloar parte do terreno – a parte pertencente à Galli – que acabou não sendo leiloada por impedimento da justiça¹⁴⁰.

O recebimento de determinados bens na herança poderia influenciar a vida dos filhos. Possivelmente, ter recebido como herança algumas braças da estância do Cristal pode ter inculcido a atuação em determinadas áreas produtivas, como o vir a ser estancieiro. Contudo, muitas das ações em determinadas áreas se faziam enquanto os pais estavam vivos. Por vezes, isso se dava a partir de relações que ligavam estes filhos a determinadas alianças, formadas, principalmente, pelo casamento, ou pela aquisição de alguma instrução adquirida dentro ou fora da província.

Estes homens possuíam determinados objetivos que, como nos lembra Simona Cerutti em sua análise sobre indivíduos, grupos e identidades, deveriam seguir as regras e os limites impostos às suas próprias capacidades de escolha, inscritas nas relações sociais que eles mantinham. A autora ainda afirma que: “*eles se situam, portanto na rede de obrigações, de expectativas, de reciprocidades que caracteriza a vida social*”.¹⁴¹ Deste modo, a preparação do filho para a vida adulta, as formas de proteção do patrimônio e de sua transferência e, as formas de organização do núcleo familiar, incluindo aqui o casamento, deveriam respeitar algumas normas. Estas normas visavam a manutenção e a extensão do patrimônio simbólico e material das famílias da elite farroupilha e garantiam, assim, sua reprodução. Para que isso

¹⁴⁰ O inventário de Bento Gonçalves encontra-se publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, Ano XXVII, I a IV trimestre, 1947, n.105-108, p. 31-46. Já o inventário de Antônio Vicente da Fontoura está no Arquivo Público do Rio Grande do Sul. APERS, ano: 1861, n. 233, m:13, e: 143-D. 1ª Vara de Família (Ex-Órfãos). Inventários. Cachoeira do Sul. O Inventário de Domingos José de Almeida encontra-se na Comarca de Pelotas. 3ª Vara Cível de Pelotas. Processo nº 022/1.05.01.465.791. Cartório de Órfãos e Provedoria, 1915-1961. Agradeço a Carla Menegat por disponibilizar este processo.

¹⁴¹ CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques (org.). Op.cit., p. 189.

ocorresse, muitas vezes era necessário que houvesse acesso aos bens paternos e isso poderia ser realizado com a ajuda da antecipação de heranças e as sucessões hereditárias:

As antecipações representavam uma vantagem sobre a herança porque permitiam que os futuros herdeiros tivessem acesso aos bens no importante momento de iniciar a construção de um patrimônio próprio, muitas vezes bem antes do falecimento de um de seus pais¹⁴².

As antecipações se davam na forma de dote, que costumava ser atribuído no momento do matrimônio, ou por qualquer forma de adiantamento dos bens em qualquer época da vida dos herdeiros. O dote, muitas vezes, podia ser encarado como uma antecipação da legítima, ou seja, sua parte na herança¹⁴³. Assim, em algumas ocasiões eles eram levados à colação. A colação constava em devolver o dote ao espólio, adicionando o respectivo valor ao espólio líquido antes da divisão entre os herdeiros¹⁴⁴. Esta prática existia apenas pelo sistema de meação e, como nos esclarece Maria Beatriz Nizza da Silva:

(...) o doado somente devia conferir a metade do que lhe fora dado, por morte de um dos cônjuges, e a outra metade por morte do outro, querendo entrar na herança do que faleceu, mas se o herdeiro a quem tivesse sido feita a doação por ocasião do casamento, não quisesse entrar na herança, não seria obrigado a tornar a seus irmãos o que lhe fora dado, a menos que o dote excedesse a sua legítima e terça, porque só então seria obrigado a entregar o excesso. O objetivo da colação era, portanto, manter a igualdade entre os filhos na herança, evitando assim que por ocasião do casamento alguns fossem beneficiados. Mesmo que os dotes tivessem sido desiguais, a igualdade era restabelecida no momento do inventário e das partilhas¹⁴⁵.

Havia também os “empréstimos” de bens variados, pertencentes aos pais, mas que estavam na posse efetiva dos filhos antes da partilha judicial¹⁴⁶. Em sua tese, Farinatti mostrou que as antecipações eram compostas, predominantemente, por bens que podiam auxiliar o desempenho de uma atividade produtiva, sobretudo a pecuária. Além disso, era o que os pais tinham em maior quantidade, como gado e escravos. Ele ainda acredita que estes

¹⁴² FARINATTI, Luis Augusto Ebling. Op.cit., p.247.

¹⁴³ Sobre o dote trataremos um pouco mais no capítulo posterior.

¹⁴⁴ NAZZARI, Muriel. Op.cit., p.18.

¹⁴⁵ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Op.cit., p.102.

¹⁴⁶ COSTA, Dora Isabel Paiva da. Formação de famílias proprietárias e redistribuição de riqueza em áreas de fronteira: Campinas, São Paulo, 1795-1850. In: *História Econômica e História de Empresas*. V. VII, N.2, jul-dez, 2004, p.23.

bens eram escolhidos para a antecipação de heranças porque eram bens que tinham maior liquidez, sendo que, afora os escravos auxiliarem na atividade econômica, funcionavam também como reserva de capital e serviam como uma marca de distinção social. Além dos empréstimos e dos dotes ou outros bens adiantados aos herdeiros, havia o uso dos campos dos pais pelos filhos e a assistência financeira aos que se dedicavam a uma formação acadêmica ou ao oficialato do exército¹⁴⁷. O financiamento das carreiras constituía, em qualquer dos seus graus, uma forma de garantia da reprodução social ou de uma ascensão.

Quanto às sucessões hereditárias, as áreas de produção pecuarista não sofreram os problemas das áreas açucareiras, que tinham que manter a indivisibilidade dos engenhos¹⁴⁸. Desta forma, o patrimônio herdado poderia ser composto por terra. Estas questões que envolviam a estrutura patrimonial, certamente, podiam criar alguma tensão entre os projetos familiares dirigidos pelos pais e os desejos dos filhos em suas carreiras. Contudo, a herança acabava mesmo por influenciar mais quando o pai morria e o filho era menor. Sem dúvida havia diferença de acordo com a posição do filho dentro do círculo familiar. Era potencialmente diferente um primogênito, que chegasse a idade adulta com um pai no auge de suas atividades, e um sétimo filho, cujo pai morresse quando ele tivesse 10 anos.

O mesmo poderia ter ocorrido para o envolvimento na vida militar. Pode-se pensar, a título de exemplo, que os filhos do general Bento Gonçalves poderiam ter ascendido em postos militares com maior facilidade, por causa de seu pai. Domingos José de Almeida poderia também ter facilitado a atuação de seus filhos Bernardino e Junius na área charqueadora. Além de manterem a família neste espaço, Bernardino também foi vereador em Pelotas e Junius, foi também estancieiro, coronel da Guarda Nacional e vereador. Outros seguiram para outras áreas de atuação, ampliando assim, a rede de relações e poder de sua família, como no caso de Luiz Felipe e Epaminondas, filhos de Almeida que atuaram, respectivamente como tabelião e militar; e advogado, político e delegado¹⁴⁹. Quanto aos filhos de Antônio Vicente da Fontoura, o que os documentos permitiram descobrir foi que dois deles seguiram carreira militar: Antonio Eusébio tornou-se capitão, enquanto José Propício, major¹⁵⁰.

¹⁴⁷ FARINATTI, Luis Augusto Ebling. Op.cit., pp.250-256.

¹⁴⁸ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família, e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

¹⁴⁹ NEVES, Ilka. Op.,cit.

¹⁵⁰ Inventário de Clarinda Francisca Porto da Fontoura. APERS, ano: 1879, n: 415, m: 21, e: 52. Cartório de Órfãos e Ausentes. Inventários. Cachoeira do Sul.

Mesmo que os pais pudessem influenciar a atuação dos filhos em determinadas áreas, lhes era permitida uma certa autonomia na condução da sua própria atuação. Mas isso em um contexto, em que os próprios filhos sabiam da importância de suas escolhas para as estratégias familiares. Desta maneira, quem ganhava propriedades e privilégios estaria obrigado a assumir responsabilidades e assim, os filhos deveriam levar em consideração que o casamento e a atuação profissional eram fundamentais para a manutenção e reprodução do grupo ao qual pertenciam e do qual haviam recebido um *dom*.

O “*dom é um ato voluntário, individual ou coletivo, que pode ou não ser solicitado por aquele, aquelas ou aqueles que os recebem*”.¹⁵¹ Para Mauss, o *dom* existia em todos os tipos de sociedades, mas não se caracterizava da mesma maneira em todos os lugares. Porém, sua existência acarretava sempre em três obrigações: a de dar, a de receber, a de aceitar e retribuir. Mauss deu atenção maior ao ato de *dar* enquanto que a retribuição, em sua obra, parece ser um ato manifesto e próprio à primeira obrigação. Esse espaço deixado por Mauss deu lugar a Claude Lévi-Strauss que aperfeiçoou sua teoria aplicando a ela o método estruturalista e buscando na estrutura simbólica da sociedade, uma resposta ao problema da *restituição da dádiva* ou *contra-dom*¹⁵². Mais tarde, Maurice Godelier retomou os pressupostos de Mauss e Levi-Strauss e re-elaborou alguns de seus conceitos buscando observar outras realidades acerca do *dom*, somando questões sobre objetos que não poderiam ser dados ou ainda sobre objetos que não poderiam jamais ser restituídos de forma igual¹⁵³. Algumas categorias de *dons* são superiores a quem os recebe de tal forma que sua restituição só pode ser dada a partir da formação de um laço de obrigação e obediência para com quem deu. Podemos colocar aqui o *dom* sagrado da vida. Como lembra Bento Gonçalves da Silva em uma carta ao seu pai, Joaquim: “(...) *eu estou me aprontando para ir tomar a sua bênção, que só me tem impedido os transtornos do meu negócio, e não esquecimento, pois não me esquecerei de um pai que me deu o ser de homem*”.¹⁵⁴

O *ser* era considerado o primeiro *dom* e, se juntarmos a ele a idéia de “ser homem”, ele seria caracterizado por ter dado, não apenas a existência física a alguém, mas também ter lhe atribuído um determinado papel dentro de uma determinada sociedade. No caso da elite farroupilha, “ser homem” estava ligado ao caráter, a coragem, ao bom nome e a integridade.

¹⁵¹ O *dom* como ferramenta de análise sociológica foi vislumbrada por Marcel Mauss logo após a Primeira Guerra Mundial em seu livro Ensaio sobre a dádiva. MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. _____. *Sociologia e Antropologia*. Vol.2. São Paulo: EPU/Edusp, 1974.

¹⁵² LEVI-STRAUSS, Claude. A obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Edusp, 1974.

¹⁵³ GODELIER, Maurice. *O Enigma do Dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

¹⁵⁴ RIHGRS, Porto Alegre, 1926, Ano VI, I e II Trimestres, p. 81. Serro Largo, 12 de fevereiro de 1814.

Ainda havia outros dons, ligados diretamente a este primeiro dom, como o acesso a bens materiais e simbólicos. Nesse caso, não é apenas o *dom* que é superior, há também a desigualdade intransponível entre quem doa e quem recebe. Desta forma, o receptor fica sujeito ao doador, independentemente dele ter querido o *dom* ou dele ter de aceitá-lo por não ter escolha. Era o que acontecia no caso das oportunidades, doações de bens ou dotes dados aos filhos ao longo da vida. Estes eram bens fundamentais para construção ou continuidade de uma determinada trajetória pessoal ou profissional e para a permanência dentro do grupo social a que estava inserido pelo nascimento, além de serem fundamentais na manutenção das redes de relações. Se os filhos não aceitassem as “ambições” da família, elas poderiam desmoronar. Mas para isso, os pais poderiam contar com uma arma eficaz: a culpa. O filho poderia se sentir culpado por não corresponder às expectativas paternas e sentir-se ingrato, dessa forma, acatando os desejos da família.

A aceitação do dom por vontade ou por falta de escolha poderia ocorrer quando os filhos tivessem que se associar à vida profissional familiar. Alguns filhos seguiram a carreira dos pais, como no caso do estancieiro-militar Bento Gonçalves. Seu filho Joaquim, que havia ido ao Rio de Janeiro para estudar juntamente com seus irmãos Bento e Caetano, foi trazido ao Rio Grande com a eclosão da guerra dos farrapos, onde atingiu o posto de capitão ao ser assinada a paz. Mais tarde se tornou estancieiro. Seu outro filho, Bento, também seguiu os passos militares do pai: lutou na guerra dos farrapos, na guerra do Paraguai e na federalista de 1893-1895. Foi também estancieiro e vereador. Caetano lutou junto a seu pai e irmãos na farroupilha, participando também da guerra do Paraguai e também foi estancieiro. Leão foi outro filho de Bento Gonçalves que participou ativamente da guerra dos farrapos e seguiu carreira militar. Marco Antonio, o sexto filho, não participou da guerra dos farrapos, mas em 1848, tornou-se alferes e, mais tarde, foi tenente na mesma companhia de seu irmão Leão. Foi estancieiro e tentou a vida pública¹⁵⁵.

A atuação em determinada área profissional, como já vimos, era influenciada por diversas razões e, se limitava a atuação da família e de suas redes. Assim, nem sempre os filhos seguiam os passos dos pais, ou mesmo estes tinham preferência que seus filhos atuassem em outras carreiras. No caso do próprio Bento Gonçalves da Silva, seu pai, Joaquim Gonçalves da Silva queria que ele seguisse o sacerdócio¹⁵⁶, porém, interessava mais ao jovem Bento Gonçalves as lides campeiras. Mais tarde, depois de Bento Gonçalves matar um

¹⁵⁵ FABRÍCIO, José de Araújo. Op.cit.

¹⁵⁶ MACEDO, Francisco Riopardense de. Op.cit., p.10.

homem negro em um duelo, seu pai decidiu que ele deveria assentar praça¹⁵⁷. Bento só foi poupado porque seu irmão mais velho João Gonçalves saiu em sua defesa. Em carta a seu pai, João argumentou:

Meu Pai se eu para com vmce. tenho algum valimento desejo saber quais foram os motivos e causas do Bento ir para lá e vmce. querer mandar-lhe sentar praça eu sempre fico com algum desgosto sobre estas coisas, a causa é porque ele desde pequeno tem estado comigo e fico na desconfiança de que vmce. dirá que por estar comigo tem se criado com toda a liberdade, eu só digo a vmce. que se ele tem crime o que ignoro vmce. como Pai o castigue e o mande para cá para me ajudar nestas fazendas e pode vmce. estar no conhecimento que é um dos filhos que sabe o que é trabalhar e cuidar no que se encarrega, e eu sem ele não posso estar nem um dia e talvez a sua ida para lá fosse por se opor a alguma coisa a benefício da fazenda¹⁵⁸.

O pedido de João deve ter sido atendido, pois seu irmão Bento só sentou praça cinco anos depois, servindo a Companhia de Ordenanças de D. Diogo de Souza¹⁵⁹.

Se a destinação da vida profissional contava com a dinâmica da atuação das famílias e de suas redes, não era diferente na escolha de um cônjuge. Havia também determinadas regras a serem seguidas na escolha de um par e a indiferença às normas poderia gerar tensões. Temos como exemplo o caso do futuro consórcio de Joaquim, filho de Bento Gonçalves. Em uma correspondência trocada a 27 de julho de 1843, Bento relata a Joaquim que este tinha permissão do pai de sua futura esposa para seu consórcio. A tensão se deu porque Joaquim desconfiava que o compadre de seu pai, que era cunhado e a quem estava confiada Josefina, estava pondo entraves ao seu pedido. Com tudo resolvido, Bento pode “voltar aos negócios da Pátria”.¹⁶⁰ Podemos notar que a tensão se deu por causa da demora do consentimento e não porque os pais desaprovassem o consórcio. Contudo, é preciso esclarecer que estes laços matrimoniais se davam de forma que houvesse uma endogamia social. A escolha pelos cônjuges se dava entre o grupo ao qual pertenciam, até mesmo porque, era com quem tinham relações de equidade, com quem compartilhavam festas e saraus, enfim toda uma vida social, sendo natural que, desta forma, a eleição do futuro parceiro se desse numa mesma esfera social.

¹⁵⁷ MACEDO, Francisco Riopardense de. Op.cit., p.10. / SPALDING, Walter, 1969, op.cit., p.108

¹⁵⁸ RIHGRS, 1926, p.71. 09 de fevereiro de 1806.

¹⁵⁹ MACEDO, 1996, op.cit., p.10. / SPALDING, Walter, 1969, op.cit., p.108.

¹⁶⁰ Coletânea de documentos de Bento Gonçalves da Silva, 1985, op.cit., n.344, pp.227-228. Candiota, 27 de julho de 1843.

2.2. Tornar-se Marido

O casamento era um dos elementos centrais da economia dos bens simbólicos, sendo a família a principal protetora do capital simbólico, apoiada pela Igreja e pelo direito. O casamento era o ato fundador da família, formando um laço jurídico e selando um compromisso consentido por dois grupos que do mesmo modo tornavam manifestas as suas recíprocas obrigações, uma aliança que se concluía ou reforçava, desempenhando assim, um papel essencial. Os casamentos se davam na mesma esfera social dos cônjuges e esperava-se destes indivíduos a função de mantenedor e responsável pelo conforto da família.

A escolha do cônjuge era feita de forma “sócio-endogâmica”, onde o amor conjugal parecia assentar-se, sobretudo numa espécie de companheirismo entre os cônjuges, o que não excluía sentimentos de ternura. O amor era o que se poderia considerar um “amor fati”, amor do destino social¹⁶¹. Este amor era realizado entre iguais, entre pessoas que compartilhavam de uma mesma posição social e pertenciam a um determinado grupo dentro da sociedade. Em outras palavras, o amor “acontecía” no interior do grupo local.

Este amor poderia ser caracterizado por uma grande relação de confiança, de parceria e de reciprocidade. Estes elementos foram encontrados na análise das correspondências entre os casais da elite farroupilha. Estes casais, que formavam uma “entidade”, não eram apenas marido e mulher, eram um casal de confidentes e amigos que demonstravam nas cartas uma grande ligação entre si e uma preocupação com o estado de saúde de ambos e seus familiares, colocando a família como centro de preocupações e responsabilidades por parte dos que se encontravam na guerra. Havia também a preocupação com o bem estar e o desejo do casal para que acabasse a guerra a fim destes viverem juntos novamente. Em parte, este tipo de comportamento era esperado nas cartas, mesmo quando a pessoa que as escrevia não os sentisse plenamente. Uma certa exacerbação em demonstrar cuidados e preocupações fazia parte do “ideal matrimonial”. Mas isso não comprometia a veracidade dos sentimentos, mesmo que sua real intensidade fosse mais tênue.

As correspondências podiam se apresentar também como uma prova de que quem as escrevia estava disposto a dedicar seu tempo, em meio à guerra, para dirigir-se a quem estavam destinadas. E, mesmo que esperadas, podiam expor emoções profundas, ainda mais

¹⁶¹ BOURDIEU, Pierre, 1999, op.cit., p. 32

entre os já casados, servindo mais uma vez como uma reafirmação do pacto marital¹⁶². Concluímos isso a partir dos termos encontrados nas cartas enviadas de Domingos José de Almeida à sua Bernardina em que ele utiliza expressões como “do sempre teu”, “teu amante velho que muito te estima”, “teu velho do coração”, “teu marido do coração”, “teu marido que muito te ama”, ao finalizar suas cartas¹⁶³. O mesmo acontecia com as correspondências enviadas por Antônio Vicente da Fontoura à sua esposa Clarinda, onde ele utiliza o termo “teu amante esposo”.¹⁶⁴

O “amor fati”, mesmo sendo prevalecente aos casais da elite farroupilha, não impedia o sentimento da paixão. Em carta de Bento Gonçalves a seu filho Joaquim sobre o pedido de casamento que esse último havia feito, é possível verificar que, algumas vezes, era possível dar vazão ao sentimento da paixão:

Querido Filho
Candiota, 27 de julho de 1843.

Há muito que no município do Alegrete recebi vossa carta anunciando-me a vinda do compadre Azambuja a ver-se comigo acerca do vosso consórcio, do qual me fizestes uma exposição pela qual parecia-vos haver embaraços da parte de meu compadre. Este finalmente viu-se comigo há poucos dias vindo de regresso de Salvanhaque onde se viu com seu sogro, pai de vossa futura consorte, de quem sem o menor obstáculo obteve o consentimento para efetuar-se seu consórcio, com quem ficam desvanecidas a toda evidência vossas suspeitas acerca do embaraço que injustamente supúnheis da parte de meu compadre.

Isento como estou, meu filho, dessa paixão amorosa que vos cegou ao ponto de supordes que meu compadre punha traves a esse negócio só porque o não queria efetuar sem o consentimento de seu sogro, quem lhe confiou sua filha, cunhada e sobrinha, devo dizer-vos que ele obrou como eu obraria, como obraria todo homem de bem e como vós mesmo obraríeis no lugar.

Finalmente tudo está dissipado e podeis executar vosso consórcio com prima Josefina na melhor harmonia com meu compadre e amigo, congratulando-vos com ele (...) ¹⁶⁵.

Como pudemos notar e, nas palavras do próprio Bento Gonçalves da Silva nesta correspondência, o casamento era considerado um negócio que visava alianças e a produção e reprodução do patrimônio simbólico e material das famílias farroupilhas. Para isso contava-se

¹⁶² Infelizmente, não foram encontradas correspondências trocadas entre Bento Gonçalves e sua esposa Caetana.

¹⁶³ AAHRS. Op.cit.

¹⁶⁴ Diário de Antônio Vicente da Fontoura. .Op.cit.

¹⁶⁵ Coletânea de documentos de Bento Gonçalves da Silva, op.cit., n.344, p 227. Candiota, 27 de julho de 1843.

com a consolidação de alianças fora e dentro da família. As alianças dentro da família aconteciam, segundo Farinatti, em sua análise das famílias da elite agrária sul-rio-grandense, em virtude de:

(...) diminuir os efeitos da dispersão dos patrimônios. Além disso, ajudavam a renovar e consolidar a união de grupos familiares ao longo do tempo, tornando possível a existência de redes de parentesco extremamente solidárias e de grande importância nas múltiplas relações da vida social¹⁶⁶.

Mesmo, como no caso acima, considerando, até mesmo a união entre parentes, o casamento deveria ser efetuado com toda diligência e atenção. Entre estes cuidados estava a observação do comportamento dos futuros cônjuges. Exemplo disso é a advertência que Bento Gonçalves faz a seu filho Joaquim. Ele diz a Joaquim que esse está cego de paixão e não deixa até mesmo de repreendê-lo por isso. E quais seriam os “sintomas” para que Bento afirmasse tal coisa? Bem, segundo Giddens, o amor apaixonado é marcado por uma urgência que coloca à parte as rotinas da vida cotidiana, com a qual, na verdade, ele tende a se conflitar, até mesmo ignorando suas obrigações habituais¹⁶⁷. O casamento só foi realizado em 1857, quando já havia terminado a guerra farroupilha. A paixão e a guerra poderiam ser uma mistura explosiva. Os sintomas da paixão poderiam ser perigosos a um jovem guerreiro. Imaginem um apaixonado desatento em meio aos combates? Mas a paixão também poderia inspirar-lhe. Em carta à sua esposa Bernardina, o não tão jovem guerreiro Domingos José de Almeida escreve: “(...) *Persisto ainda no projeto de ir para o Rio até que, destruídas estas impressões a meu respeito, possa voltar a teus braços; Isto é um sacrifício que faço por amor de ti mesma*”.¹⁶⁸

Da mesma forma, Antônio Vicente da Fontoura escreveu à sua esposa Clarinda: “*Ah! conserva pois a tua existência, para seres o único prêmio que ambiciono pelos serviços e sacrifícios que tenho feito a uma pátria ingrata*”.¹⁶⁹ Estes trechos, muitas vezes, nos remetem

¹⁶⁶ FARINATTI, Luis Augusto. Op.cit., p. 227.

¹⁶⁷ GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: amor & erotismo nas sociedades modernas*. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993, p.48.

¹⁶⁸ AAHRS, Vol.2, CV-178, pp.143-144. Bordo, 16 de outubro de 1835. Domingos foi nomeado, juntamente com o Dr. Marciano, para ir ao Rio, pois, a Câmara ao qual ele pertencia, deliberou enviar para lá uma deputação para patentear ao Governo Central “a conduta tortuosa e anárquica de Araújo Ribeiro e mostrar o estado melindroso da Província”. Palavras do próprio Domingos em AAHRS, Vol.2, CV-191, pp.165-166. Porto Alegre, 23 de fevereiro de 1836.

¹⁶⁹ Diário de Antônio Vicente da Fontoura. Op.cit., pp.43-44. Campo nas pontas de Garupá, 13 de fevereiro de 1844.

a uma idéia da cavalaria e seu amor cortês: os “sacrifícios” pela amada, o morrer ou viver por ela, o atendimento ao seu chamado, a permissão para sua partida¹⁷⁰.

Foi no fim do século XI que trovadores admitiram novas relações entre mulheres e homens e, segundo Del Priore:

Nessa época, a aventura do amor cortês erigiu como tema a exaltação carnal e espiritual nas relações amorosas entre homens e mulheres. Exaltação mais idealizada do que prática, mais descrita do que vivenciada. Empréstada de sociedades vizinhas, notadamente a árabe, tal aventura fervilha de imagens sobre a submissão do amante à sua dama, valorizando, ao mesmo tempo, qualidades viris, como a coragem, a lealdade e a generosidade, encarnadas no cavaleiro¹⁷¹.

Mas, o “amor de longe”, essência do amor cortês, não era o ideal de união dessas pessoas, pois a ligação carnal era fundamental para a construção de uma família. Assim, mesmo com as correspondências, sempre que podiam, eles procuravam um meio de ir ao encontro de suas mulheres ou trazê-las para si (com a certeza de que elas não correriam perigo). Antônio Vicente da Fontoura fez referência a um amigo seu que queria ver a esposa em uma carta a sua mulher Clarinda. Ele lhe diz o seguinte:

Atualmente estou apartado de todos os parentes e amigos, porque saíram em destinos diferentes. (...) O Zeferino também foi, com esperanças de ver a mulher; e quanto mais estimo a este de tarde, por ver a amizade que ele consagra à sua mulher¹⁷².

Ele também desejava ter sua esposa por perto e assim lhe escreveu:

Informou-me um amigo que, nos subúrbios desta capela, existem muitos terrenos devolutos e mui próprios para chácaras; eu já o incumbi de tirar-me umas confrontações, e conforme a marcha de nossos negócios políticos, se não derem esperança de uma pronta conclusão, vou mandar fazer uma casinha

¹⁷⁰ Em carta de Domingos a Bernardina: “*se for da tua vontade, quero seguir para o rio. Manda-me portanto tuas ordens (...)*”. AAHRS, Vol.2, CV- 176, pp.141-142. Bordo, 8 de outubro de 1835.

¹⁷¹ DEL PRIORE, Mary, 2005, op.cit., p.70.

¹⁷² Diário de Antônio Vicente da Fontoura. Op.cit., p.22.

e mando-te conduzir para aqui; pois é ponto onde forçosamente temos de transitar¹⁷³.

Antônio Vicente da Fontoura ainda finalizou uma carta à sua esposa do seguinte modo: “*E não chegará inda o momento de nos reunirmos! Sim, ele vai aproximando e em breve te apertarei em meus braços*”.¹⁷⁴ Em trechos de uma carta de Domingos de Almeida a sua esposa Bernardina também se encontra o seguinte:

O tempo que tu perdeste em me consultar para me vires visitar é lamentável, pois devias estar bem persuadida que eu havia ficar inchado como um sapo se aqui te visse de repente: venhas, que me acharás com os braços abertos para receber-te. (...) Já estou velho e sem jeito para namorar; preciso portanto a minha costela ao lado a ver se ainda arranjo dez filhos mais¹⁷⁵.

Ainda que os homens estivessem, na maior parte do tempo, longe de suas esposas devido à guerra (e não somente a farroupilha, como no caso de Bento Gonçalves que lutou em outras guerras), tiveram um número significativo de filhos com estas. Os encontros entre “os intervalos” dos combates renderam ao casal Domingos e Bernardina mais seis filhos no período da guerra, enquanto Antônio Vicente da Fontoura e Clarinda tiveram cinco filhos ao longo da revolta. Bento Gonçalves não teve filhos neste período, mas seu genro Ignácio José de Oliveira Guimarães e seu filho Bento tiveram¹⁷⁶. Não devemos esquecer que tanto como a reafirmação do “pacto marital”, o relacionamento sexual era importante dentro do casamento. A satisfação sexual é um forte componente do sistema de casamento monogâmico e o casamento poderia ser anulado se fosse provado não existir consumação. A fim de evitar frustrações futuras ou adultério, era essencial aos parceiros que fossem não apenas atraentes mental, moral e espiritualmente, mas também fisicamente¹⁷⁷. E, conforme Denis de Rougemont:

Aos olhos da Igreja, o adultério era ao mesmo tempo um sacrilégio, um crime contra a ordem natural e um crime contra a ordem social. Pois o casamento unia ao mesmo tempo duas almas fiéis, dois corpos aptos a procriar e duas pessoas jurídicas. Prestava-se e santificar os interesses fundamentais da

¹⁷³ Diário de Antônio Vicente da Fontoura. Op.cit., p.40.

¹⁷⁴ Idem, p.61.

¹⁷⁵ AAHRS, Vol.2, CV- 445, p.347. Piratini, 4 de fevereiro de 1841.

¹⁷⁶ Ignácio teve três de suas quatro filhas no período de 1839-1845. Bento Gonçalves da Silva Filho teve seu primeiro filho, também chamado de Bento, em 1848. FABRÍCIO, José de Araújo. Op.cit.

¹⁷⁷ MACFARLANE, Alan. Op.cit., p.310.

espécie e os interesses da cidade. Aquele que infringia esse compromisso triplo não era considerado “interessante”, e sim miserável e desprezível¹⁷⁸.

Porém, o poder social do marido predominava sobre a esposa, fazendo com que houvesse maior condescendência no julgamento com os homens. Contudo, os indivíduos deveriam deixar esta “quebra de padrão” à margem da vida social oficial. Como nos lembra Elias, as quebras de padrão deveriam ser rigorosamente confinadas atrás da cena, banidas para o reino do segredo¹⁷⁹.

Mas ainda que houvesse condescendência, o ideal do marido fiel não deixava de existir. Isso nos é referido por Domingos José de Almeida em um trecho de mais uma carta enviada a sua esposa Bernardina:

(...) e as moças a me não deixarem com quebrantos; coitadas que perdem o seu tempo, porque não faço caso delas e por conseguinte todas dizem que não há moça mais afortunada que tu, que sou o exemplo dos casados, e faço com isso que o estado seja apetecido. E que tal? Vê lá quanto vale o meu comportamento e quanto és feliz possuindo um marido moço, bonito, bem feito e fiel. Onde se acha tanta coisa junta? Com efeito neste século é fenômeno, é maravilha¹⁸⁰.

Domingos não se cansava de querer se mostrar à esposa uma ótima escolha como marido. Ao relatar-lhe que, por conta dela não poder ser uma testemunha presente no casamento de um amigo, e que, por isso, teria que mandar uma procuração para que servisse em seu lugar outra mulher, ele acrescentou o seguinte trecho:

(...) para em teu lugar servir D.Maria Barbosa, a mulher do Barbosa, se bem que eu queria que fosse alguma moça mais bonita, mas não sei o nome delas; e assim mesmo tu tens que dizer do exemplo dos maridos bonitos e honrados, de quem todas as casadas têm inveja e apontam a seus maridos como modelo, etc., etc. Tu nasceste empelicada e na maré cheia¹⁸¹.

Esses casais da elite farroupilha viveram intensamente a guerra e suas moléstias, viram alguns de seus filhos, familiares e amigos convalescerem e morrerem em meio às batalhas, e,

¹⁷⁸ ROUGEMONT, Denis. *História do amor no Ocidente*. Tradução Paulo Brandi e Ethel Brndi Cachapuz. 2 ed. ref. São Paulo: Ediouro, 2003, p.369.

¹⁷⁹ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Vol.1. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 185.

¹⁸⁰ AAHRS, vol.2, CV-183, pp.156-157. Porto Alegre, 15 de dezembro de 1835.

¹⁸¹ AAHRS, vol.2, CV-438, pp.340-341. Piratini, 23 de janeiro de 1841.

certamente, encontraram no apoio mútuo a força para continuar a sobreviver. As doenças e a morte eram constantes na vida e preocupação dessas pessoas. As doenças causadas ou disseminadas pela guerra eram tratadas, principalmente, por práticos ou “entendidos”, já que o número de médicos habilitados na região era escasso. Da mesma forma, o conhecimento médico era recente se comparado a outros saberes curativos e ainda mantinha suas concepções científicas de cura e doença baseadas em elementos sobrenaturais¹⁸². As correspondências quase sempre traziam notícias a respeito da boa saúde ou de moléstias e era uma inquietação não ter informações sobre a saúde de quem estava longe. O sofredor não era apenas o doente, mas também todos aqueles que a ele se ligavam¹⁸³.

Desta forma, não era apenas preocupação destes homens manterem-se saudáveis e vivos e, do mesmo modo, poderem retornar às suas esposas, a saúde delas era fundamental para a tranqüilidade de seus maridos. Antônio Vicente da Fontoura parecia sofrer junto com sua esposa Clarinda as moléstias dela. E, certamente, externar suas preocupações era uma forma de se mostrar um bom e dedicado marido. Em carta à sua esposa encontramos o seguinte: “*Clarinda, eu nem sei o que escrevo; pois a terrível certeza da tua moléstia e a cruel incerteza do teu melhoramento dão ao meu coração o mais terrível contraste de angústia*”. Em outros trechos, de duas diferentes cartas escritas por Antônio Vicente à sua mulher, temos os seguintes relatos: “*Estou tão satisfeito pelas tuas melhoras e notícias de todos... Ah! quanto é doce saber-se do que se ama!*”. E ainda: “*Deus, nosso amor e a honra são irrefragáveis testemunhas do que digo e do que tem sofrido minh'alma!*”.¹⁸⁴

Algumas epidemias como febre amarela, cólera e varíola atravessaram o século XIX, tendo como principais grupos de propagadores as tropas, os marinheiros, os comerciantes e os peregrinos. Estas epidemias eram caracterizadas por serem moléstias que atingiam um número elevado de vítimas em curto espaço de tempo e que tinham a tendência a desaparecer em seguida¹⁸⁵. Mas os sofrimentos não advinham apenas das moléstias. A morte também trazia dor.

Numa tentativa de consolar sua esposa Domingos lhe diz: “*Eu, estimo, como sabes, a todos os teus manos: porém duvido que me custem tantos dissabores quantos tenho sofrido com a morte de Bernardino*”.¹⁸⁶ Antônio Vicente da Fontoura também relata a sua mulher os

¹⁸² WITTER, Nikelen Acosta. *Dizem que foi feitiço: curadores e práticas de cura no interior do Brasil (Santa Maria, RS-1845/1880)*. Porto Alegre: PUCRS, 1999, pp.59-65.

¹⁸³ WITTER, Nikelen Acosta. *Males e epidemias: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX)*. Niterói: UFF, 2007, p.09 (Tese de Doutorado).

¹⁸⁴ Diário de Antônio Vicente da Fontoura. Op.cit., p.23, p.110 e p.62.

¹⁸⁵ WITTER, Nikelen Acosta, 2007, op.cit. pp.40-45.

¹⁸⁶ AAHRS, Vol.2, CV-241, p.207. Piratini, 7 de maio de 1838.

sofrimentos que a morte pode trazer. Em uma carta à sua esposa Clarinda, ele havia comentado a admiração que sentia pelo amigo Zeferino e a amizade que este devotava a sua esposa. Mais tarde, as notícias recebidas por Clarinda foram as seguintes:

Eu, os compadres Delfino e Frutuoso, o Rodrigues e as comadres pouco há que soubemos que o Zeferino está viúvo. Ele está aqui também e inda não sabe! Conversa com alegria e fala inda a miúdo na sua velha. Coitado! Não sei se trazê-lo enganado é compaixão! Parece-me mais uma espécie de perfídia. Contudo eu não me atrevo a dizer-lhe nada¹⁸⁷.

Em outra carta à esposa, lhe escreveu sobre os sofrimentos de outro companheiro de guerra:

Que lástima, minha Clarinda, tive hoje do pobre Macedo! Casualmente, à tarde, quando passeava a pé, vendo alguns conhecidos, toquei na sua barraca; ele estava jogando por divertir, quando se lhe veio entregar uma carta... O fecho era de obreia negra, e o infeliz não sei que sinistro pressentimento o assustou que, atirando as cartas de jogar, abre com velocidade a que acabava de receber... Era do Pedroso, dando-lhe notícias da morte da sua mulher. Que golpe que recebeu este pobre homem, tão repentino! Eu bem sei que nem todos sabem ser bons maridos, porém a Matilde ainda era moça e, parecendo sadia, ele não cessa de acusar o maldito Alegrete, cuja insalubridade de ar foi seguramente a causa da orfandade de seus filhos¹⁸⁸.

As pessoas que habitavam a Província do Rio Grande de São Pedro estiveram envolvidas em muitas guerras ao longo do século XIX e, por conta dos combates e de todas as moléstias que envolviam uma guerra, perderam muitos de seus entes queridos. Assim, seguramente, a morte não era uma novidade em suas vidas. Segundo Reis, “*o temor da morte não era maior do que morrer sem estar preparado*”.¹⁸⁹ Desta maneira, a prevenção do futuro dos seus, estava relacionada em oferecer a segurança material possível, por meio dos bens destinados àqueles que ocupavam papéis importantes na vida dessas pessoas¹⁹⁰. Poderia até ser prejudicial para o destino da alma do falecido não deixar os seus negócios, tanto os

¹⁸⁷ Diário de Antônio Vicente da Fontoura. Op.cit., p.106.

¹⁸⁸ Idem, p.100.

¹⁸⁹ REIS, João José. *A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 95.

¹⁹⁰ FLORES, Ana Paula Marquesini. *Descanse em paz: testamentos e cemitério extramuros na Santa Maria de 1850 a 1900*. Porto Alegre: PUCRS, 2006, pp.49-50.

terrenos quanto os sagrados, resolvidos ainda em vida¹⁹¹. Estes relatos apresentados nas cartas nos mostram a impotência dos homens perante a morte e uma certa falha em proteger suas esposas, já que oferecer proteção era uma das virtudes de um bom marido. A intenção de proteger os bens materiais e simbólicos que compartilhava com sua mulher era o que, segundo eles, os levava à guerra. E eles sempre faziam questão de lembrá-las disso.

Os homens da elite farroupilha, em suas correspondências, queriam mostrar o quanto o auto-sacrifício, a coragem e a determinação faziam parte de seu caráter e, para isso, costumavam informar suas esposas sobre os percalços da guerra, até mesmo sobre os combates, os feridos, os mortos, as próximas ações no campo de guerra e no campo político. Domingos assim escreveu a Bernardina:

Estando a Assembléia e toda esta cidade à espera de Araújo Ribeiro para tomar posse e ver se assim evapora-se a tempestade que ele e mais caterva daí, de Rio Grande e do Norte haviam conjurado contra esta bela Província, chega pelo correio a notícia de que longe de vir Araújo, dava ele todas as providências para atizar a mais feroz anarquia, sacudindo o brandão da guerra civil¹⁹².

Com efeito, Vicente da Fontoura escreveu a Clarinda:

Ontem chegou o coronel Daniel, do Estado Oriental, trazendo-nos munições de guerra, etc, etc. Continuamos nos preparativos de uma ação decisiva, cujo dia tanto desejamos, para assim ver terminada uma tão longa luta¹⁹³.

Sem dúvida, para esses homens falar sobre a guerra e, principalmente, sobre as dificuldades por que passavam no seu cotidiano era uma forma de mostrarem o quanto estavam sendo corajosos e valorosos. Em carta do dia 4 de janeiro de 1844, Antônio Vicente da Fontoura relata à esposa: *“Hoje não serei muito extenso porque estou muito cansado, pois desde ontem ainda não dormi, em consequência de termos feito uma contramarcha, pelo que foi necessário caminharmos até amanhecer”*.¹⁹⁴ Em outra correspondência do dia 13 de janeiro de 1844, à mesma sua mulher, ele diz:

¹⁹¹ REIS, João José. O Cotidiano da Morte no Brasil Oitocentista. In: Alencastro, Luis F. História da vida Privada no Brasil. Vol.2, 1997, p.104. Apud. FLORES, Ana Paula Marquesini. Op.cit., p.50.

¹⁹² AAHRS, Vol.2, CV-189, pp.160-162. Porto Alegre, 16 de fevereiro de 1836.

¹⁹³ Diário de Antônio Vicente da Fontoura. Op.cit., p.46.

¹⁹⁴ Idem, p.24.

Vamos chegando aos lugares de ruins águas e tu sabes quanto me custa fazer uso de uma ruim água, não só pelo péssimo gosto, como mesmo pelo nocivo que é à saúde, e desde aqui até passarmos o Ponche Verde, que todas são muito salobras ou ruins por serem de banhado¹⁹⁵.

Isso não deixava de ser uma reafirmação das qualidades pessoais que se somavam à formação da honra. Temos que entender que a virilidade física ou moral era indissociável da honra a qual essa elite farroupilha cultuava. Ao mesmo tempo, ela produzia também um importante culto à masculinidade, sendo a coragem, a força, o respeito, a reputação e o prestígio suas mais importantes qualidades. A virilidade, aqui, pode ser entendida como capacidade reprodutiva, sexual e social, mas também como aptidão para o combate e para o exercício da violência. Além disso, ela tinha que ser validada pelos outros homens e certificada pelo reconhecimento de pertença ao grupo dos homens.

Como marido, cabia também a qualidade de protetor. Era seu papel sustentar sua esposa e protegê-la. Porém, não somente de forma física, este papel deveria se estender também à capacidade na administração dos bens e também no seu desenvolvimento. Mas a guerra trouxe algumas dificuldades ao “cumprimento desse dever”. Em uma de suas correspondências à mulher, Vicente da Fontoura menciona a Clarinda: “*Temos visto, minha Clarinda, desaparecer a fortuna de que éramos senhores antes da revolução*”.¹⁹⁶

Domingos de Almeida, da mesma forma, expõe sua preocupação com os bens do casal:

Também a ti não é desconhecido, que aí nossa fortuna jamais pode avançar um pequeno passo, pelo desvio que dão até aos gados que me querem dar de costeio. Em tais circunstâncias o estado atual das coisas, nossos negócios, teu sossego e outras muitas considerações prudentemente aconselham que devemos sem hesitação largar, ao menos por alguns anos, esse lugar¹⁹⁷.

No período da guerra dos Farrapos, Domingos ainda estava se recuperando das atribulações especulativas geradas na Guerra Cisplatina (1825-1828) e, certamente, um dos motivos que o levou a juntar-se ao conflito contra o Império foi a taxaço que vinha sofrendo sobre o charque e o couro que produzia em suas charqueadas¹⁹⁸. Domingos se mostrou

¹⁹⁵ Diário de Antônio Vicente da Fontoura. Op.cit., p.27.

¹⁹⁶ Idem, p.29.

¹⁹⁷ AAHRS, vol.2, CV-189, pp.160-162. Porto Alegre, 16 de fevereiro de 1836.

¹⁹⁸ LEITMAN, Spencer. Op.cit., p.135.

temeroso, em muitas outras cartas, à sua companheira Bernardina, tomando-a, algumas vezes, como consultora para compras de bens e contando com sua ajuda na administração das propriedades do casal.

Quanto ao general Bento Gonçalves da Silva, que costumava dizer que talvez fosse o homem mais pobre do Rio Grande do Sul, finda a guerra, recebeu fundos e pagamentos pelas dívidas da guerra republicana de uma conta secreta imperial¹⁹⁹. Além disso, depois de 1845, recebeu aposentadoria militar e quando da sua morte, em 1847, a estância do Christal, sua propriedade, tinha 53 escravos e valia 57 contos²⁰⁰, sem contar ainda suas extensões de terra na Banda Oriental²⁰¹. Infelizmente, não encontramos nenhuma carta de Bento Gonçalves à sua esposa Caetana, onde este poderia também reclamar das mazelas da guerra²⁰², assim como Domingos de Almeida e Vicente da Fontoura, que, como vimos acima, trataram muito disso com suas esposas-confidentes.

A parceria entre Domingos José de Almeida e sua esposa Bernardina Barcellos de Almeida durou até a morte de Bernardina em 1846²⁰³. O mesmo aconteceu com Antônio Vicente da Fontoura, que se manteve junto à sua esposa Clarinda Porto da Fontoura até 20 de outubro de 1860, quando morreu devido aos ferimentos graves recebidos em um atentado político em Cachoeira²⁰⁴.

Domingos José de Almeida e Antônio Vicente da Fontoura tinham mais uma coisa em comum, além de sua dedicação às esposas: uma forte ligação com as famílias destas. A relação que Domingos possuía com os Barcellos e, da mesma forma, Vicente da Fontoura com os Porto, pode ser identificada com uma espécie de hipergamia masculina. Esses dois homens se associaram a duas mulheres que pertenciam a famílias com um nível social mais elevado do que as suas. Lembremos que Antônio Vicente da Fontoura era filho de um agrimensor²⁰⁵ e, segundo suas próprias palavras:

¹⁹⁹ Lançamento do pagamento das ordens sacadas pela comissão de exame da dívida do extinto governo da revolução, Antônio Vicente da Fontoura, Porto Alegre, 22 de julho, 1845; Antônio Vicente da Fontoura a Manoel Joze Pereira Silva, Cachoeira, 25 de fevereiro, 1847, VC, L. Apud. LEITMAN, Spencer. Op.cit., p. 157.

²⁰⁰ Cópia do inventário do coronel Bento Gonçalves da Silva, RIHGRS, XXVII, n.105-108, 1947, pp.39-46. Apud. LEITMAN, Spencer. Op.cit., p.157.

²⁰¹ Relatório da repartição dos negócios estrangeiros apresentado a assembléia geral legislativa na terceira sessão da oitava legislatura pelo respectivo ministro e secretário de estado, Paulo José Soares de Sousa (Rio de Janeiro, 1851), anexo A, negócios do Rio da Prata, p.42. Apud. LEITMAN, Spencer. Op.cit., p.157.

²⁰² Em nota LEITMAN. Op.cit., p.157, faz referência a uma carta de Bento, mas a um amigo, em que menciona que “quase não tinha mais gado para comer” e pedindo um empréstimo a curto prazo. A carta referida se encontra em Alfredo Ferreira Rodrigues; “Pobreza de Bento Gonçalves”, Almanak Litterario e Estatístico da Província do Rio Grande do Sul (1899), p.175.

²⁰³ NEVES, Ilka. Op.cit., p.28.

²⁰⁴ Diário de Antônio Vicente da Fontoura, Op.cit., p.153.

²⁰⁵ ANTUNES, De Paranhos, 1935, op.cit., p.10.

Meus Pais, suposto que da antiga família dos C.²⁰⁶, eram pobres e, por isso, não podendo destinar-me as letras, para o que tinha decidida vocação, me puseram em uma das melhores casas de comércio da vila, para que aprendesse esse tráfico. Razões insignificantes ocasionaram minha mudança para a vila de Cachoeira, onde segui o emprego de caixeiro por dois anos²⁰⁷.

Em fins do ano de 1929, foi que ele conseguiu estabelecer sua casa de negócios em Cachoeira e se casou com Clarinda Francisca Porto²⁰⁸. Clarinda era filha do tenente José Gomes Porto, renomado oficial de Cachoeira²⁰⁹ e irmã do brigadeiro José Gomes Portinho²¹⁰.

Quanto a Domingos José de Almeida, que nasceu fora da Província do Rio Grande, também dedicou suas primeiras atividades profissionais ao comércio, vindo ao Rio Grande para organizar tropas de mulas que conduziria a São Paulo e outras regiões, mas acabou por fixar-se em Pelotas com uma casa comercial e mais tarde fundou uma charqueada à margem do Arroio Pelotas. Em 1824, ligou-se pelo casamento com Bernardina Barcellos de Lima, originária de uma família de charqueadores²¹¹. Esses dois homens demonstraram em cartas enviadas as suas esposas o quanto tomaram a família dessas para si e, até mesmo, que conviviam mais com essa parte da parentela. Eles pouco falam de seus próprios familiares com suas mulheres, mas tratam dos parentes delas e com preocupação genuína:

O assunto desta carta, minha Clarinda vai ser dedicado ao nosso pai e compadre velho Porto (José Gomes Porto). Quero que digas a ele que não repare em não lhe escrever, dando-lhe notícias certas e bem circunstanciadas dos combates, das operações e dos sucessos da presente guerra, o que muito de propósito tenho deixado de fazer, não por falta de desejos de instruí-lo de tudo, mas sim porque conheço o seu gênio sincero e franco e que uma leve indiscrição de transmitir a outrem as notícias que eu lhe desse, o podia de novo comprometer, dando-me demais o dissabor de ser eu o causante; eu que todos os dias faço votos ao céu para que jamais ele se envolva em questões políticas²¹².

²⁰⁶ Conforme De Paranhos Antunes, Antônio Vicente da Fontoura ocultou o nome da família porque a mesma era de origem portuguesa e, naquele tempo, os “caramurus” ou “pés de chumbo”, eram odiados e tinham o repúdio de todos os bons patriotas. ANTUNES, De Paranhos, 1935, op.cit., p.15.

²⁰⁷ ROSA, Othelo. Op.cit., p. 147.

²⁰⁸ Ibidem, idem, pp.147-148.

²⁰⁹ ANTUNES, De Paranhos, 1935, op.cit., pp.16-17.

²¹⁰ ROSA, Othelo. Op.cit., p.148.

²¹¹ ROSA, Othelo, 1935, op.cit., p.105.

²¹² Diário de Antônio Vicente da Fontoura. Op.cit., p.71.

Às vezes, chegavam a tomar o pai e irmãos da esposa por seus, o que podemos também identificar como alguma preferência fraterna²¹³: “*Aqui viemos pernoitar, tendo saído hoje de Bagé, e o vigário Chagas. Nosso irmão Portinho inda ali ficou*”.²¹⁴ Esses sogros e cunhados, muitas vezes, poderiam assumir a figura paterna e ajudar a tomar conta dos netos ou sobrinhos, substituindo o pai falecido.

2.3. Ser Pai

Ser pai podia ser uma tarefa bem difícil. Sua figura devia ser rodeada pela idéia de respeito, honra, virilidade e competência. Cabia aos pais o acúmulo de bens materiais e simbólicos a serem repassados aos filhos e, algumas vezes, isto era utilizado como uma justificativa para a guerra; ela servia para salvaguardar estes bens. Ele, o pai, atuava no âmbito público, mas também no doméstico, sendo que as decisões fundamentais do núcleo familiar passavam por ele. Dessa forma, a vida e o desenvolvimento dos filhos faziam parte de suas preocupações, pois além do afeto, havia a idéia de perpetuação. Eram os filhos que dariam continuidade ao nome do pai. Assim, não é de se espantar que os filhos fossem uma questão freqüente nos assuntos trocados nas cartas, já que havia uma preocupação genuína com a vida destes e com algumas questões que envolviam o seu cotidiano.

Começamos com a idéia fundamental de que o pai é responsável pela existência física de seus filhos. Essa vida transmitida pelos pais, bem como as realizações materiais atribuíveis às gerações precedentes, eram tidas por graças ou *dons*, que tinham como contrapartida um sentimento de gratidão por parte dos filhos, ou “dívidas”, das quais nada do que fizessem ao longo de sua existência permitiria ficarem isentos.

O pai não fazia apenas o papel de *genitor* – pai biológico –, era também *pater* – o pai social. Assim, o pai/genitor/pater não era apenas responsável pela vida de seus filhos, ele também era importante na sua manutenção. A morte prematura de um filho poderia também ser a morte dos desejos, expectativas, aspirações e esperanças de uma família. Além disso, a perda de um filho poderia trazer ao pai um sentimento de impotência por não conseguir salvá-lo, seja por alguma doença ou outra circunstância. Domingos José de Almeida ao perder um dos seus filhos, encontrou as seguintes palavras de um amigo:

²¹³ Em carta de Domingos a Bernardina, ele faz referência do quanto estima o irmão de sua esposa, Bernardino. AAHRS, Vol.2, CV-241, p. 207. Piratini, 7 de maio de 1838.

²¹⁴ Diário de Antônio Vicente da Fontoura. Op.cit., p.118

Com sentimento recebi a carta de V.S. de 2 do corrente, na que me participa o golpe que sofreu com a perda de seu filho mais velho, cujo sentimento acompanho a V.S. e a minha Senhora, sua esposa: não duvido que são acontecimentos difíceis de sobrelevar; por mim passou a perda dos dois mais velhos que experimentei, pouco me faltou para perder o juízo²¹⁵.

Mas as responsabilidades de um pai iam além da pura existência física dos filhos. A essa existência deveriam ser atribuídas outras questões, que envolviam uma “sobrevivência” sócio-econômica e cultural. A guerra dos farrapos foi um meio desses pais da elite farroupilha, que se sentiam desfavorecidos e ameaçados política e economicamente pelo poder central, garantirem um “futuro” para seus filhos, mesmo tendo que sofrer toda a sorte de desventuras e até arriscar a própria vida. Domingos escreveu a Bernardina:

Não obstante porém o justo azedume que me acompanha, resolvido estou a cerrar os olhos a tudo e redobrar de esforços para que a Província seja arrancada do abismo que a ameaça: nela tenho a ti e a sete filhos, e isto basta para que lhe deseje todas as venturas²¹⁶.

Em outra carta, Domingos lhe diz o seguinte:

Sei, que mulher e filhos, e o estado pouco feliz de nossa casa, me deveria subtrair dessa comissão; mas a obrigação de coadjuvar com todas as minhas forças para o bem da Província, e particularmente de ti e desses mesmos filhos, me forçaram a uma empresa cheia de espinhos e de dificuldades: se algum sinistro não cogitado me roubar para sempre da minha família, o que não espero, o exemplo de servir à Pátria; que deixo a nossos filhos, é o mais brilhante legado que lhes posso doar: e esta única lembrança me consola, quando pondero na nossa separação, etc., etc...²¹⁷

Domingos, em trecho de outra correspondência lembra: “(...) e hoje se proclamou nesta a independência deste Estado, pelo que me congratulo contigo e com nossos filhos para quem trabalho”.²¹⁸ Da mesma maneira que Domingos José de Almeida, Antônio Vicente da Fontoura via a guerra também como um propósito familiar e para a garantia do futuro dos filhos e escreveu à esposa Clarinda:

²¹⁵ AAHRS, Vol.5, CV-3004, p.232. Cerro Largo, 4 de setembro de 1837.

²¹⁶ AAHRS, Vol.2, CV-187, pp.158-159. Porto Alegre, 12 de janeiro de 1836.

²¹⁷ AAHRS, Vol.2, CV-195, pp.168-171. Pelotas, 14 de março de 1836.

²¹⁸ AAHRS, Vol.2, CV-206, pp. 182-183. Piratini, 6 de novembro de 1836.

Quando eles (seus filhos) deixarem o teto paterno, quando entrarem no grande mundo, o velo do seu rosto viril não será crestado pelo afogueado calor da vergonha ao ouvir falar de seus maiores. Eles não contarão o ouro herdado, mas poderão referir com uma terna emoção os nossos infortúnios. Suas faces tomarão nesse instante o augusto colorido da modéstia e não do pejo²¹⁹.

Contudo, a guerra também foi um bom negócio para alguns dos estancieiros-militares, os quais ampliaram seus rebanhos, e eventualmente, açambarcavam mais terras para suas propriedades²²⁰ e, assim, mais uma garantia de bens materiais a serem herdados. A guerra ainda trazia a possibilidade de prestígio e o “nome” poderia ser tão importante como um dote. O prestígio poderia ser adquirido pelos grandes feitos e pelo acúmulo de um cabedal militar e pessoal muito importante na composição não somente do papel de pai, mas também de um chefe farroupilha. A constituição de suas qualidades, tanto na guerra quanto nos negócios e na vida pessoal, eram fundamentais para a “nobreza” do nome que seria repassado aos filhos e também aos netos e suas ações poderiam resultar tanto de uma forma positiva quanto negativa no futuro dos filhos. Como lembra Bento Gonçalves em trecho de um manifesto impresso:

A execração de nossos filhos cairá sobre nossas cinzas se por nossa desmoralização e incúria lhe transmitirmos este sagrado depósito desfalcado e corrompido, e suas bênçãos nos acompanharão ao sepulcro se lhes deixarmos exemplos de virtudes e patriotismo²²¹.

A manutenção de sua posição dependia, deste modo, também de uma reprodução do seu capital simbólico através da produção de herdeiros (masculinos ou femininos) capazes de perpetuar a herança do núcleo familiar e obter aliados prestigiados. Em outras palavras, assegurar o futuro dos filhos, orientar seu futuro, eram preocupações de um jogo social que tinha por finalidade ampliar as oportunidades dos indivíduos e preservar as dos próximos e dependentes. Não era à toa que o hábito de atribuir dotes ou antecipar bens se associava estreitamente às estratégias de aliança e de transferência de bens. Quando os filhos passavam por dificuldades financeiras, os pais ajudavam no pagamento de dívidas, muitas vezes doando a parte que caberia na partilha dos bens antes de sua morte.

²¹⁹ Diário de Antônio Vicente da Fontoura. Op.cit., p.60.

²²⁰ GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O Horizonte da Província: a República Riograndense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998, p.105 (Tese de Doutorado).

²²¹ Coletânea de documentos de Bento Gonçalves da Silva. Op.cit., n.413, pp.268-274. Porto Alegre, 25 de setembro de 1835.

Era fundamental aos filhos que estes recebessem doações ou heranças materiais ou simbólicas de seus pais, contudo, cabia aos filhos a manutenção e até mesmo uma tentativa de superação do nome “paterno”. Cabia aos pais também prepararem seus filhos para as adversidades na tentativa de fortalecimento do caráter. Em carta à sua esposa Clarinda, Antônio Vicente da Fontoura lembra a importância da educação que receberam de seus pais:

(...) olhando para minhas mãos, não me lembrasse logo das tuas que, por causa do trabalho, já do forno, já da plantação com que vais ajudando a vestir e a sustentar nossos filhinhos, devem estar não só morenas, como pisadas do grosseiro serviço a que não eram acostumadas. Graças porém aos nosso pais que, não nos educando com excessivo efeminado luxo, souberam prevenir estes revezes que nos preparava a sorte! Parece mesmo, minha querida, que te antecipava a serviços tão duros (...)²²².

Ainda em outra carta de Fontoura à sua mulher, ele fala sobre a importância das adversidades na formação do caráter dos filhos:

Temos visto, minha Clarinda, desaparecer a fortuna de que éramos senhores antes da revolução; temos mesmo, no decurso dela, tragado o cálice da amargura por muitas vezes, porém diremos um dia: -Perdemos, sofremos, mas aprendemos. Nossos filhinhos então poderão sair mais amestrados na carreira da vida²²³.

Um bom caráter estava entre as qualidades pessoais que compunham a honra de uma pessoa e, para isso, nenhum dos homens que pertencia à elite farroupilha queria ter seu nome ligado a adjetivos como “facinoroso”, “covarde”, “maricas”, “maldoso”, “perverso”, “assassino” ou “ladrão”. A manutenção de um bom nome, que estaria ligado aos filhos, foi um dos motivos que levou Bento Gonçalves da Silva ao duelo com Onofre Pires²²⁴. A troca de correspondências entre os dois nos aponta isso. Bento Gonçalves escreveu:

Ilmo. Sr. Coronel Onofre Pires da Silveira Canto. Havendo chegado ao meu conhecimento que V.S^a. em princípios do corrente mês em presença de vários indivíduos do Exército, quando vinha este em marcha, avançara proposições ofensivas a minha honra e ousara até chamar-me de ladrão, sufocando os

²²² Diário de Antônio Vicente da Fontoura. Op.cit., pp. 33-34.

²²³ Diário de Antônio Vicente da Fontoura. Op.cit., p. 29.

²²⁴ Onofre Pires da Silveira Canto lutou na Guerra dos Farrapos ao lado de Bento Gonçalves da Silva, de quem era aparentado. ROSA, Othelo. Op.cit., pp.113-116.

impulsos de meu coração e aquele brio que em minha longa carreira militar guiara sempre minhas ações por amor de minha posição e mais que tudo da crise em que se acha este país que me é tão caro, sufocando, digo, aquele ardor com que em todos os tempos busquei o desagravo de minha honra, recorri aos meios legais, únicos exeqüíveis nas presentes circunstâncias; como porém sua posição de deputado o põe a coberto desse meio e deva eu em tal caso lançar mão do que me resta como um homem de honra, quisera que deve caracterizar um homem na posição de V. S^a. houvesse de dizer-me com urgência por escrito se é verdadeiro ou falso o que a respeito se me informou. Deixo de fazer a V.S^a. quaisquer reflexões a respeito. V.S^a. as deve perfeitamente compreender²²⁵.

Onofre Pires respondeu da seguinte maneira:

Cidadão General Bento Gonçalves da Silva. Ladrão de fortuna, ladrão da vida, ladrão da honra e ladrão da liberdade é o brado ingente que contra vós levanta a Nação Rio-Grandense, ao qual já sabeis que junto a minha convicção não pela a geral execração de que sois credor, o que lamento, mas sim pelos os documentos justificativos que conservo. Não deveis pois, Sr. general, ter em dúvida a conversa que a respeito tive, quando dela vos impôs tão prontamente esse correio tão vosso... Deixai de afligir-vos por haverdes esgotado os meios legais em desafronta dessa honra, como dizeis; minha posição não tolhe que façais a escolha do mais conveniente para o que sempre me encontrareis. Fica assim contestada vossa carta de ontem²²⁶.

O que aconteceu depois foi que Bento Gonçalves em desagravo de sua honra desafiou Onofre Pires para se baterem em um duelo. O resultado foi que o coronel Onofre Pires teve dois ferimentos pelos quais morreu dias depois. Já Bento Gonçalves foi intimado a prisão e, mais tarde, solto por “*obrar como homem de verdadeiros sentimentos de honra*”.²²⁷

Mas não foi somente Bento Gonçalves que teve problemas relacionados à sua honra, Domingos José de Almeida também viu seu nome ameaçado:

Ilmo. Sr. Tenente-coronel Manuel de Macedo Brum. Chegando a meu conhecimento haver V. S^a. gravemente ofendido minha reputação para melhor capturar benévola amizade dos inimigos da causa rio-grandense com quem convive, lhe dirijo a presente para rogar-lhe que, a não querer passar por infame caluniador, no seu regresso venha munido de documentos para provar

²²⁵ Coletânea de documentos de Bento Gonçalves da Silva. Op.cit., n. 375, p.245. Campo, 26 de fevereiro de 1844.

²²⁶ Coletânea de Documentos de Bento Gonçalves da Silva. Op.cit., n.376, p.245. Campo, 27 de fevereiro de 1844.

²²⁷ Ibidem, n.377, pp.245-246. Escrito por alguém que se intitulou: “um amigo dos homens de sentimentos de honra”

onde existe a estância que possuo com gados roubados desta, qual a marca deles e quem seu administrador ou capataz. Cumpre mais que traga também documentos para provar que não foram vendidos por meu cunhado João Rodrigues Barcellos e por minha ordem trinta e cinco escravos de minha propriedade a Manuel Gonçalves da Costa, negociante dessa praça, e se tenho ou não outros aí alugados. Isto se faz indispensável para V.S.^a. mostrar veracidade do que asseverou; e que não tenho aplicado o produto daqueles e o aluguel destes para as despesas do estado, a quem sirvo sem o interesse de um real, e a quem me ufano de ter sacrificado meus serviços, minha fortuna e a fortuna de meus credores. (...) e com soberba, desafio a todos os torpes caluniadores, em cujo número tem V.S.^a. distinto lugar, para provarem o contrário²²⁸.

Mas, ao contrário de Bento Gonçalves, Almeida preferia recorrer à imprensa para defender sua honra. No jornal *O Povo* do dia 26 de dezembro de 1838, na sessão Correspondências, Almeida se defende de acusações feitas pelo Sr. Manoel Martins Barrozo, acusações essas de prevaricação e fraudes. Domingos José de Almeida diz que vai apresentá-lo ao público leitor e respondeu:

Há pessoas a quem falta a capacidade necessária para saírem por qualquer meio honesto, e decente, da obscuridade, e desprezo, a que a natureza parece hace-los condenado, e não querendo resignar-se a sua sorte, lançam mão dos recursos ainda mais torpes para ver se conseguem despertar, e atrair a atenção do público²²⁹.

E continua sua defesa:

Mas em vez de convencer-se de seu erro, e de minhas intenções muda de rumo, o propõem-se mostrar minhas prevaricações, e fraudes. Cumpre-me confessá-lo com a ingenuidade que me é própria, tenho prevaricado, e tenho cometido fraudes; prevaricado em consentir no Tesouro o Sr. Barrozo, a despeito do erro impassível que cometeu no modelo enviado as Comissões do troco do cobre, para transtornar talvez aquela tão útil, quão necessária operação, mas que por felicidade foi desprezado pelas mesmas Comissões, a exceção de uma: prevaricado quando não o expulsei do mesmo Tesouro por escriturar sem ordem que para isso o autorizasse a conta de Pedro Mevielle, que sendo em moeda corrente, e ainda não legalizada, classificou parte nessa moeda, e parte em prata: a fraude em anuir que do empréstimo contraído para escassamente minorar as precisões do Exército, as escoasse para o Sr. Barrozo a quantia descrita no seu jornal n.16; fraude, quando ainda permiti a extração de barricas de farinha para pagamento de seus vencimentos, estando aliás em circunstâncias de deixar essas bagatelas para algum mais...

²²⁸ AAHRS, Vol.2, CV-462, pp.357-358. São Gabriel, 4 de abril de 1841.

²²⁹ *O Povo*. Piratini. 26/12/ 1838, n.31, Vol. I, pp.3-4. MCHC.

Porém, Sr. Redator, tudo isso era mister, e estava no plano de alarmar muita gente, que com razão se julga credora de quinhão igual se não maior, e ao mesmo tempo arredar recursos criados, afim de paralisar os movimentos do Exército, e acarretar sobre o Governo a odiosidade, e descrédito que lhe é mister, para montar nossa nascente associação política etc., etc., etc. Tendo dado a satisfação devida ao público a quem em extremo respeito, e ao Sr. Barrozo a consideração de que é credor, protesta não mais incomodar-lhe a respeito²³⁰.

Devemos lembrar que a honra da pessoa era avaliada pelo grupo, mas também era algo que só tinha sentido quando internalizada. O grupo, da mesma forma que a pessoa, deveria reconhecer que ele próprio internalizava o sentimento de honra. Ela poderia ser entendida como precedência, respeitabilidade, consideração e distinção. Segundo Monsma:

A honra hierárquica é uma forma do capital simbólico. (...). A honra hierárquica afere o valor social relativo de um homem, seu valor para sua família, para parceiros de trocas, para sua comunidade, para seu país. Dado o direito básico ao respeito, os homens acumulam o capital simbólico da honra por meio da conjunção de, por um lado, privilégio, riqueza e poder e, por outro, atos honrados, que demonstram a internalização do sentido de honra e muitas vezes são facilitados pela posse de recursos e poder. Além de ser valorizada por si só, a honra traz outros benefícios. Um homem de honra tem tanto os recursos como a fibra moral necessários para assumir e cumprir compromissos, o que significava que ele é um parceiro valioso e confiável para diversos tipos de trocas. (...). O capital simbólico, difícil de aferir e validado pela opinião dos outros, pode evaporar rapidamente. Na maioria dos grupos que enfatiza a honra, aqueles que não defendem sua honra contra desafios a perdem. Nesses grupos, os homens são bastante sensíveis a ofensas, e só podem desconsiderar um desafio se provir de alguém tão inferior que não merece resposta. Em geral, a honra é mais importante nos contextos onde lealdades pessoais são mais importantes para a segurança e o sucesso²³¹.

A honra também era determinada pelo controle que se tinha sobre a família. A construção e cuidados com o caráter dos filhos e as virtudes das filhas era algo de vital importância ao núcleo familiar. Mas este controle era mantido pelo respeito da mulher e dos filhos, não pela violência. Quem conseguia “controlar” esposa e filhos era visto como alguém que teria sucesso também no controle dos negócios. Desta forma, a vida familiar podia ser um reflexo para a vida pública, sendo as ações privadas tão importantes como as externas. Esse controle sobre os filhos podia se dar de diferentes formas, mas principalmente como dever,

²³⁰ *O Povo*. Piratini. 26/12/ 1838, n.31, Vol. I, pp.3-4. MCHC.

²³¹ MONSMA, Karl Martin. Trabalho apresentado no IIº Encontro da Rede Internacional Marc Bloch de estudos comparados em história – Europa / América Latina.

obrigação para com o pai, genitor de sua vida e dos bens materiais e simbólicos que seriam futuramente herdados. Essa troca de deveres entre pais e filhos, ainda tinha o respaldo das Ordenações Filipinas que não tratavam a propriedade como um privilégio e sim como um encargo ou responsabilidade, limitando a liberdade do uso dos bens e declarando que os pais deveriam conservar e aumentar seu patrimônio em benefício dos seus herdeiros, sem dissipar seus bens²³².

Entre os bens a serem doados pelos homens da elite farroupilha aos seus filhos estava a instrução desses e mesmo em meio à guerra, havia tempo para a preocupação com sua aprendizagem. Domingos de Almeida, que sempre teve a educação como uma de suas metas e destacou parte de seu tempo como Ministro do Interior na criação das denominadas escolas de primeiras letras para a Província, demonstrou, em algumas cartas, grande preocupação com a educação de seus filhos:

Meu querido Bernardino.

Tuas cartas de 14 e 22 do corrente me têm enchido de vivo prazer, por saber que ao fazê-las ficava de saúde: porém a falta de ortografia que nelas noto, a repetição de palavras e oração incorreta me faz pensar ou que pouco atendes a teus mestres, ou que estes pouco têm se aplicado a tua instrução. O talhe da tua letra não é mau, mas ainda muito acanhado; pelo que seria bom que escrevesse algum tempo letras grandes com o braço no ar. A par disto não te descuides da gramática nacional, sem a qual nunca escreverás com acerto. Se aí houver quem ensine francês aplica-te ao menos na tradução dessa língua, não desprezando a aritmética. Isto mesmo recomenda a Luís. Teu pai e amigo que todo o bem te deseje²³³.

Em algumas cartas encontrou-se pedidos a sua esposa Bernardina que ficasse atenta aos ensinamentos prestados aos mesmos. Domingos deixou bem claro o quanto isso lhe importava: “(...) *E se pois me estimas e me queres ver contente, mesmo na presença da morte, faze porque me conste que vivas tranqüila e tratando da educação de nossos filhos*”.²³⁴ E, ainda neste trecho de carta do dia 16 de outubro de 1835:

Acresce a tudo isto termos o compadre José Félix para ir instruindo nas primeiras letras a nossos filhos e fazer-nos companhia, podendo eu, no repouso, melhor desenvolver nossos interesses por não excitar a inveja de

²³² ORDENAÇÕES FILIPINAS, LIV.4, TIT.103 E 107.

²³³ Luís era um dos outros filhos de Bernardina e Domingos. AAHRS, Vol.2, CV-439, p. 341. Piratini, 24 de janeiro de 1841.

²³⁴ AAHRS, Vol.2, CV-178, p. 143-144. Bordo, 16 de outubro de 1835.

ninguém etc. etc., e ficar a cidade à mão para depois nossos filhos seguirem estudos maiores²³⁵.

Nesta época a alfabetização realizava-se de modo individual, embora houvesse o método Lancaster²³⁶ que acabou por fracassar devido ao despreparo dos professores, já que não havia nem mesmo uma escola para a formação destes. Para tornar-se professor era necessário apenas prestar um exame diante de uma banca composta pelos vereadores municipais. Para obter maior instrução era preciso buscá-la fora da Província ou em seminários²³⁷.

Estas cartas nos dão a idéia de que havia participação na preparação para a vida adulta dos filhos, assim como uma grande preocupação com o planejamento do futuro destes, pois a alfabetização podia ser um importante elemento na vida desta elite sul-rio-grandense, já que possibilitava a ascensão sócio-profissional e até mesmo política. Além disso, as transformações institucionais e jurídicas ocorridas no século XIX, que ampliaram as posições políticas e econômicas, fizeram com que a elite se reorganizasse para dedicar-se a vários campos e atividades (alguns seguiram as mesmas atividades dos pais) e a educação passou a ser requisito básico para a atuação em diversos campos. Além disso, a instrução poderia estar ligada à idéia de formação dos futuros cidadãos sul-rio-grandenses. Em artigo ao jornal *O Povo*, Domingos José de Almeida, defensor da educação pública, escreveu:

Para formar um homem eu prefiro a educação doméstica; para formar um Povo eu prefiro a pública. O aluno do Magistrado, e da Lei não será nunca um Emilio; porém sem a educação do Magistrado e da lei, haverá um Emilio, uma Cidade, mas não haverá cidadãos²³⁸.

A instrução poderia ser um importante meio para a divulgação dos ideais da elite farroupilha. Através da educação poderiam se obter bons servidores da Pátria Sul-rio-grandense, formar jovens de virtudes e espírito guerreiro, lhes ensinar o heroísmo e o valor de encarar os perigos, privações, morigeração, constância e ainda o cumprimento das leis.

Em discurso feito na abertura da aula do ensino mútuo, impresso pelo jornal *O Povo*, o professor Luiz Carlos d'Oliveira dirigiu-se aos alunos da seguinte forma:

²³⁵ AAHRS, Vol.2, CV-190, p. 162-165. Porto Alegre, 17 de fevereiro de 1836.

²³⁶ O método Lancaster consistia na alfabetização em grupo. FLORES, Moacyr, 2004, op.cit., p. 22.

²³⁷ FLORES, Moacyr. Op.cit., pp. 35-36.

²³⁸ *O Povo*, Caçapava. 06/05/1840, Nº. 156, Vol. IV, p.3. MCHC.

(...) Vedes um Governo sábio e bem intencionado, que apesar dos estorvos e das peias que lhe impõem a injusta guerra que nos fazem, promove nossa ventura subministrando-vos os meios de alargar vossa razão, fazendo-vos conhecer a Arte da Escritura, pela qual conseguireis o estudo das ciências úteis a humanidade, as luminosas idéias de todos os sábios do mundo, e a santidade e pureza da moral evangélica. Esta arte que é o órgão e o arremedo da Eternidade, enfrea nossas desordenadas paixões, insuflando-nos o temor da pública execração, e serve de núcleo a virtude e ao heroísmo, levando com espanto, admiração e respeito nossas boas ações a posteridade (...). É seguindo seus ditames (do método Lancaster) que me proponho a ensinar-vos, esperando que com vossa assídua aplicação secundarei meus esforços para podermos ver realizadas as esperanças do Patriótico Governo, que nos rege, e cimentados os verdadeiros princípios sobre os quais se escoram o grande Edifício de nossa Regeneração Política, que só reclama Moral, e Ilustração²³⁹.

Entre uma outra tarefa da vida de um homem estava a escolha de um cônjuge e de sua carreira, para isso, ele deveria contar com a ajuda do pai. Cabia ao pai não somente a obrigação de ajudar o filho na escolha de um par, como também havia a obrigação de orientar o casamento de suas filhas. Contudo, era sempre sensato ao pai não abusar de sua posição e direcionar os filhos a carreiras e casamentos inadequados. Além disso, a persuasão, às vezes, poderia ser uma arma muito melhor que a coerção. O pai devia levar em consideração a inclinação dos filhos para certos tipos de trabalhos. Como lembra Renata Ago:

Essa tarefa de autocontrole por parte dos adultos incluía também a necessidade de não abusar da posição dos filhos, direcionando-os para “estados” ou “carreiras” não adequados a eles, com o único fim de satisfazer o próprio orgulho ou a própria avidez por riquezas²⁴⁰.

Dentro dessa relação pai-filhos, também poderia haver relações privilegiadas que beneficiavam um ou outro filho, até mesmo nas questões de afetividade. Como as leis para herdar exigiam equidade na partilha dos bens entre os filhos, algumas vezes os pais poderiam mostrar sua preferência pelo que deixava a algum dos herdeiros. A distribuição poderia revelar, assim, a predileção por um ou outro filho. Mesmo nas correspondências pode-se achar um pouco disso. Em carta trocada entre Domingos José de Almeida e sua esposa Bernardina, ele nos revela o seguinte: “*Estimarei que nossos filhos não periguem, principalmente Bruto, cuja perda me poria em desespero*”.²⁴¹ E mais uma vez: “(…) *Bruto e*

²³⁹ *O Povo*, Caçapava, 16/10/1839. Nº.110, Vol.VIII, p.3. MCHC.

²⁴⁰ AGO, Renata. *Jovens Nobres na Era do Absolutismo: autoritarismo paterno e liberdade*. In: LEVI, Gioivanni; SCHMITT, Jean-Claude (org.). *História dos Jovens: da Antigüidade à Era Moderna*. Vol.1. Tradução Claudio Marcondes, Nilson Moulin, Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

²⁴¹ AAHRS, Vol.2, CV-237, p. 204. Piratini, 30 de março de 1838.

Custódia, cuidado com eles".²⁴² As filhas também eram lembradas nas correspondências, de forma tão amorosa quanto os filhos. Antônio Vicente da Fontoura fez rimas para serem cantadas por suas meninas, as quais deixava transparecer verdadeira adoração: "(...) *hoje mesmo sonhei que tinha visto a Lindoca, que a tinha abraçado, e a Antoninha também, com a carinha suja, pegando no Bentinho. Ah, não faças as pobrezinhas rezar muito*". / "*Dá mil beijos no nosso Bentinho, um abraço a todas as filhinhas e notícias da minha Lindoca, se está mui crescida*".²⁴³

E ainda:

A caixinha de tintas vai para a Lindoca porque me parece que é afeiçoada ao desenho; um lenço de seda verde com as armas republicanas é para Bindunga que é a mais faceira; as minhas chilenas de prata são para a Antoninha porque é a que trabalha mais, e deve desde já ir fazendo sua acumulação de dote; o avô que lhe faça colheres e ela que guarde; e para minha Gabriela remeto o caiapim, que sempre tem sido minha esteira de cama²⁴⁴.

Como os meninos, era importante também, desde cedo, ensinar as meninas a enfrentar as adversidades. Como já vimos a sociedade sul-rio-grandense do século XIX foi marcada por uma idéia muito forte de masculinidade que abrangia até mesmo o comportamento feminino. Estas mulheres que pertenciam à elite farroupilha, por sua vez seriam filhas, esposas e mães de homens que passaram e passariam ainda por muitos combates. Delas esperava-se um comportamento que se ajustasse à vida desses homens. Se a coragem era algo exigido aos homens dessa elite, da mesma forma era também exigida das mulheres que a compunham.

²⁴² AAHS, Vol.2, CV-241, p. 207. Piratini, 7 de maio de 1838. Na data em que foi escrita a carta, Bruto apresentava 4 anos de idade e Custódia, 8 anos.

²⁴³ Diário de Antônio Vicente da Fontoura. Op.cit., pp. 22 e 40.

²⁴⁴ Idem, p.144.

CAPÍTULO 3 - AS VIRTUDES DAS MULHERES DA CASA

Minha intenção neste trabalho não é fazer uma História das Mulheres. Contudo, a forma como as mulheres serão aqui analisadas se ajusta a idéia de Michelle Perrot e George Duby sobre os estudos a respeito delas. Para eles, as mulheres não são em si mesmas um objeto da história. Elas são pessoas participantes, que ocupam lugares, condições, assumem papéis e poderes, possuem formas de ações e suas palavras e silêncios podem nos dizer muito sobre elas. Suas atuações são relacionais à sociedade e, da mesma forma, aos homens. Esta relação entre homens e mulheres se dá de forma desigual, contudo, ela é complexa e nos mostra que há um espaço móvel e que pode ser redesenhado pelas mulheres em determinadas ocasiões²⁴⁵.

Por muito tempo o destino biológico das mulheres fundamentou seu destino social²⁴⁶ e, não foi diferente para as mulheres das famílias que compunham a elite farroupilha no século XIX. A prática da maternidade parecia ser vista como uma característica universal feminina, um instinto biológico e até mesmo um *dom* feminino. Do mesmo modo, o papel de filha estava intrinsecamente ligado ao de futura esposa e mãe, sendo este último fundamental na constituição da sociedade e da família. Segundo Chiara Saraceno:

O lugar que têm a procriação e os filhos no ciclo da vida e na economia simbólica do casal e da família constitui o indicador talvez mais poderoso daquilo que é uma família numa determinada época e sociedade. Ela envolve quer os modelos de organização familiar, de convivência, de divisão no trabalho entre os sexos e entre as gerações, a escansão da vida individual, de casal e familiar, quer os limites, relações, controles e influências recíprocas entre família e sociedade²⁴⁷.

Ao assumir tanto o papel de mãe, quanto de filha ou esposa, a mulher passava a ter um poder de decisão na vida familiar nada negligenciável. Ao ser boa filha, ou ao assumir outros encargos específicos como se tornar esposa e/ou mãe, funções às quais eram preparadas para

²⁴⁵ DUBY, Georges; PERROT, Michelle (dir.). *História das mulheres no Ocidente*. Século XIX. Vol.4. Tradução e revisão Maria Helena da Cruz Coelho [et al.]. Porto: Afrontamento, 1993.

²⁴⁶ PERROT, Michelle (org.). *História da vida privada*. Vol.4. Tradução Denise Bottman e Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.139.

²⁴⁷ SARACENO, Chiara. *Sociologia da família*. Tradução M.F. Gonçalves de Azevedo. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p.122.

exercerem desde o nascimento, as mulheres tinham espaço dentro do núcleo familiar e da sociedade para exercerem seus poderes, mesmo que estes fossem algumas vezes limitados por seu gênero. A idéia de fragilidade esperada destas mulheres da elite farroupilha compartilhava também uma outra, em que delas eram esperadas atitudes fortes para a sua sobrevivência e a de seus filhos, principalmente em meio a uma guerra.

3.1.Nascer Filha

Na elite agrária do Rio Grande do Sul do século XIX, as filhas tinham um importante papel na ampliação dos laços sociais, principalmente através do estabelecimento de laços matrimoniais e na sua participação nos apadrinhamentos. Nascer mulher no século XIX e, ainda pertencer à elite, era tão valorizado quanto aos homens e o nascimento de uma filha era tão bem-vindo quanto de um filho. Do mesmo modo que os filhos, as meninas também recebiam nomes que fizessem referência a algum membro familiar. As filhas de Antônio Vicente da Fontoura e Clarinda Porto da Fontoura foram nomeadas da seguinte forma: Clarinda, sua filha, recebeu o nome de sua mãe, esposa de Vicente da Fontoura; Josefa recebeu o nome de uma tia, irmã de Clarinda Porto da Fontoura; Gabriela Benta foi assim nomeada em homenagem ao seu avô materno Gabriel, e por Benta para fazer referência à sua tia, irmã caçula de seu pai. Maria Egípcia compartilhava o nome de sua tia, também irmã de seu pai Antônio; Vicencia recebeu o nome de sua avó paterna; já a sexta filha do casal, Antonia, foi assim batizada para ter o prenome de seu pai, enquanto à sua caçula, Luzia, foi concedido o nome de sua avó materna.

Quanto às filhas de Bento Gonçalves e sua esposa Caetana Garcia da Silva, foram nomeadas, primeiramente Perpétua, que recebeu o nome de sua avó paterna. Mais tarde, suas irmãs Maria Angélica e Ana Joaquina foram assim batizadas para homenagear suas tias, irmãs de Bento Gonçalves.

Da mesma forma, Domingos José de Almeida e Bernardina Barcellos de Almeida homenagearam membros de sua famílias. Suas duas filhas, Maria Izabel e Maria Carlota, receberam o prenome de sua avó materna, Maria. Abrilina Decimanona Caçapavana foi assim nomeada por ter nascido aos 19 de abril, na cidade de Caçapava.

A transmissão de prenomes da família tinha um importante significado e, como vimos na primeira parte do segundo capítulo, ela era a manutenção da memória do grupo e também

sua continuidade. Além da tentativa de atribuir virtudes e qualidades a quem seria nomeado e mesmo uma idéia de fusão de identidades. Desta forma, para estas famílias da elite farroupilha, o nome de suas filhas merecia atenção, pois elas seriam o “reflexo feminino” da nova geração. O nome deveria ser escolhido com todo o cuidado e carinho, pois ele poderia influenciar a vida destas meninas, suas características, seu modo de ser e seus traços. Além disso, a nomeação era uma homenagem às mulheres das gerações anteriores e que, seguindo a lógica da importância e de tudo o mais que estava incumbido em um nome, foram dignas de ter seu nome perpetuado²⁴⁸.

Mesmo não tendo encontrado entre esses três núcleos de famílias nenhuma correspondência endereçada a alguma filha, as meninas mereciam tanto o afeto e cuidado dos pais quanto seus irmãos e eram sempre lembradas nas cartas. Bento Gonçalves fazia questão de adjetivar “por minha querida” sua filha Perpétua ao mandar lembranças quando escrevia ao genro e sobrinho Inácio de Oliveira Guimarães: “(...) *penso dar uma volta por essa parte, se me for possível, o que tanto ambiciono, tanto para ver minha família como para abraçá-lo e a minha querida filha*”.²⁴⁹

Certamente, existia diferença na criação das crianças por seu gênero. Aos homens o aprimoramento da formação poderia ser um acréscimo para sua carreira, mas esse aprimoramento não fazia parte do cotidiano feminino. Enquanto alguns filhos eram enviados para estudar fora e até mesmo se graduarem por alguma universidade, a educação das filhas desta elite era voltada para o casamento e para a maternidade, sendo, algumas vezes, também para a vida religiosa. Se aos homens cabiam dois destinos: carreira e/ou casamento, para as mulheres restava apenas o casamento. Se alguma mulher não conseguisse se casar, provavelmente viveria com seus pais e seu papel familiar seria cuidar deles quando doentes.

Ao falecimento de seus pais, ela acabaria por viver com um dos seus irmãos ou irmãs casados. Mesmo que tivesse recebido uma boa herança, a mulher solteira da elite farroupilha dificilmente viveria sozinha e por conta própria, já que era importante para as famílias as quais estas pertenciam estar vinculada a um núcleo familiar, mesmo que não fosse o seu e, que, neste núcleo não fizesse o papel de filha, esposa ou mãe, permanecendo no papel de irmã e/ou tia. Quando da morte prematura da mãe, a filha mais velha podia ser encarregada por sua “substituição”, ajudando na criação dos outros irmãos. Já a filha mais nova, muitas vezes era a incumbida dos cuidados aos pais idosos. Isso fazia parte da dívida do *dom*. Estas filhas deviam aos pais sua vida e sua subsistência. Deste modo, retribuir os cuidados que haviam

²⁴⁸ HAMEISTER, Martha, 2006, op.cit., pp. 115-133.

²⁴⁹ Coletânea de documentos de Bento Gonçalves da Silva. Op.cit., n.091, p. 65. Piratini, 3 de Setembro de 1838.

recebido deles era uma de suas obrigações. Além disso, através destes desvelos, elas poderiam também receber melhores bens ao falecimento dos pais.

A repartição de bens se dava de forma igual entre filhos e filhas e isso era legitimado pelas Ordenações Filipinas. Nos inventários de Bento Gonçalves, de Antônio Vicente da Fontoura e de Clarinda Porto da Fontoura foi possível identificar essa equidade. Bento deixou às suas filhas Perpétua, Maria Angélica e Anna Joaquina, da mesma forma que aos filhos Joaquim, Bento, Leão e Caetano, um quinhão no valor de 1:300\$000, distribuído entre bens de raiz e semoventes²⁵⁰. Já Clarinda Porto da Fontoura deixou de pagamento a cada uma de suas filhas Clarinda, Josepha, Gabriela, Antonia, Maria Eglypcia, Vicência e Luzia, como também aos filhos Antonio, José, Afonso, Francisco, Bento, João e Tito a quantia de 103\$863 entre bens móveis e semoventes²⁵¹. Quanto a seu marido Antônio Vicente da Fontoura, esse deixou às filhas e aos filhos, um quinhão de 6: 047\$687, distribuído entre bens móveis, de raiz e semoventes. Além de ter dotado suas duas filhas Clarinda e Gabriela no valor de 1:300\$000 e outra, Josefa, no valor de 1:200\$000²⁵². Ele também fez referência ao dote de sua filha Antonia em uma correspondência trocadas com sua esposa Clarinda: “(...) *as minhas chilenas de prata são para a Antoninha porque é a que trabalha mais, e deve desde já ir fazendo sua acumulação de dote; o avô que lhe faça colheres e ela que guarde (...)*”.²⁵³ Como podemos notar Antonia não aparece entre as filhas dotadas do casal Antônio Vicente da Fontoura e Clarinda Porto da Fontoura. No inventário aparecem meios dotes, mas não estão nomeados, apenas apresentam o valor de 1:900\$000. Contudo, na declaração e avaliação dos bens apresentados no inventário de Vicente da Fontoura, entre a prataria encontravam-se 18 colheres de sopa, com 295 oitavas no valor de 70\$800 e ainda 9 colheres de chá, contendo 40 oitavas no valor de 9\$600. Se as colheres que deveriam ser feitas das chilenas de prata de seu pai couberam à Antonia na repartição dos bens, infelizmente não sabemos.

Muitas vezes os dotes podiam ser substituídos pelas antecipações de heranças e, até mesmo podiam incluir os recursos empregados com a educação dos filhos. Como nos lembra Farinatti: “*enviar um filho em busca do diploma acadêmico representava um investimento significativo para uma família abastada*”. E ainda, segundo o mesmo autor, citando Brügger: “*esses investimentos não visavam apenas a construção de um futuro sólido para os filhos,*

²⁵⁰ RIHGRGS, Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, Ano XXVII, I a IV trimestre de 1947, n.105-108, pp.31-46. Para se ter uma idéia deste valor, ele permitia a compra de um escravo ou escrava na faixa de 34 anos de idade.

²⁵¹ Inventário de Clarinda Francisca da Fontoura. APERS, ano: 1879, n: 415, m: 21, e: 52. Cartório de Órfãos e Ausentes. Inventários. Cachoeira do Sul.

²⁵² Inventário de Antônio Vicente da Fontoura, APERS, ano: 1861, n: 233, m: 13, e: 143-D. 1ª Vara de Família (Ex-Órfãos). Inventários. Cachoeira do Sul.

²⁵³ Diário de Antônio Vicente da Fontoura. Op.cit., p. 144.

mas tinham também como horizonte a expectativa de que a família pudesse colher os dividendos da atuação do filho ‘doutor’”.²⁵⁴

Mas se os filhos recebiam uma educação voltada para sua formação profissional, as filhas, quando a recebiam, tinham uma instrução mais voltada para a administração doméstica. Era interessante se as mulheres soubessem as primeiras letras, algumas funções básicas de matemática e compreendessem bem o funcionamento de uma casa, saberes fundamentais para seu futuro papel de esposa e mãe. Segundo Catherine Hall *“a melhor maneira de ter um bom casamento para as filhas era conseguir que elas se tornassem ‘destras, hábeis e ativas nas tarefas indispensáveis de uma família’*”.²⁵⁵

Dessa forma, era importante ter um mínimo de instrução para que, quando se tornasse esposa, fosse capaz de ajudar o marido na administração dos bens do casal e na economia doméstica, conhecer o preparo de comidas e a organização de uma casa para supervisionar as escravas domésticas, que faziam boa parte desse trabalho. Além disso, conhecendo as primeiras letras, elas poderiam, quando mães, ajudarem na instrução e supervisão da instrução de seus filhos. De acordo com Michelle Perrot, as principais funções de uma mulher eram: em primeiro lugar, dar à luz e cuidar as crianças, sendo o filho, sua saúde e educação invocados como fundamento dos deveres e poderes das mulheres; em segundo lugar, estava o atendimento a família, com os “serviços de casa”²⁵⁶. Para as mulheres da elite farroupilha, os “serviços da casa” provavelmente consistiam no aprendizado de cozinhar, costurar, cuidar da casa e das roupas. Essas tarefas, provavelmente, eram aprendidas com a mãe e com as escravas da casa.

Se as filhas recebiam uma educação voltada ao matrimônio e a maternidade, era fundamental que elas observassem o consentimento dos pais para a escolha do cônjuge. Os pais tinham o apoio das Ordenações Filipinas para se fazerem obedecer por suas filhas, contudo, as mesmas Ordenações não permitiam que os genitores deserdassem uma filha, desde que ela se casasse com um homem de posição social superior a sua e de seus pais, mesmo que o casamento se desse sem o consentimento deles²⁵⁷.

Conceder um dote e executar o matrimônio de uma filha era tanto um assunto familiar, como de interesse material, pois através deste laço, seriam criadas ou reforçadas ligações com outras famílias. Isto ajudaria a ampliar os aliados e também os negócios, podendo colocar a família, até mesmo, em outras áreas de atuação. Como para os filhos, a escolha do cônjuge

²⁵⁴ FARINATTI, Luis Augusto Ebling. Op.cit., p. 228.

²⁵⁵ HALL, Catherine. Sweet Home. In: PERROT, Michelle (org.)., 1991, op.cit., p.78.

²⁵⁶ PERROT, Michelle. Figuras e papéis. In: PERROT, Michelle (org.)., 1991, op.cit., pp.142-144.

²⁵⁷ Ordenações Filipinas, liv.4, tit.88, par.3.

poderia se dar dentro ou em um diferente campo de atuação do pai. Perpétua, primogênita de Bento Gonçalves, foi casada com o fazendeiro e charqueador, Inácio José de Oliveira; sua irmã, Maria Angélica, também se casou com um fazendeiro e, seu primo Antônio José Centeno; sua irmã mais nova, Ana Joaquina, foi casada com o comerciante Miguel Pinto Rego²⁵⁸. As filhas de Antônio Vicente da Fontoura se casaram com homens que ocupavam cargos militares. Clarinda Amália com o major Gaspar Xavier da Silveira; Josefa Leopoldina com o capitão Miguel Candido da Trindade e Gabriela com o também capitão Carlos Augusto Nogueira da Gama²⁵⁹.

As filhas, assim como seus irmãos, eram um investimento crescente, por isso não deixavam de passar por uma certa coerção. A idéia de culpa e ingratidão para com os genitores também estava presente na vida das moças. Seus pais haviam lhe dado a vida e eram responsáveis por sua sobrevivência. Elas lhes deviam gratidão, obediência e resignação. Contudo, os pais poderiam saber o quanto o afeto e respeito do futuro marido era parte importante na vida matrimonial. Assim, um “bom partido”, poderia ser alguém com bens materiais e simbólicos, mas também com afeto por sua filha. Estamos analisando mulheres que pertenciam a famílias da elite e, pertencer a este grupo, poderia ter sido um diferencial no tratamento cotidiano entre o casal.

Vemos aqui mulheres de famílias importantes, o que poderia contribuir para que os homens “respeitassem” suas esposas ou futuras esposas. E, da mesma forma que Bento Gonçalves, Domingos de Almeida e Antônio da Fontoura, seus genros deveriam tomar em consideração a posição ocupada pela família da esposa. Ser filha de Caetana Garcia da Silva e Bento Gonçalves da Silva, de Bernardina Barcellos de Almeida e Domingos José de Almeida ou de Clarinda Porto da Fontoura e Antônio Vicente da Fontoura possibilitaria a idéia de que nenhum de seus genros ou futuro genros, gostaria de se indispor com estes homens ou com os irmãos de suas mulheres, noivas ou namoradas, por desrespeitá-las. A falta de respeito seria algo não apenas ligada à virgindade da futura esposa, mas também a forma como seria tratada durante o casamento. Desrespeitar a filha de alguém era desacatar toda sua família e quem gostaria de faltar com o respeito às filhas de famílias tão influentes?

Manter a honra da família era algo fundamental e como nos lembra Sartre: *“o legado familiar não se reduz aos bens materiais. A herança é igualmente uma agenda de relações, um capital simbólico de reputação, uma posição, um estatuto, ‘uma hereditariedade das*

²⁵⁸ FABRÍCIO, José de Araújo. Op.cit.

²⁵⁹ As informações sobre os cargos militares ocupados por estes homens foram encontradas no inventário de Clarinda Francisca Porto da Fontoura. APERS, ano: 1879, n: 415, m: 21, e: 52. Cartório de Órfãos e Ausentes. Inventários. Cachoeira do Sul.

obrigações e das virtudes".²⁶⁰ Deste modo, o nome da família e todo o arcabouço em que ele estava envolvido devia ser honrado pelas filhas, principalmente com a manutenção de sua pureza. A virgindade era um bem simbólico fundamental na vida de uma moça que pertencia às famílias da elite farroupilha, assim como um ideal cristão. Segundo a literatura cristã, a virgindade era a garantia de ascese, da libertação do mundo decadente, imortalidade²⁶¹. Esse discurso, baseado nas idéias como as de São Paulo, tinha como finalidade convencer homens e mulheres a não se casarem²⁶². Contudo, o discurso era mais voltado a castidade feminina. Mesmo assim, ao longo do tempo, os discursos cristãos tiveram que se render à idéia de uma conjugalidade entre homens e mulheres e acreditar que o casamento era melhor que a fornicção. Para a elite farroupilha não se tratava apenas disso. Tratava-se também de uma forma de legitimar e estender seu poder, formando ou reafirmando laços de parentesco e entre aliados, para a ampliação dos bens materiais e simbólicos. Se houvesse cópula antes do casamento, uma forma de remediar seria o próprio casamento.

Mas preservação da castidade feminina antes do casamento tinha uma importante aliada: a auto-regulação. As meninas das famílias da elite farrapa sabiam que a sociedade sul-rio-grandense do século XIX esperava delas um comportamento condizente com sua posição social. Desta auto-regulação dependiam todas as relações sociais destas pessoas – não somente das moças, mas também a quem elas estavam ligadas – na esfera privada e também na pública. Era necessário que as mulheres das famílias da elite farroupilha seguissem certas normas sociais estabelecidas.

Desta maneira, era necessário às filhas das famílias da elite farroupilha que aqui analisamos cumprir certas exigências sociais, como cuidar sua auto-imagem, sua reputação e ser confiável. Disso tudo dependia não apenas sua imagem, mas também de sua família. Para isso, elas deveriam seguir modelos preexistentes de conduta, formulados por esta mesma elite. Entre os modelos de como se devia proceder estavam as “qualidades pessoais femininas”: pureza, obediência, resignação, companheirismo e tornar-se boa esposa e mãe. Os papéis de boa esposa e boa mãe eram os destinos que a sociedade esperava para estas mulheres, assim como elas mesmas.

²⁶⁰ SARTRE, Jean Paul. *L'idiote de la famille: Gustave Flaubert de 1821 à 1857*. Paris: Gallimard, 1971-72, t.II, p.1117. Apud. PERROT, Michelle. In: PERROT, Michelle (org.), 1991, op.cit. p. 114.

²⁶¹ VAINFAS, Ronaldo. *Casamento, amor e desejo no Ocidente Cristão*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1992, pp.8-10.

²⁶² São Paulo pregou aos coríntios: “que os homens permanecessem celibatários (I Cor. VII, 8); que as viúvas se mantivessem castas (id.,VII, 40); que as solteiras ficassem virgens (id., VII, 38)”. Apud. VAINFAS, Ronaldo, 1992, op.cit., p.7.

3.2. Torna-se Esposa

A mulher não deve pensar que está excluída da aspiração às virtudes varonis ou isenta das vicissitudes da guerra. Por isso ela é lembrada (...) que entra na casa do marido para ser sua parceira nos trabalhos e perigos, que tanto na paz quanto na guerra deve partilhar com ele dos sofrimentos e aventuras (...). Ela se une ao marido, como se formasse um só corpo e uma só vida.

Tácito, *Germania*.

O casamento era um ponto de alteração na vida do sujeito, uma espécie de rito de passagem à fase adulta e sua celebração era uma forma de mostrar isso à sociedade. O casamento assinalava a aliança entre dois grupos e envolvia os familiares e aliados que se reuniam e celebravam seu novo relacionamento. Os convidados participavam da festa para honrar o casal, desejar-lhe felicidades e expressar alegria por sua união²⁶³. Devemos lembrar ainda que a união conjugal imputava obrigações sociais e econômicas a uma pessoa, além de alterar a relação do casal, permitindo a intimidade sexual e criando legitimação aos filhos. Deste modo, por sua importância, o casamento não era algo de competência apenas dos noivos, era também considerável a autoridade paterna na escolha do cônjuge.

Joaquim Gonçalves da Silva e seu pai, Bento, nos dão uma idéia disso. Em trecho de uma carta trocada pelos dois, que tratava sobre o assunto do futuro casamento de Joaquim com sua prima Josefina, seu pai escreveu:

Há muito no município do Alegrete recebi vossa carta anunciando-me a vinda do compadre Azambuja a ver-se comigo acerca do vosso consórcio, do qual me fizestes uma exposição pela qual parecia-vos haver embaraços da parte de meu compadre. Este finalmente viu-se comigo há poucos dias vindo de regresso de Salvanhaque onde se viu com seu sogro, pai de vossa futura consorte, de quem sem o menor obstáculo obteve consentimento para efetuar-se seu consórcio (...) ²⁶⁴.

²⁶³ MACFARLANE, Alan. Op.cit., p.318.

²⁶⁴ Coletânea de documentos de Bento Gonçalves da Silva. Op.cit., n.344, pp.227-228. Candiota, 27 de julho de 1843.

Joaquim reconheceu que o consentimento do pai da futura noiva deveria ser pedido para que houvesse o casamento. A autorização dos pais para a celebração do matrimônio era importante, principalmente, porque esta autorização fazia parte das normas “femininas” a serem seguidas como modelo de procedência, além de poupar situações inoportunas, como a perda da herança por um “mau casamento”. O próprio casamento era uma forma de tentar garantir que não houvesse futuros inconvenientes. Ele era uma forma de assegurar a legitimidade da descendência e do seu direito sobre a concessão aos bens paternos. Dessa forma, os cuidados com a manutenção da virgindade da filha e da fidelidade da esposa funcionavam como um dispositivo para garantir não somente o seu status, como também, alguém que devia garantir o futuro da linhagem e por sobre quem iria se assentar um sistema de herança de propriedade.

Como vimos acima, o costume de dotar havia entrado em decadência no século XIX, restando, muitas vezes, apenas os bens que poderiam ser emprestados ou doados em pré ou pós-morte. Todavia, as mulheres da elite tinham capital simbólico de grande importância e que contavam na hora de sua escolha para esposa. Além do pertencimento a determinadas famílias, elas também poderiam participar de uma rede de apadrinhamentos. Martha Hameister pesquisou as redes de relações que envolviam o apadrinhamento e demonstrou, em sua análise, o quanto ele contribuía na valorização da noiva²⁶⁵. As relações de apadrinhamento eram um patrimônio imaterial, intangível e não avaliável em termos financeiros, mas fundamentais nos termos da economia do *dom*. Segundo a autora:

Através das mulheres da família e de suas novas afilhadas, a influência, o prestígio e o aguardo do *contradom* – sempre esperado, mas nunca exigido – eram estendidos em reciprocidades entre desiguais, atingindo, portanto, um espectro social muito mais amplo do que as boas famílias ali chegadas, que não trocaram favores de estatuto social diferente do seu. Se pelo costume do compadrio e do mercado matrimonial seria impraticável trazer, através de seus filhos, gente dos estratos inferiores para dentro do seu círculo de relações, através das afilhadas de origem social diferente da sua, podiam atrair aliados espalhados por toda a pirâmide social²⁶⁶.

As mulheres casadas e que pertenciam ao mais alto estatuto social eram as mais requisitadas para o estabelecimento de redes de apadrinhamentos. Desta maneira, as esposas poderiam ser fundamentais na formação do cabedal pessoal e militar de que seu marido

²⁶⁵ HAMEISTER, Martha, 2006, op.cit.

²⁶⁶ Ibidem, idem, p.287.

poderia se valer. As relações por elas traçadas através do apadrinhamento poderiam trazer prestígio, influência e reciprocidade para seu esposo e sua família. E, de certa forma, ainda as levavam ao público, fazendo-as visíveis mais uma vez aos olhos da sociedade e ao mercado conjugal²⁶⁷. Estas redes de relações contraídas pelas mulheres contribuíam para firmar não somente o poder de seus maridos, mas reforçava também o papel da elite e do patriarcalismo que fundamentava este grupo e suas formas de alianças, entre elas o casamento.

E como se dava a ritualização deste? Vamos analisar aqui o ponto de vista da Igreja católica, a qual pertenciam as famílias que estamos analisando. Primeiramente, havia uma idade mínima estabelecida, para os homens 14 anos e para as mulheres 12 anos. Depois disso, havia outras regras a serem seguidas regulamentadas pelo Código de Direito Canônico, organizado no papado de Bento XV, que coligiu leis e normas seculares para nortear a vida e disciplina da Igreja. Segundo Adriana Senna²⁶⁸, as preliminares burocráticas para que os noivos chegassem ao casamento eram as seguintes:

- 1) a certidão de batismo, exigida daqueles que foram batizados fora da paróquia onde o casamento estivesse sendo realizado;
- 2) a crisma, àqueles que ainda não tivessem sido confirmados, deveria ser administrada aos nubentes católicos;
- 3) a declaração da imunidade de consentimentos feitas pelos contraentes no instante em que foram interrogados pelo pároco;
- 4) a confirmação da liberdade frente ao ato a que se submeteriam, notadamente no caso da mulher, confirmada frente ao celebrante do matrimônio;
- 5) o conhecimento da doutrina cristã, interpelação dispensável quando os noivos eram membros praticantes dentro da comunidade;
- 6) o conhecimento dos deveres conjugais, que, em caso de desconhecimento, deveriam ser elucidados pelo pároco;
- 7) recepção dos sacramentos da Penitência e da Eucaristia, além da prévia reconciliação com a Igreja, caso tratando-se de pessoa incorrida em censura eclesiástica;
- 8) o consentimento dos pais ou tutores para os filhos menores de idade, salvo os casos de oposição injusta por parte daqueles;
- 9) um mandato especial para os casos de matrimônio por procuração que fosse contraído com determinada pessoa;

²⁶⁷ HAMEISTER, Martha, 2006, op.cit., pp. 286-360.

²⁶⁸ SENNA, Adriana. Op.cit., pp.35-40.

10) a dispensa do impedimento de mista religião no caso de casamento entre uma pessoa católica e uma de outra religião;

11) a confirmação prestada pelo contraente acatólico de desviar o perigo de perversão da parte católica;

12) a obrigação firmada, por ambos os cônjuges em uniões mistas, de batizar e educar os seus filhos somente na religião católica;

13) a aceitação, pela parte católica, de procurar converter o consorte da outra religião a fé católica;

14) a promessa, dos dois cônjuges, de não renovar ou mesmo celebrar novas bodas perante ministro acatólico;

15) a dispensa do impedimento da disparidade de culto para as núpcias mistas; tal dispensa é necessária para a validade do casamento;

16) em caso de morte, o juramento solene de que fora batizado e de que não havia impedimento algum que pudesse inviabilizar o enlace matrimonial;

17) e, a convocação de duas testemunhas, em caso de perigo de morte, ou de outro sacerdote, quando os nubentes, sem grave incômodo, não pudessem obter a presença nem do pároco nem do Ordinário ou do ministro delegado por um deles²⁶⁹.

Depois de resolvido estes procedimentos, o casamento podia ser celebrado e comemorado com uma festa. Em carta à esposa Bernardina, Domingos José de Almeida lhe avisa:

João Simplício está a casar-se com uma filha do ‘Fura-buxo’ e te convida e a mim para testemunhas; penso que não podes vir, e por isso manda procuração para em teu lugar servir D. Maria Madalena Barbosa, mulher do Barbosa²⁷⁰.

Estando o amor de cada indivíduo relacionado à sua época e à cultura de seu grupo social, seriam essas referências que poderiam instrumentá-lo na expressão dos seus sentimentos. Vale dizer, de suas pulsões individuais. Estas só poderiam se realizar tomando formas próprias de determinada cultura e sendo perceptíveis através da palavra e das imagens que esta mesma cultura oferecia²⁷¹. O casamento, para as famílias que pertenceram à elite

²⁶⁹ Por ministro entende-se a pessoa dos vários oficiais legitimamente autorizados, quer no direito cível quer no canônico, para realizar o ato de solenização do contrato matrimonial. In: PUHL, Waldemar. O matrimônio nos códigos canônico e civil brasileiro. Roma, 1945, p.51. Apud. SENNA, Adriana, 2001, p.38.

²⁷⁰ AAHRS, Vol.2, CV-438, pp.340-341. Piratini, 23 de janeiro de 1841.

²⁷¹ TRIGO, Maria Helena Bueno. Amor e casamento no século XX. In: D’INCAO, Maria Ângela (org.). *Amor e Família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989, p.92.

farroupilha do Rio Grande do Sul no século XIX, tratava-se de um amor de companheiros, ligado à responsabilidade mútua do marido e da esposa em cuidar da família e da propriedade. O amor nascia ou aumentava com a convivência. O cotidiano ao lado de um parceiro bem escolhido (conforme as exigências familiares e sociais) levaria ao fortalecimento dos laços amorosos²⁷².

O amor conjugal era feito de estima, bom trato e respeito²⁷³ e, nenhum destes elementos, descartava a valorização do ato sexual ou “débito conjugal”.²⁷⁴ São Paulo dizia que o marido devia proporcionar à mulher o que lhe devia e que esta deveria atuar da mesma forma para com o marido²⁷⁵.

Para os teólogos, o sexo servia para impedir o adultério e a lascívia. Contudo, as mulheres eram ensinadas a serem cheias de pudor em relação a seu corpo e ao corpo de seu parceiro. As mulheres precisavam estar inscritas em um sistema de obediência e hierarquia e, para isso, era preciso discipliná-las e fazer do matrimônio um modelo desejado pelo Estado e pela Igreja. Para isso, os guias de casados eram invocados²⁷⁶.

Certamente, as mulheres que vieram a compor as famílias da elite farroupilha, deveriam possuir atrativos, além dos seus bens materiais e simbólicos. E, é plausível, a idéia de que houvesse concorrência entre as famílias da elite pelos melhores partidos, assim como dentro da própria família em um “jogo de disputa” entre irmãs e primas. Contudo, elas deveriam saber conquistar, mas de uma forma sutil. O erotismo era visto como uma espécie de caos do mundo moral. Ele poderia arruinar o controle da sociedade e das instituições morais. “*Só o rígido controle exercido por uma ética perfeitamente codificada poderia impedir a reversão*

²⁷² Como exemplos de endogamia social temos o charqueador Domingos José de Almeida que se casou com Bernardina Barcellos de Lima, filha de uma família charqueadora e ainda o filho deste casal que contraiu matrimônio com Perpétua Ignácia de Oliveira Guimarães, neta de Bento Gonçalves da Silva, que foi compadre, amigo e companheiro na Guerra dos Farrapos de Domingos José de Almeida. NEVES, Ilka. Op.cit. No que diz respeito a endogamia familiar, temos os casos de Joaquim Gonçalves da Silva que se casou com sua prima Josefina Azambuja e sua irmã Maria Angélica que se casou com seu primo Antônio José Centeno. FABRÍCIO, José de Araújo. Op.cit. E, ainda, os casos de Luiz Felipe de Almeida, filho do casal Domingos e Bernardina, que contraiu laços matrimoniais com sua prima Marcolina Chaves Barcellos e sua irmã Abrilina Decimanona Caçapavana de Almeida, que se casou com seu primo Quincio Cincinato Barcellos. NEVES, Ilka. Op.cit.

²⁷³ DEL PRIORE, Mary. O corpo feminino e o amor. In: D'INCAO, Maria Ângela (org.). Op.cit., p. 50.

²⁷⁴ O débito conjugal pode ser entendido como o direito/dever dos cônjuges cederem reciprocamente os seus corpos à mútua satisfação sexual. DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro*. Vol. 5 – Direito de Família. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2000, p.120.

²⁷⁵ I Cor., VII, 3. Apud. VAINFAS, Ronaldo, 1992, op.cit., p.38.

²⁷⁶ DEL PRIORE, Mary, 2005, op.cit. p. 29. Os guias de casados eram normalmente uma compilação de conselhos e histórias em que eram abordados temas matrimoniais e as atitudes dos casados, orientando para a vivência do cotidiano.

de uma ordem considerada definitiva".²⁷⁷ Assim, os sentimentos das moças deveriam ser educados, respeitando as normas de "bom-tom" esperadas delas. De seu comportamento não dependia apenas a sua honra, mas também a de todos os homens a que estivesse ligada: se solteira, principalmente ao pai e aos irmãos; se casada, ao marido.

Em outras palavras, as mulheres dependiam de sua reputação e, nomeadamente, de sua castidade, que era um capital simbólico de toda a família e do qual fazia parte a honra dos irmãos, dos pais e do esposo. Assim deveriam ter cuidado com seu comportamento sexual, o que também poderia incluir uma linguagem sexual, demonstrada de forma física ou até mesmo contida em correspondências. Segundo De Certeau:

(...) o pudor está na origem e no fim do discurso sobre a sexualidade. O pudor é primeiramente o limite prático na linguagem que o jogo do duplo sentido ou do trocadilho transgridem, pois estes possibilitam a enunciação de uma sentença que recebe a marca de 'erótica' no espaço público. Mas ele ressurgue por isso ao final da operação enquanto aquilo que convém preservar de qualquer 'passagem ao ato'. Esta prática transgressiva é um dizer que jamais vai culminar no fazer: é um 'poema', não uma 'práxis'. (...). O 'fazer' (a prática sexual real) se inscreve na vida privada. – Em outras palavras, o pudor não deve ser percebido somente como exclusão do sexo, mas como a possibilidade de ter uma palavra sexual "velada", indireta e não "chocante".²⁷⁸

Mesmo o amor conjugal deveria ser domesticado. Era necessário conhecer o que "não convinha", "o que não se fazia". Havia uma justificação ética dos comportamentos, medidos em torno de um eixo organizador de juízos de valor²⁷⁹. Do comportamento destas mulheres eram esperadas a fidelidade, o recato, a resignação e a discrição. A fidelidade era fundamental para a preservação da legitimidade dos filhos e de seus bens, tendo ainda um significado simbólico. A infidelidade feminina poderia ser considerada um ultraje à masculinidade do marido, além de ingratição. Percebemos, ao analisar as famílias que formaram a elite farroupilha e suas correspondências, que os maridos pontuavam a família como um dos motivos para irem a guerra. Deste modo, a infidelidade de suas mulheres poderia ser considerada também uma ingratição aos seus maridos e aos sacrifícios e perigos que estes estavam passando. Já a resignação e a discrição eram sentimentos que quase sempre envolviam algum comportamento – infidelidade – do marido. A união ideal entre paixão,

²⁷⁷ DEL PRIORE, Mary, 2005, op.cit., p.216.

²⁷⁸ DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Vol.2. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996, pp.61-62.

²⁷⁹ Ibidem, idem p. 49.

amor e casamento só começa a aparecer, lentamente, ao longo do século XIX. De acordo com Mary Del Priore:

Pouco a pouco, a diferença entre amor fora e dentro do casamento diluiu-se, pelo menos no imaginário das pessoas letradas. Um ideal de casamento se impõe, em ritmos diferentes, para os diversos grupos da sociedade. Por meio desse ideal, importado da Europa via literatura, o erotismo extraconjugal deveria entrar no casamento afugentando a reserva tradicional. Nesse ideal, passa a existir um único amor, o amor-paixão, enquanto as características que retardavam o triunfo do amor, feito de sentimento e sexualidade, começam a ser postas em xeque. A sociedade começava, daí em diante, a aproximar as duas formas de amor tradicionalmente opostas²⁸⁰.

Não podemos afirmar que o amor ou a paixão era algo descartado na vida dos homens e mulheres da elite farroupilha, mas, via de regra, predominava o “amor fati”. Devemos entender que a idéia de amor para estas pessoas era diferente do amor dos tempos atuais, mas nem por isso, deve ser considerado de menor valor. E, se a paixão poderia ser vista como algo perigoso e pouco recomendável, principalmente na vida de uma futura nubente, é porque, de acordo com os valores da sociedade aqui analisada e de seus personagens, a idéia de paixão poderia remeter ao abandono de si e ao egoísmo, podendo acarretar numa má escolha de um cônjuge. Deste modo, este tipo de sentimento poderia trazer a ruína e desonra de uma família. Lembremos que o casamento era um meio importante para adquirir ou manter bens materiais e simbólicos e que a escolha de um marido estava imbuída de deveres dos filhos para com seus genitores.

E quais seriam os melhores ambientes para o arranjo de um par? Os espaços de encontros eram múltiplos e as redes de relações e amizade da família certamente desempenhava um papel interessante às moças disponíveis: os amigos dos irmãos poderiam se converter em partidos, assim como primos que se encontravam em festas familiares, saraus, missas, casamentos, batismos ou comunhões. Podemos ter uma idéia sobre estes encontros sociais através de Saint-Hilaire em sua viagem ao Rio Grande do Sul, que assim descreveu um jantar ao qual foi convidado em Rio Grande:

(...) o conde dirigiu-se à casa do Tenente-General Marques, para onde o seguimos. Fomos recebidos num lindo salão e, em seguida, levados para uma sala de refeições onde nos serviram um esplêndido jantar. A mesa estava

²⁸⁰ DEL PRIORE, Mary, 2005, op.cit., p.108.

coberta de uma quantidade de travessas, guisados e ensopados de toda qualidade. Um segundo serviço, composto de assados, saladas e massas, sucedeu ao primeiro; retiraram a carne e acrescentaram novas massas às primeiras. Depois, levantamo-nos da mesa e fizeram-nos passar a uma outra sala, onde encontramos uma sobremesa magnífica, composta de uma variedade de bombons e doces. De fruta só havia laranjas de uma qualidade deliciosa, chamada laranja-de-umbigo ou laranja-da-bahia. Após a sobremesa nos serviram café, seguido de licores. Durante o jantar, foram trocados vários brindes, repetidos agora com os licores. A reunião prolongou-se até alta madrugada e a maioria dos convivas estava de pileque quando se retirou. Não pude deixar de admirar a mulher do tenente-general que, com setenta e quatro anos, respondeu a todos os brindes, comeu e bebeu mais que todos e conservou perfeita lucidez, mostrando uma vivacidade rara, mesmo entre pessoas jovens. Os portugueses e os brasileiros costumam beber o vinho puro, e nos grandes banquetes, o nocivo hábito de erguer brindes excita-os a tomarem em excesso²⁸¹.

Em outro trecho de seu relato e tendo participado de mais um evento social, em Porto Alegre, o viajante francês escreveu:

Aqui não há tanta vida social como nas cidades européias; porém há muito mais do que nas outras cidades do Brasil. São frequentes as reuniões nas residências para saraus, e algumas senhoras tocam, com mestria, o violão e o piano, instrumento este desconhecido no interior, por causa das dificuldades de seu transporte²⁸².

A guerra e a movimentação das famílias que dela resultava, a fim de se refugiarem em casas de amigos e parentes, também poderia ser um espaço de encontros. Foi assim que aconteceu com Josefina, futura esposa de Joaquim Gonçalves da Silva. Ela estava hospedada na casa de seu tio e cunhado quando encontrou, ou reencontrou, seu primo Joaquim, deixando-o, conforme Bento Gonçalves, “cego de paixão”.²⁸³

Joaquim não deve ter sido o único a dar maior vazão aos sentimentos, mesmo que regulados ou auto-regulados. O século XIX foi um período favorecido por este jogo de “mostrar-esconder”. Podia-se deixar aflorar os sentimentos, mas sabendo até onde era permitido ir. As pessoas deviam passar a impressão correta e esperada. Não podemos desconsiderar a legitimidade dos sentimentos, mas para “expressá-los” era necessário utilizar certas ferramentas. Desta forma, era preciso respeitar certas convenções, observando algumas

²⁸¹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul – 1779-1853*. Op.cit., p. 86.

²⁸² Ibidem, idem, p.72.

²⁸³ Coletânea de documentos de Bento Gonçalves da Silva. Op.cit., n.344, pp.227-228.

“regras” para e como sentir – uma educação dos sentidos²⁸⁴. Esse código amoroso era marcado por expressar fisicamente os sentimentos: lágrimas, suores frios, tremores, face ruborizada, gemidos e suspiros²⁸⁵.

Antônio Vicente da Fontoura não teve problemas em constantemente demonstrar nas suas cartas o quanto a falta de notícias da esposa o deixava apreensivo. Quando sua mulher Clarinda Porto da Fontoura demorava a responder suas cartas, ele costumava reclamar e lembrá-la do quanto não receber informações sobre sua saúde o fazia ficar “amofinado”. A saúde de Clarinda, ou a falta dela, era assunto constante tratado nas cartas. Segundo Vicente da Fontoura: “*Clarinda, eu nem sei o que escrevo; pois a terrível certeza da tua moléstia e a cruel incerteza do teu melhoramento dão ao meu coração o mais terrível contraste de angústia*”.²⁸⁶ Encontramos ainda estes trechos em diferentes correspondências enviadas de Antônio a Clarinda: “*(...) falou contigo em Alegrete, que estavas na cama doente, mas que lhe disseste já estares muito melhor. Ah! e eu sem receber uma carta tua até hoje, e nem por ele me escreveste*”.²⁸⁷

Neste trecho:

Eis-me aqui outra vez no estado de incerteza e sem ao menos saber se recebeste o dinheiro que com aquelas cartas te mandei, e logo havia de acontecer tu desta vez não me escreveres ao menos duas regras! Que descuido!²⁸⁸

E ainda:

Estou na diligência de descobrir um homem para te mandar de próprio, e tanto que o achar, o farei seguir pois, apesar de inda não saber ao certo qual é a tua residência, não posso sofrer por mais tempo esta incerteza, e muito mais sem saber o estado de tua saúde²⁸⁹.

Primeiramente achamos que Clarinda demorava a responder as missivas do esposo devido a uma doença de que ela padecia no período e que, muitas vezes, a imobilizava. Não

²⁸⁴ HOCHSCHILD, Arlie Russel. *The Managed Heart*. Los Angeles: University of California Press, 1983, pp.35-75.

²⁸⁵ DEL PRIORE, Mary, 2005, op.cit., p.120.

²⁸⁶ Diário de Antônio Vicente da Fontoura. Op.cit., p. 23.

²⁸⁷ Idem, p.48.

²⁸⁸ Idem, p.43.

²⁸⁹ Idem, p.41.

se sabe se era um reumatismo ou alguma forma de paralisia. Contudo, em uma carta de Vicente da Fontoura dirigida à esposa, ele escreveu:

Agora como estás acompanhada de três pessoas que te podem escrever, que são as manas Josefa, Listarda e Benta, quero que miudamente mandes dizer-me o que motivou tua enfermidade e quais as pessoas de Alegrete a quem somos mais obrigados (...) ²⁹⁰.

E, no inventário de Antônio Vicente da Fontoura, seu filho Bento declarou que assinava por sua mãe por ela não saber ler nem escrever²⁹¹. Deste modo, Clarinda compartilhava o destino de outras mulheres de sua época: a falta de alfabetização. Mas como vimos acima, Josefa, Listarda e Benta faziam parte de um outro grupo: o seletivo grupo de mulheres que sabiam ler e escrever.

Outra mulher, alfabetizada como estas, foi Bernardina Barcellos de Almeida, esposa do charqueador Domingos José de Almeida. Bernardina vinha de uma abastada família charqueadora pelotense e, no período da guerra, trocou correspondências com seu marido. A educação recebida por Bernardina, juntamente à sua ligação com um das famílias mais importantes de Pelotas, pode ter sido um dos fatores de atração a Domingos para sua escolha do futuro cônjuge. A educação recebida por Bernardina poderia ser considerada até mesmo um “dote”. Mas, sendo ela uma mulher alfabetizada, provavelmente um marido que, como ela, soubesse ler e escrever, seria fundamental na sua escolha de um bom casamento. E, certamente, sua família não a deixaria casar com alguém que não fosse alfabetizado como ela era. O conhecimento das letras poderia trazer uma idéia de equidade e companheirismo ao casal. Provavelmente, o “conhecimento feminino” não estava ligado à alfabetização, e sim, as habilidades domésticas e graças sociais. Mas não era apenas dessas graças sociais, habilidades domésticas e também do bom caráter que era formada uma boa esposa. Elas deveriam mostrar-se fortes e valorosas, além de abnegadas, dedicadas, úteis, prestativas, cooperativas e compreensivas.

Com o advento da guerra, as famílias da elite farroupilha, que eram chefiadas por homens, permaneceram, muitas vezes, nas suas estâncias ou charqueadas sob os cuidados femininos. Dessa forma, era necessário que as mulheres conhecessem os negócios da família e

²⁹⁰ Diário de Antônio Vicente da Fontoura. Op.cit., pp.63 e 123.

²⁹¹ Inventário de Antônio Vicente da Fontoura, APERS, ano: 1861, n. 233, m.13, e: 143-D. 1ª Vara de Família (Ex-Órfãos). Inventários. Cachoeira do Sul.

era preciso também que elas tivessem competência na administração dos bens do casal. Estas mulheres, certamente, não assumiram este tipo de posição sem um conhecimento prévio do funcionamento das suas propriedades. E, ao tratarmos de um período de guerra, era necessário também que estas mulheres soubessem viver seus revezes.

Ao compararmos as correspondências enviadas por Antônio Vicente da Fontoura a sua esposa Clarinda Porto da Fontoura com as trocadas por Domingos José de Almeida e sua esposa Bernardina Barcellos de Almeida, notamos que estes homens mantinham suas mulheres informadas sobre todas as suas decisões. Contudo, entre o segundo casal, parecia haver uma troca maior de informações sobre o cuidado e administração dos bens. Antônio Vicente da Fontoura mantinha sua mulher informada sobre seus assuntos cotidianos e sobre sua vida política – o que não deixava de ser uma forma de mantê-la informada sobre os bens do casal, já que cargos políticos faziam parte dos bens do casal. Mas Domingos e Bernardina além de trocarem este tipo de informações, consultavam um ao outro sobre questões que envolviam seus negócios. Em carta do dia seis de fevereiro de 1836, Bernardina escreveu:

No caso que as coisas tomem melhor figura, bom; porém sempre sou de parecer que não devemos desprezar o negócio que tens entre mãos, pois esse é todo o meu desejo, portanto, caso que o sossego se restabeleça, assento que ou deves logo aqui vir, ou mandar-me quem em teu nome faça os arranjos à tua vontade; conta com a minha vontade que é toda em ver-te sossegado e livre de semelhantes barulhos²⁹².

Ainda na mesma carta do dia seis de fevereiro encontramos o seguinte trecho: “*Irei observando e ouvindo alguma coisa de novo, para na primeira ocasião te participar. Determinei a João da Cunha que nesta mesma ocasião te escrevesse sobre os negócios da nossa casa, e por isso nada digo a respeito*”.²⁹³ E não estamos falando aqui somente da administração dos bens móveis e dos bens de raiz. O mesmo acontecia na administração e transporte dos escravos. Em carta de Domingos a Bernardina ele finalizou dizendo: “*Os escravos daquela relação que te mandei de Porto Alegre, manda vir para aí a estarem prontos*”.²⁹⁴ Em outra correspondência ele lhe pediu: “*Manda falar a Torquato para levar a Montevideú todos os escravos constantes da lista junta, caso não precisas de algum ou alguns*

²⁹² AAHRS, Vol.2, CV-164, pp. 134-135. Pelotas, 06 de fevereiro de 1836.

²⁹³ Idem.

²⁹⁴ AAHRS, Vol.2, CV-196, p. 171. Boqueirão, 14 de Abril de 1836.

deles, porque então deixarás ficar os que te forem necessários".²⁹⁵ Numa terceira carta ele a elogia: *"Foi prudente retirar os escravos, que não devem voltar senão depois de serenada a presente crise"*.²⁹⁶

As correspondências além de trazerem discussões sobre negócios, também mostram outros tipos de informações como relatos detalhados da guerra e discussões sobre política. Antônio Vicente da Fontoura assim informou a sua esposa Clarinda:

João Antônio passou com 300 homens; Boaventura se reuniu com mais 100; e com estes 400, mesmo que não tivesse coadjuvação dos corrientinos, ele está habilitado para bater com vantagem o inimigo porque a gente toda é muito aguerrida e tem bons oficiais. Esperamos ansiosos o resultado. Esta divisão porém, vai marchando na frente do Barão de Caxias, ao ponto onde o general em chefe lhe tem preparado uma derrota total²⁹⁷.

Da mesma forma que Fontoura, Domingos José de Almeida fez um relato à esposa Bernardina:

Estando a Assembléia e toda esta cidade [Porto Alegre] à espera de Araújo Ribeiro para tomar posse e ver se assim evapora-se a tempestade que ele e mais caterva daí, de Rio Grande e do Norte haviam conjurado contra esta bela Província, chega pelo correio a notícia de que longe de vir Araújo, dava ele todas as providências para atizar a mais feroz anarquia, sacudindo o brandão da guerra civil; e logo após semelhantes notícias chegam proclamações e ofícios que se interceptaram, confirmando quanto se nos disse de Rio Grande e Norte; e ainda mais, que de santa Catarina e da Cisplatina, com Silva Tavares, espera esse monstro tropas para derramar nosso sangue²⁹⁸.

Será que estes relatos faziam parte do ideal do pacto matrimonial? Provavelmente sim, já que a vida pública e privada destes núcleos familiares se confundia na maioria das vezes, fazendo com que informações sobre o encaminhamento dos combates e decisões políticas fossem de importância para a manutenção da vida privada, de seu patrimônio material e simbólico e também da existência física de suas esposas, já que, muitas vezes, a guerra invadia o território em que estavam localizadas as suas residências familiares. Desta forma, conhecer a movimentação das tropas era uma forma de estar preparada para qualquer

²⁹⁵ AAHRS, Vol.2, CV- 209, pp. 184-185. Piratini, 25 de maio de 1837.

²⁹⁶ AAHRS, Vol.2, CV-241, p.207. Piratini, 7 de maio de 1838.

²⁹⁷ Diário de Antônio Vicente da Fontoura. Op.cit., p. 49.

²⁹⁸ AAHRS, Vol.2, CV-189, pp. 160-162. Porto Alegre, 16 de fevereiro de 1836.

eventualidade trazida pela guerra e evitar a perda dos bens materiais do núcleo familiar, que mais tarde seriam legados aos seus filhos e às suas filhas.

3.3. Ser Mãe

Ao tornar-se esposa, a mulher assumia um novo lugar no grupo familiar e dela era esperado que logo assumisse mais uma ocupação: a de mãe. A própria palavra latina *matrimonium* se refere à mudança de status feminino: o assumir a condição de *mater*²⁹⁹. O significado da gravidez incluía claramente a realização das promessas existentes nos dons biológicos naturais e nas possibilidades psicológicas das mulheres³⁰⁰. A idéia de maternidade foi construída pela idealização do papel da mãe. E a associação da maternidade com a feminilidade, se tornou qualidade da personalidade de uma mulher – qualidade esta que certamente estava impregnada de concepções bastante firmes da sexualidade feminina, principalmente, em relação a sua fidelidade³⁰¹. A honra de uma mulher estava plenamente ligada ao seu comportamento sexual e seu papel na legitimação dos herdeiros era de fundamental importância. Além de ser depositária da legitimidade, eram esperadas delas ainda qualidades como dedicação, abnegação e habilidades domésticas, mesmo, como neste caso aqui analisado, onde as mulheres da elite farroupilha dependiam das escravas para a manutenção dos seus lares.

Em suas práticas maternas, as mulheres deveriam também levar em conta os ensinamentos da Igreja e seu modelo da Virgem Maria para a imagem de “boa mãe”. Assim, a maternidade tornou-se um ideal de total devotamento ao filho. Em seu discurso, havia espaço para lembrar as mulheres de seu compromisso com o aleitamento: “*o abandono do aleitamento materno é apresentado por todos, não apenas como um erro de regime, mas também e, sobretudo um pecado contra Deus, uma ação imoral*”.³⁰² O discurso pelo aleitamento materno da Igreja vinha ao encontro de um outro discurso, o dos higienistas. A entrega dos filhos para serem amamentados por amas fazia parte do cotidiano de muitas mulheres da elite. Estas amas costumavam ser escravas da casa ou não e, segundo os

²⁹⁹ SARACENO, Chiara. Op.cit., p. 82.

³⁰⁰ GAY, Peter. *A experiência Burguesa da Rainha Vitória a Freud*. A Educação dos Sentidos. Vol.1. Tradução Per Salter. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 179.

³⁰¹ GIDDENS, Anthony. Op.cit., p.54.

³⁰² BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: O Mito do Amor Materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1985, p.197.

higienistas esta prática era como “*uma infração às leis da natureza, o que permitiu não somente a culpabilização das infratoras, mas a instalação de um sentimento de anomalia*”.

303

Mesmo que usando os serviços das amas, ser mãe era uma tarefa difícil, ainda mais em um período em que a gravidez e o parto eram processos arriscados. Até a metade do século XIX, fórceps e outros instrumentos, como ganchos, infligiam muita dor e danos. As práticas envolvidas no parto laborioso, no nascimento do feto em posição invertida e outras complicações contribuíam para o sofrimento na hora do parto. Afastar as crianças durante os partos, sobretudo as meninas pré-púberes e adolescentes, evitava que, em idade ainda muito tenra, ficassem traumatizadas com a agonia de parturientes e de mulheres às vezes à beira da morte³⁰⁴. Segundo Anayansi Brenes:

Tradicionalmente, os partos e seus cuidados eram realizados por mulheres conhecidas popularmente como aparadeiras, comadres ou mesmo de parteiras-leigas. Estas detinham um saber empírico e assistiam domiciliarmente as mulheres durante a gestação, parto e puerpério (como também nos cuidados com o recém-nascido). Estas mulheres eram de inteira confiança do mulhério e eram consultadas sobre temas vários, como cuidados com o corpo, doenças venéreas, praticavam o aborto ou mesmo colaboravam com o infanticídio. (...). A medicina, enquanto instituição, incorporou esta prática como uma das suas atribuições, intitulando-a Arte Obstétrica e denominou de parteiro ou médico-parteiro os profissionais por ela formados. Historicamente, este processo se deu primeiro na Europa (nos séculos XVII e XVIII) se estendendo ao Brasil, ao se inaugurar as escolas de medicina e cirurgia na Bahia e Rio de Janeiro, em 1808³⁰⁵.

Além disso, a gravidez envolvia outras questões que não se referiam apenas à questão física das mulheres. Como nos lembra Peter Gay:

A gravidez envolvia exigências sociais, imperativos econômicos, orgulho familiar –todas pressões da realidade – induziam e não raro impunham uma gama restrita de sentimentos permissíveis. Os maridos desejavam ao mesmo tempo gerar um herdeiro e exibir sua potência sexual; a prole serviria de trunfo nas alianças entre famílias. Uma verdade jamais posta em questão era a de que ser fértil equivalia a ser abençoado, e ser estéril, a ser maldito. As

³⁰³ MOURA, Solange; ARAÚJO, Maria. *A maternidade na história e a história dos cuidados maternos*. Revista Psicologia: ciência e profissão, vol.24, n.1, Brasília, março de 2004.

³⁰⁴ SMITH, Bonnie. *Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica*. Tradução Flávia Beatriz Rossler. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003, p.137.

³⁰⁵ BRENES, Anayansi Correa. *História da parturição no Brasil, século XIX*. Cadernos de Saúde Pública, vol.7, n.2. Rio de Janeiro. Abril/Junho, 1991.

poderosas emoções implícitas nesses adjetivos denunciam a forte tendência cultural favorável à mulher que podia tornar-se mãe e o estigma lançado sobre a que era incapaz de tal feito³⁰⁶.

Por muito tempo a fecundidade e o número de filhos por família dependiam de dois fatores: a mortalidade das mães e a idade do casamento. Um casamento realizado numa idade relativamente alta da mulher reduzia o número de possíveis gestações. Bernardina Barcellos de Almeida se casou na idade de 18 anos, enquanto Domingos José de Almeida tinha 27 anos, suas filhas Abrilina e Maria Carlota casaram-se, respectivamente com 19 e 18 anos. Já sua outra filha Maria Izabel casou com 37 anos e veio a falecer um ano depois devido a uma eclampsia³⁰⁷. Caetana Garcia da Silva, esposa de Bento Gonçalves, casou-se com 16 anos, e seu marido com 26 anos de idade. Suas filhas Perpétua e Maria Angélica casaram-se com 23 anos e Ana Joaquina, sua filha caçula, com 26 anos de idade³⁰⁸. A fecundidade dependia também de outras formas de controle como aleitações prolongadas (que provocavam uma esterilidade temporária nas mulheres), interrupção das relações sexuais no período de aleitação e mesmo a prática do aborto³⁰⁹. Algumas destas mães, entre elas, Clarinda Porto da Fontoura, Bernardina Barcellos de Almeida, suas filhas Abrilina e Maria Carlota e, ainda as filhas de Caetana e Bento Gonçalves, Maria Angélica e Ana Joaquina, perderam um ou mais filhos menores de idade³¹⁰ e podemos pensar que esta experiência, decorrida em suas vidas, poderia limitar sua afetividade materna. Contudo, como nos lembra Chiara Saraceno:

[a] mortalidade infantil fez pensar a qualquer estudioso que os progenitores, e em particular as mães, quase como forma de autodefesa instintiva, não investiam afectivamente muito nas crianças pequenas e que o amor materno era escasso ou inexistente. Trata-se de hipóteses que, depois de um breve sucesso, foram criticadas quer no plano metodológico, relativo aos indicadores utilizados para medir as presenças ou não de facto materno, que no plano de mérito. São exatamente as práticas de cuidados e educação tradicionais que nos parecem às vezes bárbaras e pouco atentas – das ligaduras apertadas ao uso de emplastos mágicos, por exemplo – que revelam na realidade uma forte preocupação de protecção contra os perigos de uma

³⁰⁶ GAY, Peter, 1989, op.cit., p.178.

³⁰⁷ NEVES, Ilka. Op.cit.

³⁰⁸ FABRÍCIO, José de Araújo. Op.cit.

³⁰⁹ SARACENO, Chiara. Op.cit., pp. 123-124.

³¹⁰ NEVES, Ilka. Op.cit. / FABRÍCIO, José de Araújo. Op.cit. / GUIMARÃES, João Pinto da Fonseca; FELIZARDO, Jorge Godofredo. Op.cit.

morte que parece atingir pessoas ao acaso e fora de qualquer possibilidade de controle³¹¹.

Mas a guerra não era algo que afastava as mulheres da maternidade. Entre 1835 e 1845, período em que se deu a guerra dos farrapos, Bernardina Barcellos de Almeida, esposa de Domingos José de Almeida, teve seis filhos: Epaminondas, nascido em 1835; Aristides, nascido em 1837; Abrilina, nascida em 1839; Maria Carlota, nascida em 1840; Pelópidas, nascido em 1841 e Epaminondas, nascido em 1844. Dois meninos foram nomeados Epaminondas porque o primeiro, nascido em 1835, conheceu as dificuldades da sobrevivência infantil nos primeiros meses de vida e veio a falecer cinco anos depois de seu nascimento. O mesmo ocorreu a Aristides, que veio a falecer um ano após seu nascimento. Bernardina já havia perdido outros filhos precocemente: seus dois primeiros filhos, que foram chamados Domingos. Seu primogênito havia nascido em 1825 e faleceu no mesmo ano. Seu segundo filho, nascido em 1826, veio a falecer onze anos depois de seu nascimento. Ela também viu morrer seu décimo segundo filho, Pelópidas, na idade de quatorze anos. Às dificuldades enfrentadas pela maternidade, somam-se os perigos da guerra, que poderiam aparecer em momentos inesperados e fazer com que uma mulher tivesse que criar seus filhos sem a companhia de seu marido, ou ela mesma tivesse sua vida ameaçada. Algo semelhante poderia ter ocorrido com a família de Bernardina e Domingos José de Almeida. Em um comunicado aos sul-rio-grandenses, este relatou sua prisão pelos legalistas no dia 4 de outubro de 1835:

Na noite desse mesmo dia das 7 para as 8 horas, estando eu no meu terreiro a desfrutar o luar, rodeado de minha família e hóspedes, chegam três cavalheiros e se perguntando um deles por mim, prontamente me dirigi a ele, que se apeava ao mesmo tempo (...), rogava para que nos apartássemos um pouco para não sermos ouvidos; assim o fiz, e ele perguntando-me em seguida pelas novidades, e se dito Neto poderia chegar com a gente que trazia, tive toda a leviandade de expor o estado das coisas em relação ao movimento atual, depois do que pedindo-me que o acompanhasse para falarmos ao Neto, que ficava atrás dos valos da minha lavoura, foi quando conheci minha indiscrição (...) e havendo entre um e outro salientes desproporções, considerei-me morto... Em semelhante conjuntura forçoso foi obedecer em silêncio, para não cravar em minha mulher, que se achava na porta observando-nos, e ainda na convalescença do parto que havia tido há 34 dias, o punhal da desesperação. Atrás dos valos encontrei uma partida de 10 homens a cavalo na garupa de um dos quais me fez montar o meu apreensor

³¹¹ SARACENO, Chiara. Op.cit., p.123.

no momento que se aproximava minha mulher, a quem mandou fazer fogo se mais um passo avançasse³¹².

Mesmo correndo estes tipos de riscos de guerra, as mulheres que compunham as famílias da elite farroupilha não interromperam sua “fase reprodutiva” e tiveram filhos por mais algum tempo. Bernardina Barcellos de Almeida teve seu último filho registrado em 1844, quando já tinha por volta dos 38 anos. Já Clarinda Porto da Fontoura, mulher de outro farroupilha, Antônio Vicente da Fontoura, teve cinco filhos ao longo da guerra: Antônia, nascida em 1835; Antônio Eusebio, nascido em 1836; José Propício, nascido em 1837; Afonso, nascido em 1841 e Bento, nascido em 1843. Quanto a Caetana Garcia da Silva, que no início da guerra tinha 37 anos, não teve mais filhos registrados depois de 1834, ano de nascimento de sua filha caçula Ana Joaquina³¹³. De seus filhos que se têm registro, nenhum morreu prematuramente.

Quando acontecia de falecer algum marido/pai, algumas vezes o encargo ou autoridade legal para velar pela pessoa e bens de um menor poderia passar para algum tutor escolhido dentro ou mesmo fora da família. Entre estes tutores, poderiam estar as mães, como ocorreu ao falecimento de Antônio Vicente da Fontoura, onde ficou como tutora de seus seis filhos menores, sua esposa Clarinda Francisca Porto da Fontoura. Para conseguir a guarda dos filhos, estas mulheres deveriam provar suas capacidades de “boa mãe”. Foi o que aconteceu com Perpétua da Silva Guimarães, filha de Bento Gonçalves e viúva do também farroupilha Ignácio José de Oliveira Guimarães. Ela foi ao juiz de órfãos, órgão responsável pelos autos de justificação para tutoria, a fim de obter a tutela de suas quatro filhas menores de 12 anos: Thereza, Perpétua, Isabel e Ignácia. Para obter sucesso, ela precisou justificar: 1º - que vivia honestamente no estado de viúva; 2º - que tinha juízo e capacidade para administrar os bens e pessoas de suas filhas. Para isso ela precisou de testemunhas que comprovassem sua idoneidade. As testemunhas deveriam ser pessoas respeitáveis entre a comunidade, de preferência com emprego ou negócio próprio, casado e com filhos. A eles eram feitas as perguntas acima mencionadas. Perpétua, com a ajuda de três testemunhas, todos homens, conseguiu a tutela de suas filhas menores³¹⁴. Provavelmente, Perpétua não só obteve a tutela das filhas por ter correspondido ao que era necessário para ter suas guardas. Ela contava

³¹² AAHRS, Vol.2, CV-179, pp.147-154. Porto Alegre, 1835.

³¹³ Caetana tinha 36 anos ao nascimento de Ana Joaquina.

³¹⁴ Processo anexado ao inventário de Ignácio José d'Oliveira Guimarães. APERS. Ano: 1852, n.310, m.21, e.140. Vara de Família, Sucessão e Provedoria (ex-Órfãos). Inventário. Pelotas.

também com o arcabouço do nome de sua família por trás de si. Não podemos esquecer que Perpétua pertencia aos Gonçalves da Silva, uma família de prestígio e poder.

Todavia, mesmo que para conseguir tutorar os filhos, as mães precisassem passar por esse processo jurídico, as obrigações sobre as vidas dos filhos eram tanto de responsabilidade dos pais quanto delas. Deste modo, os deveres compartilhados entre a maternidade e a paternidade eram da mesma espécie. As mães/esposas, como seus maridos, eram também responsáveis pela manutenção dos bens materiais e simbólicos do núcleo familiar. Das virtudes de seu comportamento e de seu nome dependia a continuidade das futuras gerações. As estratégias familiares como as alianças matrimoniais, a proteção ao patrimônio e sua transferência, além da preparação dos filhos para a vida adulta eram assuntos de competência também das mães da elite farroupilha.

À preocupação com os bens a serem deixados aos filhos, somava-se a atenção com a instrução e a educação destes desde a mais tenra idade até depois de adultos e, ainda, a vigilância de seu estado de saúde, o governo da casa – incluindo o controle de pagamentos, recebimentos, a compra e venda de escravos, registros de nascimento e organização do batismo dos filhos de escravas, além do cálculo de gastos³¹⁵. Isso tudo fazia parte das tarefas de mãe e dona-de-casa das mulheres da elite farroupilha, que, com a ausência de seus maridos, tiveram que assumir muitas das responsabilidades que costumavam ser atribuídas aos homens.

Além das tarefas acima referidas, a manutenção da vida e segurança das crianças era de importância vital aos pais e, durante o período da guerra, as mulheres assumiram isso de forma determinante. Quando o lugar em que elas viviam junto dos seus filhos estava em perigo, as mães da elite farroupilha não temiam acionar suas redes de relações parentais e de aliados, movendo-se para lugares mais seguros. Estas relações comunitárias possibilitaram a mobilidade de muitos homens, mulheres e suas famílias quando ameaçadas por tropas inimigas. Ao evidenciarem a aproximação de forças adversárias, as mulheres partiam para outros lugares considerados mais seguros. Bernardina Barcellos de Almeida, durante o período dos combates, dirigiu-se à Feliz Retiro, Pedras Altas, Chuí, Caçapava, Bagé, entre outros locais, a fim de manter aos seus filhos e a si protegida e o mais próximo possível de seu marido Domingos de Almeida. Clarinda Porto da Fontoura também se deslocou entre os lares de alguns familiares e amigos, que se encontravam nas cidades de Santa Maria, Alegrete, Cacequi e São Gabriel.

³¹⁵ MAUAD, Ana Maria; MUAZE, Mariana. A escrita da intimidade: história e memória no diário da viscondessa do Arcozelo. In: GOMES, Ângela (org.). Op.cit., p. 216.

Assim, diferente da imagem há muito tempo criada por alguns autores e historiadores gaúchos, estas mulheres não eram Penélopes a espera de seus Odisseus³¹⁶. Elas assumiram parte importante da vida de suas famílias e cuidaram da preservação destas, de seus bens, de seu nome e de tudo o que formava sua casa. Às mulheres da elite farroupilha cabia, como cabia aos homens deste mesmo grupo, a tarefa de manutenção do capital simbólico e material que seriam herdados pelas próximas gerações.

³¹⁶ O casal Odisseu e Penélope são personagens do livro *Odisséia*, de Homero, que foram postos a prova em meio ao tempo e a distância. Odisseu, rei de Ítaca lutou contra Tróia durante 10 anos e levou mais 10 anos para retornar a sua casa. Enquanto isso, Penélope, sua esposa e rainha, lhe esperou, sem ao menos substituir o lugar do marido no trono real e na administração de Ítaca. HOMERO. *Odisséia*. Tradução Manoel Odorico Mendes. São Paulo: Martin Claret, 2008.

CONCLUSÃO

A investigação aqui apresentada se propôs a entender os núcleos familiares que faziam parte da elite farroupilha, como se organizavam, de que forma reproduziam seu capital simbólico e material em meio à guerra dos farrapos. Além disso, quais os papéis ocupados por homens e mulheres das famílias desta elite e como se relacionavam dentro da célula familiar. Para esta investigação usamos como fonte principal as correspondências trocadas entre alguns membros das famílias pertencentes à elite farroupilha.

A análise das correspondências entre alguns integrantes das famílias que compunham a elite farroupilha nos mostrou que o controle, a influência e o poder eram partes das expectativas que a sociedade sul-rio-grandense do século XIX desenvolveu a respeito dos homens que pertenciam a este grupo.

As cartas mostraram também que as relações que envolviam pais e filhos eram moldadas por estratégias e obrigações familiares. Isso se expressava, especialmente, na escolha do cônjuge e na ocupação profissional. Além disso, esse processo era influenciado ainda em vida ou depois da morte dos pais através do legado de um patrimônio simbólico e material.

Desta forma, o nascimento de uma criança representava mais do que o acréscimo de um novo membro à família, representava também a perpetuação destes núcleos em diferentes aspectos. A criança era objeto de todos os tipos de investimento: afetivo, econômico, educativo, existencial. Os filhos eram preparados para entrar no jogo social do poder e para desempenhar determinados comportamentos importantes para a manutenção do capital simbólico, entre eles a honra. Contudo, o sentimento de honra não era apenas querer parecer aos outros, era acreditar neste conjunto de boas qualidades, havendo assim uma significância emocional. Poderia haver uma certa autonomia na condução da sua própria atuação, porém, isso somente se dava através de um contexto em que os próprios filhos sabiam da importância de suas escolhas para as estratégias familiares e para a manutenção do poder e influência de suas famílias.

Para as famílias do grupo estudo, ao qual nomeamos *elite farroupilha*, o matrimônio era um elemento fundamental para fundar um novo núcleo familiar. O casamento era um dos subsídios centrais da economia dos bens simbólicos, sendo a família a principal protetora deste capital imaterial, apoiada pela Igreja e pelo direito. A escolha por um marido ou esposa se dava na mesma esfera social dos cônjuges e esperava-se destes sujeitos a função de

mantenedor e responsável pelo conforto da família. A idéia de amor não precisa ser descartada quando pensamos nestes sujeitos, contudo, o que predominava era o que se pode considerar um “amor fati”, amor do destino social.

Com a análise das cartas vimos uma grande relação de confiança e parceria entre os casais estudados, uma preocupação com o bem estar dos filhos e com a preservação e ampliação dos bens materiais e simbólicos que davam poder e ao mesmo tempo legitimidade a estas famílias. As correspondências nos mostraram também um novo olhar sobre as mulheres que faziam parte das famílias desta elite farroupilha. O período da Guerra dos Farrapos nos apontou a importância destas mulheres nas decisões familiares e, ainda, na administração dos bens e das propriedades pertencentes as suas famílias. Ao analisar os núcleos familiares da elite farroupilha sul-rio-grandense do século XIX, observamos que tanto os homens quanto as mulheres ocupavam papéis importantes, não apenas na vida doméstica, mas também na econômica, guardadas as proporções aceitas na sociedade da época referentes ao lugar que homens e mulheres deveriam ocupar.

A preocupação com os filhos, tão patente nas cartas analisadas, também nos dá a idéia de que havia enorme participação dos pais na preparação para a vida adulta de seus descendentes, assim como uma grande preocupação com o planejamento do futuro destes. Os filhos estavam presos a certos rituais que os ligavam a outras pessoas da rede familiar e também a formas específicas de comportamento, sendo igualmente responsáveis pelos compromissos assumidos por seus pais. Por nascimento, já estavam inseridos numa estrutura complexa, devendo adaptar-se a ela e desenvolver-se ainda mais com base nela. A alfabetização, assim como o matrimônio, podia ser um importante elemento na vida desta elite, já que possibilitava a ascensão sócio-profissional e até mesmo política. A escolha social do cônjuge era um dos objetos de estratégias que ocupavam o centro de atenção das famílias. A homogamia e a endogamia eram consolidadas neste meio social, explicando seus modos de sociabilidade. A pessoa se casava com alguém semelhante a ela, também pelo fato de conhecer e conviver principalmente com sujeitos parecidos com ela mesma.

Os papéis sociais de filho e filha, marido e esposa, pai e mãe eram instrumentos de legitimação para as famílias da elite e faziam parte de um diversificado sistema simbólico criado e reproduzido por ela para que fosse mantido seu patrimônio material e imaterial. Para isso, as pessoas que pertenciam a estas famílias deveriam cumprir obrigações voltadas ao lugar em que ocupavam na sociedade.

Ao estudar três núcleos familiares representativos da elite farroupilha, tentamos entender a sociedade sul-rio-grandense do século XIX, visto que a família, neste período,

tinha uma posição dominante como uma instituição social, comercial e política. E, ainda, compreender sua “visão de mundo”, seu papel social e como estes aspectos influenciaram a sociedade sul-rio-grandense e suas relações, não só no período da Guerra Farrroupilha (1835-1845), mas também nos períodos posteriores.

FONTES

FONTES IMPRESSAS

ANAIS DO ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, (AAHRS – Coleção Varela), 17 volumes. Porto Alegre: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

DIÁRIO DE ANTÔNIO VICENTE DA FONTOURA. Porto Alegre: Sulina/ Martins, Caxias do Sul: EDUCS, 1984.

COLETÂNEA DE DOCUMENTOS DE BENTO GONÇALVES DA SILVA – 1835/1845. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, Subcomissão de Publicações e Concursos, 1985.

CORRESPONDÊNCIA ENTRE JOAQUIM GONÇALVES DA SILVA E SEUS FILHOS – Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1926, I e II Trimestres, Ano VI, pp.69-97.

Jornal *O Povo*. Museu de Comunicação José Hipólito da Costa.

FONTES DOCUMENTAIS

ORDENAÇÕES FILIPINAS. Livro 04, Tit. 80-107. Disponível em <http://www.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>

Inventários

APERS, Ano: 1859, Nº: 31, M:02, E:143. 1º Cível e Crime. Inventário Judicial. Cachoeira do Sul.

APERS, Ano: 1859, Nº: 31, M:02, E:143-D. 1º Cível e Crime. Inventários e Outras. Cachoeira do Sul.

APERS, Ano: 1859, Nº: 32, M:2, E:143-D, Caixa:371. 1ºCível e Crime. Inventário e Outras. Cachoeira do Sul.

APERS, Ano: 1861, Nº: 245, M:14, E:143-D. 1ªVara de Família (Ex-Órfãos). Inventário. Cachoeira do Sul.

APERS, Ano: 1882, Nº: 444, M: 22, E: 52. Cartório Órfãos e Ausentes. Inventário. Cachoeira do Sul.

APERS, Ano: 1907, Nº: 1101, M: 47, E: 52, 1º Cartório Órfãos e Ausentes. Inventário. Cachoeira do Sul.

APERS, Ano: 1884, Nº: 481, M: 23, E: 52. Órfãos e Ausentes. Inventário. Cachoeira do Sul.

APERS, Ano: 1889, Nº: 212, M: 05, E: 54. 1º Cartório Cível e Crime. Inventário. Cachoeira do Sul.

APERS, Ano: 1864, Nº: 262, M: 15, E: 52. Cartório de Órfãos e Ausentes. Inventário. Cachoeira do Sul.

APERS, Ano: 1879, Nº: 415, M: 21, E: 52. Cartório Órfãos e Ausentes. Inventário. Cachoeira do Sul.

APERS, Ano: 1878, Nº: 4, M:1, E:146, Provedoria, Inventário. Camaquã.

APERS, Ano: 1855, Nº:1, M:1, E:146, Cível e Crime, Inventário. Camaquã.

APERS, Ano: 1893, Nº: 157, M: 07, E: , Órfãos. Inventário. Camaquã.

APERS, Ano: 1853, Nº: 93, M: 04, E: 38, 1º Cartório Órfãos e Ausentes. Inventário. Bagé.

APERS, Ano: 1900, Nº: 829, M: 42, E: 38. 1º Cartório Órfãos e Ausentes. Inventário. Bagé.

APERS, Ano: 1844, Nº: 507, M: 22, E: 12. 1º Cartório Órfãos e Provedoria. Inventário. Rio Grande.

APERS, Ano: 1828, Nº: 292, M: 12, E: 12. 1º Cartório Órfãos e Provedoria. Inventário. Rio Grande.

APERS, Ano: 1902, Nº: 243, M: 07, E: 30, 1º Cartório Cível e Crime. Inventário. Pelotas

APERS, Ano: 1853, Nº: 366, M: 26, E: 25, 1º Cartório Órfãos e Provedoria. Inventário. Pelotas.

APERS, Ano: 1887, Nº: 1096, M: , E:25 , Vara de Família, Sucessão e Provedoria (Ex-Órfãos). Inventário. Pelotas.

Comarca de Pelotas. 3ª Vara Cível de Pelotas. Pelotas. Ano: 1915-1961, Nº: 022/1.05.01.465.791. Cartório e Órfãos e Provedoria. Inventários. |

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGO, Renata. Jovens nobres na Era do Absolutismo: autoritarismo paterno e liberdade. IN: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (org.). *História dos Jovens: da Antigüidade à Era Moderna*. Tradução de Cláudio Marcondes, Nilson Molin, Paulo Neves. Vol.1. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp.325-369.
- ALENCASTRO, L. F. (org.) *História da Vida Privada no Brasil – Império*. Vol. II. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ALMEIDA, Marino Josetti. General Bento Gonçalves. IN: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, Ano XXVII, I a IV trimestre de 1947, n. 105-108, p. 31-46.
- ANDERSON, Michael. *Elementos para a História da Família Ocidental (1500-1914)*. Lisboa: Editoral Quercó, 1980.
- ANTUNES, De Paranhos. *Antônio Vicente da Fontoura: o Embaixador dos Farrapos*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.
- ARANTES, Antônio Augusto, et al. *Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. 3 ed. São Paulo: UNICAMP, 1994.
- AREND, Silvia M. F. *Amasiar ou casar? A família popular no final do século XIX*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2001.
- ARIÈS, Philippe. *História Social da criança e da Família*. Tradução Dora Flaksman. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BALMORI, Diana. *Notable Family Networks Latin America*. Chicago: The University of Chicago Press, 1984.
- BARCELOS, Ramiro. *Rio Grande Tradição e Cultura*. Porto Alegre: Flama, 1970.
- BARTH, Frederik. *O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.
- _____. *Process and form in social life: selected essays of Frederick Barth*. Vol.1. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1981.

BECKER, Klaus. *Enciclopédia Rio-Grandense*. Canoas: Regional, 1956.

BECKER, Howard S. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. Tradução Marco Estevão e Renato Aguiar. São Paulo: HUCITEC, 1993, p.135-152.

BERGER, Peter L; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. 27 ed. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2007.

BOSSIS, Mireille. Introduction. In: BOSSIS, Mireille (dir.). *La lettre à la croisée de l'individuel et du social*. Paris: Éditions Kimé, 1994, pp.09- 13.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas*. Tradução Ana Rabaça. Portugal: Editor Europa-América, 1990.

BOURDIEU, Pierre. *Les sens pratique*. Paris: Ed. Les Éditions de Minuit, 1980.

_____. *A Dominação Masculina*. Tradução Miguel Serras Pereira. Oeiras: Celta, 1999.

_____. *Esquisse d'une théorie de la pratique*. SEUIL, POINTS ESSAIS, 2000.

_____. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOUTIER, Jean. "Prénoms et identité urbaine en Toscane au XVI^e siècle". In: CASSAN, M., BOUTIER, Jean & LAMAITRE, N. *Croyances, pouvoirs et société. Études offerts à Louis Pérouas*. Treignac: Les Monédières, 1988. <http://eprints.unifi.it/archive/00001199/01/37-Boutier.pdf>

BRENES, Anayansi Correa. *História da parturição no Brasil. Século XIX*. Cadernos de Saúde Pública, vol.7, n.2, Rio de Janeiro, abril/junho, 1991.

BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal – Família e Sociedade (São João Del Rei, séculos XVIII e XIX)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense / PPGHS, 2002 (Tese de Doutorado).

BURGUIÈRE, André (org.). *História da Família*. Vol.1. Tradução Ana Santos da Silva e João Silva Saraiva. Lisboa: Terramar, 1996.

_____. Vol.2. Tradução Ana Santos da Silva e João Silva Saraiva. Lisboa: Terramar, 1996.

_____. Vol.3. Tradução Ana Santos da Silva e João Silva Saraiva. Lisboa: Terramar, 1996.

_____. Vol.4. Tradução Ana Santos da Silva e João Silva Saraiva. Lisboa: Terramar, 1996.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: Revista Estudos Avançados. Vol.11, n.5, 1991, p. 173-191.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. In: ARANTES, Antonio Augusto [et al.]. *Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. 3. ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1994, p.15-42.

CORREA, Hortensio Sobrado. Los inventarios post-mortem como fuente privilegiada para el estudio de la historia de la cultura material em la Edad Moderna. IN: *Hispania Revista Española de Historia*. Madrid, Vol.LXIII/3, núm.215.Septiembre-Diciembre, 2003.

CORSETTI, Berenice. *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1983 (Dissertação de Mestrado).

COSTA, Dora Isabel Paiva da. Formação de Famílias Proprietárias e Redistribuição de Riqueza em Áreas de Fronteira: Campinas, São Paulo, 1795-1850. In: *Histórica Econômica e História de empresas*, Vol. VII, N.2, julho-dezembro, 2004.

CUNHA, Zeferino José da. *Apontamentos para a história da Revolução de 1835: Biographia de Domingos José de Almeida*. Pelotas: Typographia da Livraria Americana, 1902.

DAUPHIN, Cécile. Letter-Writing Manual in the Nineteenth Century. IN: CHARTIER, Roger; BOUREAU, Alain; DAUPHIN, Cécile (org.). *Correspondence: Models of letter-writing from the Middle Ages to the Nineteenth Century*. Translated by Christopher Woodall. Oxford: Polity Press, 1997, pp.112-157.

DACANAL, José Hildebrando (org.). *Revolução Farroupilha: história e interpretação*. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

DE CERTEAU. Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Vol.1. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes: 1994.

_____. *A Escrita da História*. Tradução Maria de Lourdes Menezes. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. [et al]. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. Vol.2. Tradução Ephraim Ferreira Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2005.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1990. 2 ed. rev.

D'INCAO. Maria Angela (org.). *Amor e família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente*. Tradução e revisão Maria Helena da Cruz Coelho [et al.]. Porto: Afrontamento, 1993.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. *O processo Civilizador: Uma História dos costumes*. Vol.1. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ENGEL, Magali. História e Sexualidade. IN: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro F. *Domínios da História*. Ensaio de Teorias e Metodologia. 9 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp.297-311.

FABRÍCIO, José de Araújo. *A descendência de Bento Gonçalves da Silva*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986.

FAGUNDES, Rosicler M. R. *Negócios no interior: o comércio em São João da Cachoeira na primeira metade do século XIX*. Santa Maria: UNIFRA, 2006. (Trabalho final de graduação).

FARIA, Sheila de Castro. História da Família e da Demografia Histórica. IN: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro F. *Domínios da História*. Ensaio de Teorias e Metodologia. 8 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp.241-258.

_____. *A colônia em movimento*. Fortuna e Família no Cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. PPG – História Social, 2007 (Tese de Doutorado).

FERTIG, André Átila. *Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional na província do Rio Grande do Sul na defesa do Estado Imperial centralizado (1850-1873)*. Porto Alegre: PPG – UFRGS, 2003 (Tese de Doutorado).

FLANDRIN, Jean-Louis. *Families in the former times*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

FLEURY, Michel; HENRY, Louis. *Nouveau manuel de dépouillements et d'exploitation de l'état civil ancien*. Paris: INED, 1965.

FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João L.R. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial e tardia: Rio de Janeiro, c.1790-1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FLORES, Moacyr. *Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1984.

_____. *Modelo Político dos Farrapos: as idéias políticas da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. 4 ed.

_____. *A mulher no período farroupilha*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, Vol.1, p. 25-35, 2001.

FLORES, Ana Paula M. *Descanse em paz: Testamentos e cemitério extramuros na Santa Maria de 1850 a 1900*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006 (Dissertação de Mestrado).

FRAGOSO, João L.R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2 ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 32 ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

_____. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 3 ed. São Paulo: Nacional, 1961.

GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nadia Batella (org.). *Prezado Senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*. A educação dos sentidos. Vol.1. Tradução Per Salter. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *A experiência burguesa: da rainha Vitória a Freud*. A paixão terna. Vol.2. Tradução Sérgio Flaksman. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*. O cultivo do ódio. Vol.3. Tradução Per Salter. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*. O Coração Desvelado. Vol.4. Tradução Per Salter. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GIL, Tiago Luís. *Infiéis Transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002 (Dissertação de Mestrado).

GILMORE, David D. *Manhood in the making*. New Haven: Yale University Press, 1990.

GODELIER, Maurice. *O Enigma do Dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOLIN, Tau. *Bento Gonçalves, o herói ladrão*. 25 ed. Santa Maria: LGR, 1983.

GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *História e gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GOODY, Jack; THIRSK, Joan; THOMPSON, E.P. (edited). *Family and Inheritance: Rural Society in Western Europe, 1200-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

GOODY, Jack. *The development of the family and marriage in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. O Rio Grande de São Pedro na primeira metade do século XIX: Estados-nações e regiões províncias no Rio da Prata. IN: GRIJÓ, Luiz Alberto; KÜHN, Fábio; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos et al [org.]. *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p.91-120.

_____. *O Horizonte da Província: a República Riograndense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro: UFRJ – PPGH, 1998 (Tese de Doutorado).

GUIMARÃES, José Pinto da Fonseca; FELIZARDO, Jorge Godofredo. *Genealogia Riograndense*. Volume I. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.

GUTIERREZ, Ester J.B. Sítio Charqueador Pelotense. In: PICOLLO, Helga; PADOIN, Maria M. *História Geral do Rio Grande do Sul*. Império. Vol.2. Passo Fundo: Méritos, 2006.

GUTMANN, Matthew C. *Trafficking in men: The Anthropology of Masculinity*. In: Annual Review of Anthropology, 26, 1997, p.385-409.

HAMEISTER, M. D. *O Continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPG – História Social, 2002. (Dissertação de Mestrado).

_____. *Para dar calor à nova povoação: estudos sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. PPG - História Social, 2007 (Tese de Doutorado).

HAMEISTER, Martha; GIL, Tiago. Fazer-se elite no extermo-Sul do estado do Brasil: uma obra em três movimentos. Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII). In: FRAGOSO, João [et al.] (org.). *Conquistadores e negociantes*. Histórias de elites no antigo regime nos trópicos, América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 265-310.

HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HENDRICK Harry. *Children and Childhood*. Revista Refresh - Recent Findings of Research in Economic & Social History, Autumn, n.15, 1992.

HERZFELD, Michael. Honour and shame: problems in the comparative analysis of moral systems. In: *Man. The Journal of the Royal Anthropological Institute*. Vol.15, n.2, June 1980, p.339-351.

HERZFELD, Michael. *The Poetics of Manhood*. Princeton: Princeton University Press, 1985, p.XI- XVIII.

HOEBEL, L. Adson, FROST, Everett L. *Antropologia Cultural e Social*. São Paulo: Cultrix, 1995.

HOCHSCHILD, Arlie Russel. *The managed heart*. Los Angeles: University of California Press, 1983.

HOMERO. *Odisséia*. Tradução Manoel Odorico Mendes. São Paulo: Martin Claret, 2008.

IMIZCOZ, José Maria. Actores sociales y redes de relaciones: reflexiones para uma historia global. In: *Redes familiares y patronazgo: aproximación al entramado social del País Vasco y Navarra em el Antiguo Régimen (siglos XV-XIX)*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2001.

ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. 1833-1834. Tradução Dante de Laytano. 2ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

ITURRA, Raul. *A religião como teoria da reprodução social*. Lisboa: Escher, 1991.

JOHNSON, Lyman L.; LIPSETT-RIVERA, Sonja (edited). *The faces of honor*. Sex, shame and violence in colonial Latin America. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1998, p.01-17.

KRESSEL, Gideon M. *Shame and Gender*. In: *Anthropological Quarterly*. Washington. January, 65, 1992, p.34-46.

KÜHN, Fábio. *Gente da Fronteira: Família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII*. Niterói: Universidade Federal Fluminense. PPG - História Moderna, 2006 (tese de Doutorado).

_____. *Gente da Fronteira: sociedade e família no sul da América portuguesa – século XVIII*. IN: GRIJÓ, Luiz Alberto; KÜHN, Fábio; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos et al [org.]. *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, pp.47-74.

KUZNESOF, Elizabeth A. A Família na Sociedade Brasileira: Parentesco, Clientelismo e Estrutura Social (São Paulo, 1700-1980). In: SAMARA, Eni de Mesquita (org.). *Família e Grupos de Convívio*. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/ Marco Zero, vol.09, n.17, setembro de 1988/ fevereiro de 1989, pp. 37-63.

LANDÉ, Carl H. A Base Diádica do Clientelismo. In: SCHIMIDT; S. W. [et al.] (eds.). *Friends, followers and factions*. Berkeley: University of Califórnia Press, 1977.

LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. Tradução Marie-Agnès Chauvel. São Paulo: Brasiliense, 2000.

LASLETT, Peter. *Households and Family in Past Time*. Cambridge: Cambridge University Press, 1972.

LAYTANO, Dante. *Folclore do Rio Grande do Sul: levantamento dos costumes e tradições gaúchas*. Caxias do Sul: EDUCS, Porto Alegre: Escola Superior de Teologia/ São Lourenço Brindes, Martins Livreiro, 1984.

LEITMAN, Spencer. *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

LESSA, Barbosa. Porto Alegre: Tchê!, 1985, 2 ed.

LEVI, Danell E. *The Prados of São Paulo, Brazil: an elite family and social change, 1840-1930*. Athens, Georgia: The University of Georgia Press, 1987.

LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVIII. Tradução Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Edusp, 1974.

_____. *As estruturas elementares do parentesco*. Tradução Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 1982. 3 ed.

LEWIN, Linda. *Politics and Parentela in Paraíba: a case study of family-based oligarchy in Brazil*. New Jersey: Princeton University Press, 1987.

LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MACEDO, Francisco Riopardense de. *Imprensa Farroupilha*. Porto Alegre: IEL/EDIPUCRS, 1994.

_____. *Bento Gonçalves*. 2 ed. Porto Alegre: IEL, 1996.

MACFARLANE, Alan. *História do Casamento e do Amor*. Inglaterra, 1300-1840. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MAESTRI, Mário. *O escravo no Rio Grande do Sul*. A Charqueada e a Gênese do Escravismo Gaúcho. Porto Alegre: EST, 1984.

MARCÍLIO, Maria Luíza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista 1700-1836*. Tese de livre-docência. São Paulo: FFLCHUSP, 1974.

MARAVALL, José Antonio. *Poder, honor y élites en siglo XVII*. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1989.

MARCHELLO-NIZIA, Christine. Cavalaria e cortesia. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (org.). *História dos Jovens: da Antigüidade a Era Moderna*. Vol.1. Tradução Cláudio Marcondes, Nilson Moulin, Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MATOS, Maria Izilda. *Por uma história da mulher*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2000.

MAUSS, M. *Ensaio sobre a Dádiva*. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In _____. *Sociologia e Antropologia*. Vol.II. São Paulo: EDUSP, 1974.

MENEGAT, Carla. Considerações acerca da análise de rede de um casal da elite do charque: Vila de São Francisco de Paula de Pelotas, 1824-1835. In: IX Encontro Estadual de História:

Vestígios do Passado – a história e suas fontes. Anais eletrônicos. Seção Rio Grande do Sul – ANPUH-RS, Porto Alegre, 2008.

MEYER, Augusto. 1975. *Guia do Folclore Gaúcho*. Rio Grande do Sul: Instituto Nacional do Livro.

MONSMA, Karl. *O comerciante, o estancieiro e o militar: noções divergentes de honra no Rio Grande do Sul antes da Guerra Farroupilha*. IIº Encontro da Rede Internacional Marc Bloch de estudos comparados em história – Europa – América Latina. PUCRS, outubro, 2008.

MOURA, Solange Maria Sobottka Rolim de e ARAUJO, Maria de Fátima. *A maternidade na história e a história dos cuidados maternos*. Psicologia: ciência e profissão, vol.24, n.1. Brasília, março de 2004, pp.44-55.

MOUTOUKIAS, Zacarias. *Família Patriarcal o Redes Sociales: balance de uma image de la estratificación social*. Tandil: Anuário da I.E.H.S., n15, 2000.

_____. MOUTOUKIAS, Zacarías. *Redes personales y autoridad colonial: los comerciantes de Buenos Aires em siglo XVIII*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2004.

NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NEVES, Ilka. *Domingos José de Almeida e sua descendência*. Porto Alegre: EDIGAL, 1987.

OSÓRIO, Fernando. *Mulheres Farroupilhas*. Porto Alegre: Globo, 1935.

OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da Estremadura Portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1999 (tese de Doutorado).

PADOIN, Maria Medianeira. *Federalismo Gaúcho*. Fronteira platina, Direito e Revolução. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.

_____. *A Revolução Farroupilha*. In: *História do Rio Grande do Sul*. Império. Vol. 2. Passo Fundo: Méritos, 2006, pp.39-70.

PERISTIANY, J.G; PITT-RIVERS, Julian. Introduction. IN: PERISTIANY, J.G; PITT-RIVERS, Julian (edited). *Honor and Grace in Anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, pp.01-17.

PERROT, Michelle (org.). *História da Vida Privada – Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Vol.4. Tradução Denise Bottman e Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. Tradução Angela M. S. Córrea. São Paulo: Contexto, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Farroupilha*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PITT-RIVERS, Julian. Honour and social status. In: PERISTIANY, J.G (ed.). *Honour and shame*. London:Weidenfeld and Nicolson, 1965, pp.21-77.

PITT-RIVERS, Julian. *The Fate of Shechem*. Essays in the Anthropology of the Mediterranean. Cambridge: Cambridge University Press, 1977, pp.01-93.

PUHL, Waldemar. *O matrimônio nos códigos canônico e civil brasileiro*. Roma, 1945.

REICHARDT, H. Canabarro. *Bento Gonçalves*. Porto Alegre: Globo, 1932.

REIS, João José. *A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. REIS, João José. O Cotidiano da Morte no Brasil Oitocentista. In: Alencastro, Luis F. *História da vida Privada no Brasil*. Vol.2, 1997.

RETAMOZO, Aldina Correa; RÜDIGER, Francisco Ricardo [et al.]. *O papel da mulher na Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Editora Tchê!, [s.d.].

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas*. A experiência da Microanálise. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço os chamava: milicianos e guardas nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2005.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

ROHDEN, Fabíola. *Honra e família em algumas visões clássicas da formação nacional*. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. Rio de Janeiro, n.48, 2º semestre de 1999, pp.69-89.

ROSA, Othelo. *Vultos da Epopéia Farroupilha*. Porto Alegre: Globo, 1935.

ROUGEMONT, Denis de. *História do Amor no Ocidente* Tradução Paulo Brandi e Ethel Brandi. 2 ed.São Paulo: Ediouro, 2003. Reform.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul – 1779-1853*. Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

SAMARA, Eni de Mesquita. *A família na sociedade paulista do século XIX (1800-1860)*. São Paulo: FFLCHUSP, 1980 (Tese de Doutorado).

_____. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense (Coleção Tudo é História; 71), 1998.

_____. (org.). *Família e Grupos de convívio*. Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol.9, n.17, setembro de 1988/fevereiro de 1989.

_____. *Família, mulheres e povoamento: São Paulo, século XVII*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003.

SAMPAIO, Fernando G. *Bento Gonçalves: mito e história*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1984.

SARACENO, Chiara. *Sociologia da Família*. Tradução M.F. Gonçalves de Azevedo. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

SARTRE, Jean Paul. *L'idiote de la famille: Gustave Flaubert de 1821 à 1857*. Paris: Gallimard, 1971-72.

SCHMIDT, Benito Bisso. A biografia histórica: o “retorno” do gênero e a noção de “contexto”. In: GUAZELLI, Cesar Augusto Barcellos [et al.] (org.). *Questões de teoria e metodologia*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000, pp.121-129.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. *Família, casa e fortuna: os grandes proprietários de escravos em São Paulo (1765-1836)*. In: Boletín de la Asociación de Demografía Histórica, XIII, 2, 1995, p.91-139.

SCOTT, Joan. W. *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press, 1999.

SENNA, Adriana K. de. *A instituição matrimonial: os casamentos em Rio Grande (1889-1914)*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2001.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistemas de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: EDUSP, 1984.

SMITH, Bonnie G. *Gênero e história: homens, mulheres e a prática histórica*. Tradução de Flávia Beatriz Rossler. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro F. *Domínios da História*. 9 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp.275-296.

SPALDING, Walter. *A epopéia farroupilha*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1963.

_____. *Construtores do Rio Grande do Sul*. I Volume. Porto Alegre: Editora Sulina, 1969.

_____. *Construtores do Rio Grande*. III Volume. Porto Alegre: Editora Sulina, 1973.

SOUZA, Osvaldo R. de. *História Geral*. 15 ed. São Paulo: Ática, 1977.

STEWART, Frank Henderson. *Honor*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. *Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul - 1851-1864*. Porto Alegre: UFRGS, 2007 (Dissertação de Mestrado).

VAINFAS, Ronaldo. *Casamento, amor e desejo no Ocidente Cristão*. São Paulo: Ática, 1986.

_____. VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados, Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Vol.2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. *Populações Meridionais do Brasil*. Volume 01. Belo Horizonte: Itatiaia. Niterói: EDUFF, 1987.

WIEDERSPAHN, Oscar Henrique. *Bento Gonçalves e as Guerras de Artigas*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1979.

WITTER, Nikelen Acosta. *Dizem que foi feitiço: as práticas de cura no Sul do Brasil (1845-1880)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

_____. *Males e epidemias: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2007 (Tese de Doutorado).

ZARTH, Paulo Afonso. A estrutura agrária. In: *História do Rio Grande do Sul*. Império. Vol.2. Passo Fundo: Méritos, 2006, pp.187-213.

ANEXOS

Genealogia de Bento Gonçalves da Silva e Caetana Garcia da Silva³¹⁷

- Bento Gonçalves da Silva

-nascimento: 23/07/1788

-casado aos 07/09/1814 com Caetana Joana Francisca Garcia

-primeiro filho: no ano de 1815

-último filho: no ano de 1834

-número total de filhos: 08

-morte: 18/07/1847

- Caetana Joana Francisca Garcia da Silva

-nascimento: 06/08/1798

-casada aos 07/09/1814 com Bento Gonçalves da Silva

-primeiro filho: no ano de 1815

-último filho: no ano de 1834

-número total de filhos: 08

-morte: 30/03/1872

→FILHOS:

- Perpétua Justa Gonçalves da Silva

-nascimento: 13/10/1815

-casada aos 13/08/1838 com Inácio José de Oliveira Guimarães

-primeiro filho: no ano de 1839

³¹⁷ FABRÍCIO, José Araújo de. *A descendência de Bento Gonçalves da Silva*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986.

-último filho: no ano de 1846

-número total de filhos: 04

- morte: 21/12/1850

•Joaquim Gonçalves da Silva

-nascimento: 31/06/1817

-casado aos 10/06/1857 com Josefina Azambuja

-primeiro filho: não temos registro

-último filho: não temos registro

-número total de filhos: 02

-morte: por volta de 1909

•Bento Gonçalves da Silva (Filho)

-nascimento: 21/05/1820

-casado por volta do ano de 1848 com Maria Thomazia de Azambuja

-primeiro filho: no ano de 1848

-último filho: no ano de 1861

-número total de filhos: 07

-morte: 14/11/1897

•Caetano Gonçalves da Silva

-nascimento: 22/01/1822

-casado aos 21/06/1845 com Clara Soares da Silva

-primeiro filho: no ano de 1846

-último filho: no ano de 1863

-número total de filhos: 06

-morte: 07/06/1885

- Leão Gonçalves da Silva

- nascimento: 06/11/1824

- casado aos 16/07/1856 com Emília Maria Caldeira

- primeiro filho: no ano de 1857

- último filho: no ano de 1873

- número total de filhos: 08

- morte: 16/08/1894

- Marco Antônio Gonçalves da Silva

- nascimento: 7/11/1825

- casado aos 12/03/1854 com Deolinda Rodrigues de Almeida

- sem descendência

- morte: 25/08/1878

- Maria Angélica Gonçalves da Silva

- nascimento: 04/03/1830

- casada aos 06/05/1857 com Antônio José Centeno

- primeiro filho: 1854

- último filho: 1874

- número total de filhos: 11

- morte: 27/02/1892

- Ana Joaquina Gonçalves da Silva

- nascimento: 05/09/1934

- casada aos 18/03/1860 com Miguel Pinto Rego

- teve apenas uma filha no ano de 1862

-morte: 08/06/1876

GENEALOGIA DE DOMINGOS JOSÉ DE ALMEIDA E BERNARDINA BARCELLOS DE ALMEIDA³¹⁸

- Domingos José de Almeida:

- nascimento: 09/07/1797

- casado aos 21/09/1824 com Bernardina Barcellos de Lima

- primeiro filho: no ano de 1825

- último filho: no ano de 1844

- número total de filhos: 13

- morte: 06/05/1871

- Bernardina Barcellos de Almeida

- nascimento: 09/07/1806

- casada aos 21/09/1824 com Domingos José de Almeida

- primeiro filho: no ano de 1825

- último filho: no ano de 1844

- número total de filhos: 13

- morte: 17/05/1846

→FILHOS:

- Domingos (I)

- nascimento: 06/09/1825

- morte: 22/06/1826

- Domingos (II)

- nascimento: 16/10/1826

³¹⁸ NEVES, Ilka. *Domingos José de Almeida e sua descendência*. Porto Alegre: EDIGAL, 1987. Infelizmente não encontramos fontes para montar uma genealogia mais completa do casal Antônio Vicente da Fontoura e Clarinda Francisca Porto da Fontoura.

-morte: 1837

-Bernardino Bráulio de Almeida

-nascimento: 26/03/1828

-casado aos 02/05/1859 com Perpétua Ignácia de Oliveira Guimarães

-primeiro filho: no ano de 1867

-último filho: no ano de 1873

-número total de filhos: 03

-morte: 21/12/1901

•Luiz Felipe de Almeida

-nascimento: 01/05/1829

-casado aos 15/08/1859 com Marcolina Chaves Barcellos

-primeiro filho: no ano de 1863

-último filho: no ano de 1882

-número total de filhos: 09

-morte: 07/07/1889

•Custódia Margarida de Almeida

-nascimento: 18/09/1830

-solteira e sem descendência

-morte: 15/07/1882

•Maria Izabel de Almeida

-nascimento: 27/07/1832

-casada aos 04/11/1869 com Serafim da Costa Guimarães

-sem descendência

-morte: 25/09/1870

- Junius Bruto Cássio de Almeida

- nascimento: 31/05/1834

- casado aos 24/01/1864 com Maria Joaquina Lopes

- primeiro filho: no ano de 1864

- último filho: no ano de 1876

- número total de filhos: 08

- morte: 02/04/1918

- Epaminondas de Almeida

- nascimento: 21/08/1835

- morte: 12/02/1840

- Aristides de Almeida

- nascimento: 1837

- morte: 01/06/1838

- Abrilina Decimanona Caçapavana de Almeida

- nascimento: 19/04/1839

- casada aos 17/04/1858 com Quincio Cincinato Barcellos

- primeiro filho: no ano de 1859

- último filho: no ano de 1880

- número total de filhos: 09

- morte: 29/06/1914

- Maria Carlota de Almeida

- nascimento: 15/08/1840

-casada aos 17/04/1858 com Manoel Celestino Gomes

-primeiro filho: no ano de 1859

-último filho: no ano de 1885

-número total de filhos: 11

-morte: 25/08/1912

•Pelópidas Bagelino de Almeida

-nascimento: 21/11/1841

-morte: 05/05/1855

•Epaminondas Piratinino de Almeida

-nascimento: 26/01/1844

-casado aos 07/12/1872 com Vicencia Fagundes

-primeiro filho: 1873

-último filho: 1882

-número total de filhos: 07

-morte: 05/12/1899

IMAGENS



Fig.1.Bento Gonçalves da Silva



Fig.2.Bento Gonçalves da Silva Filho



Fig.3. Antônio Vicente da Fontoura



Fig.4. Clarinda Francisca Porto da Fontoura

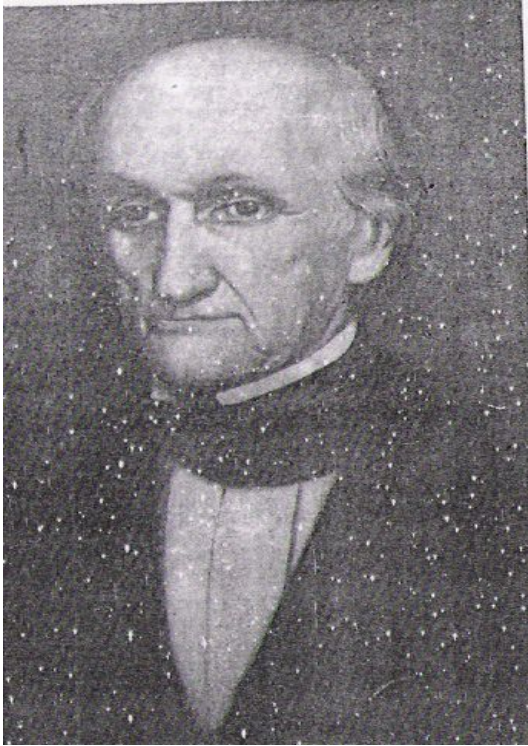


Fig.5.Domingos José de Almeida



Fig.6.Bernardino de Almeida



Fig.7.Custódia Margarida de Almeida



Fig.8.Maria Izabel de Almeida



Fig.9. Junius Bruto Cássio de Almeida



Fig.10. Abrilina Decimanona Caçapavana de Almeida



Fig.11.Maria Carlota de Almeida



Fig.12.Epaminondas de Almeida